

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

LUCIANO FLÁVIO DA SILVA LEONIDIO

**HISTÓRIA DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS–FORPROEX (1987-2012)**

RECIFE
2017

LUCIANO FLÁVIO DA SILVA LEONIDIO

**HISTÓRIA DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS–FORPROEX (1987-2012)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Profº Dr. Edilson Fernandes de Souza

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréia Alcântara, CRB-4/1460

L585h Leonidio, Luciano Flávio da Silva.
História do Fórum de Pró-reitores de extensão das Instituições
públicas de educação superior brasileiras - Forproex (1987-2012) /
Luciano Flávio da Silva Leonidio. – 2017.
181 f : il. ; 30 cm.

Orientador: Edilson Fernandes de Souza.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE.
Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.
Inclui Referências e Anexos.

1. História da educação. 2. Educação superior. 3. Extensão
universitária. 4. UFPE - Pós-graduação. I. Souza, Edilson Fernandes de.
II. Título.

370.9 CDD (23. ed.) UFPE (CE2017-55)

LUCIANO FLÁVIO DA SILVA LEONIDIO

**HISTÓRIA DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS–FORPROEX (1987-2012)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 20/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcos André Nunes Costa (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof Dr. Henrique Gérson Kohl (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Haroldo Moraes de Figueiredo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Vilde Gomes de Menezes (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Ao Projeto Santo Amaro, a melhor escola do mundo.
À Ernesto Leonidio e Wilma Leonidio, as referências maiores.
À Marcus Leonidio, companheiro das brigas diárias.
À Ameliane Leonidio, o amor de minha vida.
À Luciano Leonidio Filho, me ensinaste o que é viver.

AGRADECIMENTOS

Mais difícil do que construir a tese é enumerar todos aqueles que contribuíram nesse processo. Muitas ‘mãos’ escreveram as linhas que vem a seguir. Quer seja no ‘puxar’ ou no ‘empurrar’, cada um, a sua maneira deram uma ‘forcinha’.

Obrigado Deus, por sempre me presentear com pessoas tão bondosas e contributivas ao meu redor. Coisas maravilhosas tens plantado em minha vida. “Não tenho nem palavras para me expressar, no brilho dessa luz que vem do teu olhar, encontro meu abrigo, meu lugar”. (ALENCAR, Walmir – Em tua presença).

Aos meus pais, **Ernesto Leonidio** e **Wilma Leonidio**, agradecer já não é mais suficiente. O mínimo que eu posso fazer é reverenciar todo o carinho e atenção que dedicaram a mim e ao meu irmão durante todos esses anos. Fizeram com que acreditássemos que a educação era o melhor caminho, e eis que agora fechamos mais um ciclo educacional.

Marcus Leonidio, que me ensinou desde muito cedo a ter que dividir as coisas. Além de irmão, eterno *uke*. Pernambucano ufanista que tem desenhado em seu corpo e arraigado em seu coração nossas manifestações populares. “Sou coração do folclore nordestino [...] sou Luiz Gonzaga, eu sou do mangue também” (PIMENTEL, Oswaldo Lenine Macedo; PINHEIRO, Paulo César – Leão do Norte). Obrigado **Priscila Castanheira**, você conseguiu dominar a fera.

Ameliane. Antes Reubens, agora Reubens Leonidio. Você não tem noção do quanto admiro sua luta diária. Como és forte! Que possamos viver juntos durante tantas outras reencarnações. “És para mim um formoso troféu, vejo em ti pedacinhos do céu” (AZEVEDO, Waldir – Pedacinhos do Céu).

Luciano Leonidio Filho. Ingenuamente achava que o nome igual ao meu representaria a construção de uma ‘miniatura’ do pai. Doce ilusão. Na verdade, eu que tento diariamente me parecer com você. Alegre, sorridente, comunicativo, audaz, persistente. Sua chegada trouxe um vendaval de sentimentos e emoções para todos nós. “Do meu coração, brotou o esplendor de te adorar com muito amor”. (TOVINHO – Hino do Clube Náutico Capibaribe).

Minhas tias corujas, **Mari**, **Iara**, **Cacilda** e **Nevinha** e **Vovó Marina**. Obrigado por todo o incentivo.

Aos amigos que o Judô me trouxe, **Dino, Denis Foster, Flávio Archanjo, Haroldo Bezerra, Paulo Valois**. “O judoca não se aperfeiçoa para lutar, luta para se aperfeiçoar” (KANO, Jigoro).

Aos que fazem da Asces-Unita o melhor ambiente de trabalho do mundo. Tenho muito orgulho de tudo que construímos juntos. **Diana Bezerra** (a jornalista mais articulada de todos os tempo), **Wallacy Feitosa** (um exemplo de líder), **Roberta Granville** (o maior exemplo de mãe que eu conheço), **Alexandre Albuquerque** (meu ídolo), **Ana Barreto** (sublime, suave e intensa), **André Pirauá** (o maior pesquisador de alternativas capilares), **Antônio Lima** (compenetrado, comprometido e correto), **Breno Farah** (talento de stand up comedy), **Carlos Eduardo** (simples e positivo), **Francisco Santos** (vai ter quadrilha hoje?!), **Fabiano Chokito Souza** (sapiência em pessoa), **Humberto Gomes** (um dia eu chego nesse fôlego), **Marcelo Viana** (na verdade, na verdade...), **Marcos Túlio** (grosso não, objetivo!), **Marília Marinho** (o melhor bacalhau das galáxias, ao menos na propaganda), **Pâmela Tavares** (no final, dá tudo certo!), **Samantha Sousa** (tradutora, dançarina e empreendedora), **Shirlaine Marques** (Te acalenta menina!), **Thiago Seixas** (quem quer se um milionário ou consultor gourmet?), **Viviane Moraes** (a cara da mãe), **Bruno Santana** (entra na roda, capoeira!), **Ana Paula Chuchu** (Picture, Picture!), **Yumie Okuyama** (a japa mais traíra do universo), **Rita e Rose** (sem vocês ninguém aqui faz nada), **João Mariano** (você faz, velho!), **Marileide Rosa** (você está feliz?!?), **Paulo Muniz** (sereno e perspicaz), **Lícia Vasconcelos** (companheira de colação de grau). Alunos, funcionários e demais professores: Muito obrigado por todo o crescimento ao longo dos últimos anos.

Ao amigo, sócio e cumpadre **Luciano Machado**. Valeu pelo incentivo bonitão!

Ao **Sensei Marco Aurélio Lauriano de Oliveira Senador da República!** Agradeço a Deus por poder aprender contigo todos os dias. Isso é extremamente gratificante!

Ao Profº **Edílson Fernandes de Souza**. Citado em versos como “o homem que orienta paixões”. “Entre o fogo e o vento” é a essência do ser educador. Recebe, ouve, direciona, aconselha, acompanha, reclama. Agregou a este trabalho muito mais do que ‘ciência’, trouxe humanidade. “Os indivíduos possuem características humanas como falar, pensar e amar” (ELIAS, Nobert – A sociedade dos indivíduos).

À **Marcos Nunes, Ulisses Freire, Danylo Pedrosa, David Corrêa** pelo intenso apoio e debate na construção desse trabalho.

À **Henrique Kohl, Haroldo Figueiredo e Vilde Menezes** por terem aceitado de imediato em contribuir na avaliação deste trabalho.

À **Maria das Dores Nogueira** (Marizinha), **Ana Inês Sousa, Malvina Tutmann, Lúcia Guerra, Ney Cristina, Nilson Pinto, Ricardo Vieiralses, André Lazaro, Eunice Nodari, Arnon Andrade, Sandra de Deus** e demais atores que construíram a história do FORPROEX e que se dispuseram de imediato para contribuir nesse trabalho.

Aos amigos de **Clube Náutico Capibaribe** que nutrem no mesmo sentimento. Em especial a **Rogério Leopoldino, Felipe Hebert, Roberto Melo** e o alvirrubro de luto **Janderlei Ferreira**. “Sou de verdade teu fã, mais do que ontem menos que amanhã” (PAIVA, Ademar – Timbuate).

Aos amigos de **FADIMAB**, em especial ao Profº **Jorge Henrique e Jajá**.

Alô pessoal do **Universo Paralelo, Só Náutico e Lado Branco da Força**, aquele abraço!

A **Wuleandro Silva**, não apenas pelo apoio nesse trabalho ou em tantos outros projetos. Mas, principalmente pela busca de uma vida intensa e com inúmeras repercussões sociais. Resiliência meu caro! Vai dar tudo certo! “Quanto há uma tormenta, os passarinhos de escondem, as águias, porém, voam mais alto” (GANDHI, Mahatma).

Para o êxito de qualquer projeto, exige-se além de dedicação, saber lidar com algumas frustrações (DINIZ, Abílio). Podemos passar anos, décadas, ou até mesmo a vida inteira imaginando fantasmas, dificuldades, barreiras. Permaneceremos preocupados (ocupados previamente) com o que o futuro nos aguarda. Porém, tudo o que seremos nesse almejado ‘futuro’ está sendo construído agora, nas ações, decisões e escolhas que tomamos neste exato momento.

Podemos fazer isso diante de duas possibilidades: sustentados pelo amor ou limitados pelo medo. Podemos falhar? Claro! Falhamos inclusive nos restringindo em fazer algo mais conservador, que não gostaríamos, aquilo que está longe de nossos sonhos! Então, porque não se “arriscar” na construção de grandes realizações diante daquilo que amamos. (CARREY, Jim).

Ao longo da caminhada, muitas intempéries irão acontecer, fato. Muitos vão desvalorizar. Alguns vão descredibilizar. Outros vão atribuir suas conquistas e vitórias ao acaso, ou falhas de outros. Nada disso importa! Faça o seu! O resultado aparece! “Dedicação, perseverança e muito desejo de atingir seus objetivos, vitória na vida! ”

(SENNA, Ayrton). Ao que parece, mais uma etapa foi vencida! Creio que é só o começo! **CARPE DIEM!**

“Saber cada dia um pouco mais, utilizando o saber para o bem.
Esse é o caminho do verdadeiro judoca”.
(Jigoro Kano)

RESUMO

O trabalho em questão se propôs a analisar como se constituiu e desenvolveu o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) ao longo de 25 anos de história (1987-2012)? Desde sua criação em 1987 o FORPROEX tem sido o principal palco das discussões de fomento e reivindicações voltados à criação de diretrizes e ações específicas de Extensão Universitária como parte das políticas públicas para a educação superior no país. Desta forma, abordar os saberes e fazeres dos 25 primeiros anos de história do Fórum possuía enquanto premissa fundamentar se deparar com questões importantes como o processo de institucionalização (estabelecendo ações tanto do ponto de vista administrativo, como também da prática acadêmica), territorialização (formas de organização e reorganização em termos de relações sociais com o espaço), financiamento (descentralização e alocação de recursos, bem como fundo especial no MEC) e inovação (construir posicionamentos e ações diferenciadas no seio acadêmico e social). Para tal, foi realizada uma análise dos documentos publicados pelo FORPROEX, como documentos finais dos encontros nacionais, políticas e diretrizes de Extensão Universitária. Os documentos em questão foram reunidos na base de dados da Rede Nacional de Extensão e no acervo da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A análise fundamentou na noção de campo proposta pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. As conclusões encontradas foram: o processo de criação, organização e constituição do FORPROEX, acontecem num momento histórico peculiar e bastante propício para o diálogo em prol de um (novo) modelo de universidade. A luta do Fórum busca fundamentalmente o 'extracampo' e ser reconhecimento como importante vertente no cenário acadêmico. Fortalecimento institucional e fontes de financiamento representam os principais anseios e ambições do Fórum ao longo de seus 25 anos.

Palavras-Chave: Extensão Universitária. Pró-Reitores. Fórum.

ABSTRACT

The current study aimed to examine how the Forum of Pro-Rectors of extension of the Brazilian institutions of higher education was formed and developed (FOPROEX) over 25 years of history? Since its inception in 1987 the FORPROEX has been the main stage of discussions and claims aimed at setting up guidelines and University extension-specific actions as part of the public policies for higher education in the country. Along these lines, addressing the knowledge and/or the making of the first 25 years of the Forum's history had as premise fundamental issues, such as the process of institutionalization (establishing actions both from the administrative point of view, as well as academic practice), territorialization (forms of organization and reorganization in terms of social relations with the space), funding (decentralization and allocation of resources, as well as Special Fund at MEC) and innovation (build positions and differentiated actions within academic and social). To this end, a review of the documents published by FORPROEX was made, such as final documents of the meetings, policies and university extension guidelines. The documents in question were collected in the database of the national network of Extension and at the Dean's office of extension of the Federal University of Rio de Janeiro. The analysis was based on the notion of field proposed by French sociologist Pierre Bourdieu. The conclusions were: the process of creation, organization and Constitution of FORPROEX, happen in a peculiar historical moment and quite conducive for dialogue towards a (new) University model. The Forum's fight seeks fundamentally to overcome campus area and be recognized as an important strand in the academic setting. Institutional strengthening and sources of funding represent the main concerns and ambitions of the Forum during its 25 years.

Key Words: University Extension. Pro-rectors. Forum.

LISTA DE SIGLAS

ACAR-MG	Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINTER	Ministério do Interior
RENEX	Rede Nacional de Extensão
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ‘CAMPO’ DE FORMAÇÃO/INTERVENÇÃO/AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	41
3.1	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.....	46
4	O FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX	56
5	ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	86
6	CONCLUSÕES.....	118
	REFERÊNCIAS	123
	ANEXOS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Esta tese compõe o hall de investigações do Núcleo de Teoria e História do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Até o presente momento este é o único estudo do Núcleo a tratar especificamente do Fórum de Pró-reitores de Extensão. O palco do presente estudo parte da Extensão Universitária e centra-se no debate acerca do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (Forproex).

Tal escolha se fundamenta por entendermos o mesmo como um importante espaço político que traz para si a incumbência de fomentar, definir e acompanhar as diretrizes da Extensão Universitária nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras, desde uma perspectiva conceitual até as questões políticas.

De fato, a criação do Fórum não se deu por acaso, sendo produto de outros tantos arranjos regionais que objetivavam tal encaminhamento. Assim, discutiremos ao longo deste estudo o Fórum em sua vertente nacional, e enquanto período de análise os seus 25 primeiros anos, ou seja, entre os anos de 1987 e 2012. O início do recorte histórico parte de sua fundação oficial datada de 04/11/1987, dia do I Encontro do Forproex. A década de 80 marca importantes acontecimentos históricos, sobretudo no cenário político do país. O movimento Diretas Já, o fim do Regime Militar, além da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil exemplificam com bastante clareza o intenso contexto vivido pelo país.

O ano de 2012, por sua vez, marca o jubileu de prata¹ de criação do Fórum. Neste ano, aconteceu o XXXII Encontro Nacional do Forproex, e sua programação, assim como em todo o seu material publicitário, versava sobre a referida comemoração. Tal evento, bem como as repercussões das homenagens ali realizadas, nos alertou para a construção de um objeto de pesquisa que por si só apresenta justificativas quanto à sua importância.

O Professor Oviomar Flores, Decano de Extensão da Universidade de Brasília (UNB) na ocasião, descrevia, na apresentação do folder de divulgação do evento, traços e marcas importantes sobre a importância e relevância da história do Fórum:

¹ De acordo com a tradição e os costumes religiosos, ao se completarem 25 anos de ordenação sacerdotal, comemora-se o Jubileu de Prata.

“São 25 anos de desafios, lutas e reafirmação persistente da Extensão Universitária como processo acadêmico” (FORPROEX, 2012, p. 1).

O Forproex se estabeleceu ao longo da história como o “olho do furacão”, com uma trajetória marcada pelo notório reconhecimento das práticas de extensão e de seu indispensável valor, quer seja para a formação do estudante, qualificação docente, ou ainda para a relação de diálogo entre Universidade e Sociedade.

Abordar a temática da Extensão Universitária tem se constituído para nós como prática recorrente² em outros momentos de produção científica e em nossa trajetória profissional. Por outro lado, ao passo contrário, percebemos que apesar do crescimento da produção científica sobre a Extensão Universitária ainda carece de uma análise mais sistemática no âmbito conceitual e também de suas políticas.

Ao nosso ver, os debates inseridos nos espaços de Ensino Superior coadunam quase sempre com o mesmo pensamento: a formação universitária contempla não apenas a vertente científica do conhecimento, mas também os aspectos de ordem técnica e social. A aproximação entre Universidade e Sociedade, tão requerida ao longo da história, ganha forma na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, revertendo o conhecimento científico em ações que reverberem um maior impacto na própria sociedade.

Nesse sentido, as ações de Extensão Universitária configuram-se como de extrema importância para os desafios que se postam dia a dia para a Universidade. Esta prática acadêmica articula no espaço universitário as atividades de ensino e pesquisa. Desta forma, (ao menos em tese) cada vez mais a Universidade busca ser um espaço de produção de um conhecimento significativo e que possa contribuir no atendimento de demandas e possíveis desigualdades sociais existentes.

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é o fator que gera um movimento de produção e disseminação do conhecimento no Ensino Superior, uma vez que relaciona diretamente questões fundamentais para o desenvolvimento da ação acadêmica, tais como: o corpo discente aos conhecimentos historicamente

² Como exemplos de produção que versavam sobre atividades/ações de Extensão Universitária, destacamos os Trabalhos de Conclusão de Curso:

Monografia de Graduação: “As consequências da ação voluntária na escola pública: implicações acerca da legitimidade profissional da Educação Física”. (LEONIDIO, 2007)

Dissertação de Mestrado: “Projetos e ações sociais de esporte e lazer: a intervenção do Projeto Santo Amaro e sua dinâmica interinstitucional de parceiras”. (LEONIDIO, 2010)

produzidos pela humanidade (Ensino); a produção de conhecimentos (Pesquisa); a intervenção no cotidiano dos processos sociais e a identificação de questões inerentes a este cerne (Extensão). Estas ações acabam criando um ciclo perene de interdependência entre estes elementos, uma vez que demandam novas pesquisas, interferem no dia a dia do processo ensino-aprendizagem-avaliação, dentre outras questões.

Ao se pensar sobre o papel social da Universidade nos dias atuais, remete-se muitas vezes à criação e à implementação de alternativas educacionais, fundadas nesta indissociabilidade, sobretudo no que se refere às contribuições desta na formação acadêmica de docentes, técnicos(as), discentes e beneficiários. Tal percepção gera nos profissionais diferentes vivências, de modo a identificar os limites e as possibilidades de sua intervenção profissional futura. O debate em questão sempre nos trouxe diversas reflexões, que subsidiaram nossa agenda de pesquisa até os dias de hoje.

Dentre as nossas reflexões percebíamos que muito se debatia sobre a contribuição da Extensão Universitária na formação dos acadêmicos (fato este que não era negado sob qualquer instância). Percebíamos com certa clareza a contribuição que aquela vivência trazia acerca do desenvolvimento profissional e comunitário, na relação entre universidade e sociedade, contudo pouco percebíamos os limites desta, bem como as outras questões que envolvem uma atividade extensionista.

Além disto, percebíamos que as ações de extensão que conhecíamos, apesar de apresentar uma intenção de consolidação dos eixos de intervenção na sociedade por parte da Universidade, algumas vezes eram construídas com pouco levantamento diagnóstico. Assim é possível encontrar projetos que não levem em consideração a demanda da comunidade atendida, as necessidades na formação do profissional ou, ainda, os objetivos da Instituição³.

Entendemos que uma ação de Extensão Universitária, ou qualquer iniciativa que obtenha um intuito de caráter público, gira em torno da formulação e execução de ações que procurem suprir as demandas existentes, sobretudo as de cunho interno à Universidade. Desta forma, é possível pensar em ações teórico-metodológicas que

³ Tal constatação vem diminuindo sua incidência, sobretudo após o advento do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj).

atendam significativamente, mas que também gerem outras possibilidades e articulações.

Diante desta problemática, dentre outros desafios, no ano de 1987 possuindo enquanto pauta a reflexão sobre o conceito, a institucionalização e o financiamento da extensão universitária, surge o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex). O Fórum passa a desenvolver função primordial na definição de políticas de extensão para as instituições públicas de ensino superior. É uma entidade voltada para a construção, articulação e definição de políticas acadêmicas no âmbito da Extensão Universitária. Transformação social, exercício da cidadania e fortalecimento da democracia representam suas bases principais. São membros do Fórum os Pró-reitores de Extensão e titulares de órgãos relativos a tal função das IES públicas brasileiras, com direito a voz e voto.

Ao longo dos anos, a constituição deste grupo fundamentou-se no sentido de estabelecer e consolidar o caráter acadêmico da extensão, renovando o conceito, sistematizando estratégias de articulação entre ensino e pesquisa, e projetando enquanto foco questões inerentes à interdisciplinaridade e ao compromisso social, como meio de cumprir a função social da universidade⁴.

Nossa proposição em pesquisar o Forproex diante de uma análise de cunho histórico parte da compreensão do referido Fórum representar um espaço de embates com um olhar voltado, dentre outros elementos, a questões importantes como institucionalização (estabelecendo ações tanto do ponto de vista administrativo, como também da prática acadêmica), territorialização (formas de organização e reorganização em termos de relações sociais com o espaço), financiamento (descentralização e alocação de recursos, bem como fundo especial no MEC), inovação (construir posicionamentos e ações diferenciadas no seio acadêmico e social).

Acrescenta-se a isso a constante necessidade de articulação com as demandas postas ao longo de sua trajetória histórica. Além disso, reconhecemos o Fórum como um ambiente social em constante (re)construção, que se caracteriza dentro do meio acadêmico, no interior das instituições públicas e privadas, como um interlocutor privilegiado no debate sobre a Extensão Universitária.

⁴ De acordo com Art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, e de domínio do saber humano”.

Nesse sentido, a questão que fundamenta nossa problemática diz respeito e pode ser sintetizada na seguinte frase: como se constituiu e desenvolveu o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras ao longo de 25 anos de história (1987-2012)? Assim, propomos, através desta pesquisa, analisar a construção histórica do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, bem como suas repercussões no âmbito da extensão e por consequência na estruturação do ensino superior no país.

Para isso, possuímos enquanto intuito: (1) Identificar o processo de organização e constituição do Forproex, considerando a situação política de momento, o contexto, o conteúdo, os atores sociais e o processo; (2) Caracterizar os saberes e fazeres produzidos ao longo dos 25 anos do Forproex; (3) Descrever a evolução teórica e conceitual da Extensão Universitária no Brasil; (4) Identificar as reflexões que emergiram do Fórum e se transformaram em diretrizes para a política de Extensão Universitária. Estas são estratégias que, ao mesmo tempo, se constituem em nossos objetivos específicos.

Buscaremos responder a esta questão através da análise da sistemática do Forproex ao longo de 25 anos após sua fundação, no recorte que se inicia em 1987 e finda em 2012, procurando desvelar a orientação que norteou suas ações e diretrizes, com vistas a identificar e analisar suas repercussões não apenas no âmbito da Extensão Universitária, mas do Ensino Superior como um todo e, portanto, dos atores que as concebem e as implementam.

Perceber como funcionou esta dinâmica de funcionamento e intervenção nos trará subsídios importantes para entender como se configurou a Extensão Universitária no país, o quanto a mesma interferiu no andamento das políticas de Ensino Superior, bem como na delimitação de perfis de formação e intervenção no interior das instituições públicas de ensino superior.

Nossas hipóteses iniciais creditam ao Forproex uma fundamental intervenção que viabilizou o crescimento da compreensão e intervenção da Extensão Universitária no país, o que por sua vez acarretou no diálogo fundante para a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Acreditamos que tal análise nos trará elementos importantes para um melhor entendimento da Extensão Universitária no âmbito nacional, onde a partir da história construída possamos vislumbrar novas demandas e desafios para a área no seio da atividade acadêmica.

Nesse sentido, distribuímos o trabalho em 4 (quatro) tópicos, obedecendo à organização descrita a seguir. O Capítulo 1, ***Procedimentos Metodológicos***, descreveu todo o percurso de estruturação epistemológica, bem como as ferramentas de delimitação do estudo, instrumentos de coleta e análise de dados. Além disso apresenta uma leitura dos principais conceitos propostos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, de modo a compreender a posição do campo Forproex frente a outros, o *habitus* que o configura bem como os capitais e as relações de poder impostas.

O capítulo 2, ***A Extensão Universitária: “Campo” de formação/intervenção/avaliação do Ensino Superior***, versa como se constituiu a extensão universitária no Ensino Superior, discutindo desde as primeiras experiências extensionistas, como chega ao cenário latino-americano, além de caracterizar sua inserção no contexto educacional brasileiro. Acrescenta-se a esse capítulo a própria densidade do conceito de Extensão como também o desenvolvimento de suas políticas e diretrizes.

No capítulo 3, denominado ***O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex)***, abordamos o foco de nossa pesquisa, a atuação do Forproex e seu desenvolvimento ao longo de seus primeiros 25 anos. Configura-se neste capítulo um espaço para discutir o conceito sociológico e jurídico de ‘fórum’, bem como o cenário existente no momento de criação do Forproex.

O capítulo 4, por sua vez, dialoga sobre as ***Análises dos Dados***, aprofundando todas as questões levantadas pelo trabalho. Neste tópico dialoga-se com os atores que construíram a história do Fórum, utilizando-se das memórias dos mesmos, atrelados aos documentos (primários e secundários) detalhando os 25 anos do Forproex.

Por fim, apresentamos as ***Conclusões*** acerca do foco de investigação, onde se explicitam o desenvolvimento das ações e as repercussões do Fórum. Reitera o problema de pesquisa e as hipóteses levantadas e apresenta os resultados advindos da análise.

Ratificamos a intenção de propor uma discussão aprofundada acerca dos aspectos que constituem o Fórum e a Extensão Universitária. Em nosso entendimento, tais espaços precisam ser alvos mais frequentes de estudos e/ou pesquisas como fenômeno no campo da Educação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo em questão trata dos procedimentos metodológicos adotados para a construção do presente trabalho. Intenta, principalmente, elucidar as raízes epistemológicas que subsidiaram o caminho traçado ao longo do desenvolvimento da pesquisa, bem como os elementos facilitadores e as barreiras que se apresentaram.

A gênese fundamental do estudo, conforme apontado em nossos elementos introdutórios, busca retratar a Memória - conceito amplo e difuso e que muitas vezes se confunde com a própria história. Para Le Goff (1996), a memória é a propriedade de conservar determinadas informações, um conjunto de funções psíquicas que permite às pessoas atualizarem impressões e compreensões passadas, ou ainda reinterpretadas. Estas informações podem ser relativas a experimentações ou de conhecimentos adquiridos, recorrendo às mesmas quando necessário uma vez que o conhecimento se produz através de memórias de um outrora materializado no presente.

Japiassú e Marcondes (2006), por sua vez, apontam que a memória é a capacidade de relacionar um determinado evento com um outro similar e passado, de modo a evocá-lo através do presente. Delgado (2003) nos chama a atenção para a extensa potencialidade do conceito de memória, superando inclusive o tempo de vida individual. Assim, ultrapassamos a lógica de cronologia atual para remontar a um passado, por vezes, longínquo. É nesta dinâmica que memórias individuais e coletivas se encontram e se estabelecem como fontes ricas para a produção do conhecimento histórico.

Ainda para a autora, tal conceito, dentre outras coisas, possibilita a reconstrução da atmosfera de outros tempos rememorando assim: valores, hábitos e práticas do cotidiano. Além disso, destaca-se o “relembra” convivências mútuas que se solidificaram ao longo da história, bem como reviver embates políticos e ideológicos. Neves (1998) já acrescentara que este é um conceito crucial uma vez que se entrecruzam o passado, o presente e o futuro.

É por meio da memória que identificamos relações dialógicas, por vezes opostas, tais como: temporalidades e espacialidades, lembrança e esquecimento, revelação e ocultação, registro e invenção, história e ficção, monumentalização e documentação. Tempo e memória são duas categorias que solidificam num único

processo. São elos que integram inúmeras conexões da própria temporalidade em movimento.

Em tempos passados os homens já identificavam a importância da memória como um eixo solidificador das consciências e construtor de identidades. Assim, a partir desta relação, os homens puderam ser caracterizados como “seres perecíveis enquanto indivíduos, mas possivelmente perenes enquanto comunidade histórica” (DELGADO, 2003, p. 16).

Lousada (2012) afirma que desde os primórdios o homem busca de distintas maneiras formas para guardar e conservar suas memórias. A eleição da memória se fundamenta em decidir a partir de um conjunto de dados, informações ou eventos, quais são importantes para arquivá-los e quais podem ser abandonados.

Entendemos que os estudos e as pesquisas no interior do debate da Memória e da História nos trazem um conhecimento importante, de modo a fundamentar as inquietações inseridas em nossa problemática. Coadunamos com o pensamento de Luchese (2014) uma vez que acreditamos que a história é um processo que, a partir de suas distintas multiplicidades e lacunas, constitui-se como elementos que se relacionam na construção do passado, e que se estabelece permeado de práticas e representações.

Assim, buscamos responder aos questionamentos relativos ao nosso objeto de pesquisa tomando em consideração, tal qual Braudel (2002), a interseção de múltiplas temporalidades, quer seja do acontecimento, da estrutura ou ainda da conjuntura. Desta maneira, relacionar os autores que balizam o problema de pesquisa em questão, na área da educação, do ensino superior, da extensão universitária, ou ainda do Forproex, confrontados com os documentos e elementos obtidos na pesquisa empírica, fortalece a consistência epistemológica para respondermos aos nossos objetivos elencados.

Ao trazer para os procedimentos metodológicos as análises das evidências ou indícios, face à diversidade de documentos que podem ser recrutados para a construção da pesquisa, faz-se necessário colocar atenção especial para o rigor e as precauções, para favorecer uma maior clareza ao objeto (LE GOFF, 1996).

No sentido de apresentar uma resposta concreta às nossas intenções, entendemos que a abordagem qualitativa de pesquisa é a que melhor se adéqua à nossa proposição. Segundo Minayo (1994, p. 21-22), a pesquisa qualitativa dialoga com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. [...]

os seres humanos, os grupos sociais e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e suas construções”

Triviños (1995) aborda algumas questões como principais características para a abordagem qualitativa de pesquisa. Em primeiro lugar, segundo o autor, a pesquisa qualitativa tem no ambiente natural uma fonte direta de dados, sendo o pesquisador instrumento-chave. Por conseguinte, esta abordagem é essencialmente descritiva. “Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto” (1995, p. 128). O autor ainda complementa afirmando que os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e produtos, o que de certa forma leva-os a analisar seus dados indutivamente.

Para Minayo (2010), a opção metodológica qualitativa não significa meramente uma contraposição ‘ideológica’ às abordagens quantitativas. Intenta aprofundar o caráter do social e as lacunas que emergem da construção do conhecimento, muitas vezes apresentado de forma parcial e inacabada. Desta forma, nos revela uma profunda relação entre interesse e conhecimento, história e avanço científico, entre pesquisador e objeto, bem como uma constante necessidade de criticar a objetivação do saber.

Ainda para a autora, para tal, faz-se necessário expor todo o percurso da produção, revelando os porquês e nuances postas. Superar a conceituação para justificá-los cientificamente. Contudo, só será possível tomando como pressuposto uma abordagem metodológica favorável ao confronto da relação de interdependência entre objeto de pesquisa, problema e procedimentos técnicos que figuram a mesma.

Nesse mesmo sentido, Kohl (2012) aponta que o percurso da investigação deve ser detalhadamente justificado de modo a apresentar os motivos que geraram essa escolha. Estas, só se tornam possíveis se tivermos clareza dos objetivos traçados.

Neste sentido, se aproximando de uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, junto ao cenário da história da educação, optamos por caminhos que nos coloquem na direção do objeto. Para tal, acreditamos como algo relevante pensar sobre os modos de fazer pesquisas tendo como objeto a educação. Luchese (2014) aponta como recortes regionais aquelas que se “limitam a investigar processos educativos em um espaço geográfico delimitado, produzido pelas relações de poder, pelas práticas culturais e históricas reinventadas por grupos humanos que ali vivem e viveram” (2014, p. 147).

Paralelo a isso, Gunther (2006) aponta que o desenho utilizado em uma pesquisa científica depende de diversos fatores, como: materiais, temporais e pessoais. Por outro lado, as problematizações propostas pelo historiador projetam por consequência a qualidade da análise e a interpretação histórica. Nesse sentido, de acordo com Luchese (2014), é preciso saber fazer os questionamentos e as perguntas de modo a dialogar com os documentos. São elas (as perguntas) que nos possibilitam avançar na produção do conhecimento histórico.

Concordamos com o pensamento de Sá-Silva et al. (2015) ao apontar que durante o processo de conhecimento, caracterização, análises e sínteses acerca de um dado objeto de investigação, o pesquisador dispõe atualmente de múltiplas ferramentas metodológicas. Desta forma, a adoção por um tipo de pesquisa específico dependerá de fatores como a natureza do objeto em si, o problema e a corrente de pensamento que guia o pesquisador.

Assim, conforme apontamos em nossos elementos introdutórios, nosso problema de pesquisa pode ser sintetizado na seguinte pergunta: como se constituiu e desenvolveu o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras ao longo de seus 25 anos de história (1987-2012)?

De acordo com Luchese (2014), a escolha de um objeto de pesquisa é tangenciada por dimensões objetivas e subjetivas da história do pesquisador. Para a autora, é preciso saber fazer perguntas, bem como dialogar com os documentos. Somente a partir das perguntas é que podemos avançar no conhecimento histórico. Assim, a autora entende que “há marcas de subjetividade. São escolhas, produzidas a partir de questionamentos, marcados pela presença e uso de documentos, ordenados e tecidos pela trama textual produzida pelo historiador” (LUCHESE, 2014, p. 148).

Fazer pesquisa dentro da educação apresenta características peculiares por terem seus objetos questões predominantemente qualitativas, assim como as outras áreas do conhecimento inseridas no âmbito das ciências sociais. De fato, no decorrer dos processos que dinamizam seu desenvolvimento, é amplamente dotada de historicidade, pautada sobretudo nas relações entre o sujeito e o objeto, na construção sentidos e significados, diante das intensas intencionalidades no seio das relações sociais.

Por essa razão, a presente pesquisa apresenta um recorte histórico e fundamentação explicativa. Para Gil (2010), as pesquisas explicativas têm como

intenção identificar fatores que determinam e/ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, explicando a razão, o porquê das coisas. É neste sentido que buscamos aprofundar nossas percepções e debates de modo a visualizar a realidade e todo o processo histórico de nosso objeto de estudo.

Com base neste enfoque, consideramos que uma pesquisa deve estar preocupada com alguns elementos estruturantes: a busca, a análise, a compreensão e a disseminação de seus resultados. Mais precisamente no que se refere à divulgação dos dados, possibilitará a construção de referências voltadas à memória coletiva dos atores envolvidos no objeto.

Para Costa (2014), o entendimento da concepção epistemológica representa um elemento básico para compreendermos a complexidade que se apresenta à realidade pesquisada. Assim, o processo de vinculação teórica consiste em elemento fundamental para delimitar o objeto de pesquisa, e, por conseguinte, (re)pensar a realidade desse objeto.

Com a ausência de um arcabouço teórico consistente, incorremos sérios riscos de expressarmos considerações equivocadas da realidade investigada. Essa teoria, além de ser sustentada por conceitos articulados que afastam qualquer possibilidade de compreensão fragmentada daquela dada realidade, orienta o pesquisador para reflexão aprofundada da realidade para a edificação de um conhecimento que seja cientificamente amparado e relevante socialmente (COSTA, 2014).

Partindo do pressuposto de que a pesquisa em História da Educação nos remete à construção do conhecimento, com base no trato das motivações e inquietações presentes na problemática proposta, o delineamento metodológico do trabalho em questão se fundamenta na perspectiva teórica da Teoria Geral do Campo a partir do que propõe o sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Nesse sentido, fundamentam-se as análises tendo como ponto de partida as compreensões acerca da noção de campo social, sua estrutura, lógica, leis, bem como as demais categorias que emergem e dialogam intrinsecamente nestas relações.

Segundo Catani et al. (2011), a noção de campo deve ser compreendida em sua interdependência com outros conceitos-chaves. Corroborando o autor, as noções de campo, *habitus* e capital propostas por Bourdieu não podem ser definidas separadamente, mas articuladas em torno de um sistema teórico mais profundo que as constituem, como será possível perceber a seguir.

O campo, segundo Bourdieu (2004), é um espaço de relações sociais. Transcende a lógica de território, meramente geográfica. Para além do viés ‘topográfico’, é um espaço abstrato de relações sociais. Essas relações que constituem o campo estão interligadas em torno de atividades específicas. Pressupõe uma atuação específica que engendra as relações existentes. Nesse sentido, para o entendimento de campo, é fundamental compreender que todo

espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço) (BOURDIEU, 2004, p. 26).

De fato, a noção de campo social é um dos conceitos estruturantes da obra de Bourdieu. Tal qual aponta o Professor Clóvis de Barros Filho em uma de suas aulas disponíveis na web⁵, é um conceito de “fertilidade científica”, uma vez que ajuda, dentre outras coisas, a entender o mundo em que vivemos, proporcionando uma riqueza para fundamentar análises sociais.

Araújo et al. (2009) nos dizem que a elaboração da teoria geral dos campos está relacionada à influência de Weber, que aplicou esta lógica em outros contextos com conceitos advindos da esfera econômica. De acordo com Bourdieu (1984), sempre que nos detemos ao estudo de um determinado campo, visualizamos características que lhe são específicas, mas que em paralelo são representativas para análises do funcionamento de outros campos.

Enquanto um espaço de relações sociais, o campo possui agentes específicos. Estes agentes são os indivíduos pertencentes ao campo, e, como tal, são interligados em torno de atividades específicas.

Por vez, sua estrutura pressupõe o envolvimento num ambiente com atividades, ações e comportamentos específicos, que se desencadeiam a partir das relações sociais do próprio campo. Através dessa percepção “obtem-se o meio de aprender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade” (BOURDIEU, 2004, p. 171).

⁵ Em aula em que trata o conceito de Campo Político, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aAk6j8ypIIk&t=2449s>.

Segundo Catani et al. (2011), os agentes constroem a realidade social, uma vez que, por meio de lutas e relações, objetivam impor seu ponto de vista. Assim, seus interesses e referenciais são determinados pela posição que ocupam no campo.

Uma outra característica fundante no referido conceito é que seus agentes estão em uma constante busca por objetos comuns de desejo. Estes bens alvos possuem um valor simbólico, que é restrito ao próprio campo (de notoriedade, de reconhecimento, de prestígio, de glória), obedecendo regras válidas e perseguindo estratégias que só fazem sentido naquele campo.

A estas regras, enquanto universo de pressuposições tácitas que organizam as ações dentro do campo, Bourdieu chama de *doxa*. As regras do jogo, podemos dizer, exercem influência nas ações dos agentes nesse campo.

Trazendo uma metáfora de maior abrangência, podemos traduzir que o campo assume uma forma de 'jogo', no qual, pertencer a este, significa necessariamente, estar em busca dos troféus pertencentes ao mesmo. Os 'troféus' de um campo não se confundem com os de outro. Os campos assim como seus interesses em jogo guardam uma relativa autonomia. As lutas que ocorrem no interior do campo possuem uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas externas ao campo reflete fortemente sobre a questão das relações de força internas.

Para Bourdieu (2004), o investimento no jogo, vinculado aos interesses e às vantagens que estão em 'disputa' por parte dos agentes, possui um valor óbvio, específico e característico. Relaciona-se aos alvos e às metas particulares que estão interligadas. A este processo de ambição voltado aos elementos e troféus que compõem o jogo, Bourdieu denomina de *Illusio*.

Para Souza (2011), as considerações de Bourdieu possibilitam observar as relações sociais nas perspectivas macro e microsociológica, além de ser um poderoso recurso metodológico. No que se refere à sua possibilidade enquanto recurso metodológico, Passeron (2005) nos diz que o conceito de campo possibilita uma utilização como programa e como engajamento do método. Como programa, utiliza-se a noção de campo como uma ferramenta que permite refletir sobre os agentes, suas práticas e ações. Enquanto engajamento de método, por sua vez, permite uma intervenção descritiva mais estrutural e sistemática, como por exemplo na identificação de estrutura, *habitus*, agentes e capitais.

Acrescenta-se a esse debate que a ideia de campo social traz consigo uma premissa fundamental, existem os que estão dentro e os que estão fora. Existe uma

espécie de “fronteira” que separa os que estão dentro do jogo e os que não estão. Assim, todo campo apresenta critérios de ingresso muito bem definidos. Quanto mais rigorosos forem estes critérios, mais bem estruturado ele se encontra e, dependendo do campo social em questão, há filtros de entrada extremamente seletivos e significativos sendo, em muitos casos, estratégias de regulação dos filtros de ingresso no próprio campo. A entrada no campo necessita do acúmulo prévio de um certo perfil que permita aos pares o reconhecimento como integrante daquele dado espaço social.

Quando nos deparamos com a análise de um campo social, não é difícil perceber que ele não é constituído por agentes com posições iguais. No interior de um determinado campo, os agentes que estão no jogo não necessariamente apresentam as mesmas condições de alcançar o que está em disputa. Alguns são dotados de recursos que facilitam o processo para alcançar os troféus, a estes Bourdieu chama de dominantes. Por sua vez, aqueles que não estão dotados de recursos que trazem determinados privilégios, são designados como dominados.

Desta maneira configura-se um intenso espaço de poder. Os dominantes, por estarem em uma posição confortável e privilegiada, desenvolverão as ações do campo de modo a conservar o seu *status quo*. Os dominados, por sua vez, apresentam intenção de mudar o contexto do campo. Taves (2012) diz que dentro deste tipo de ambiente todo dominante tende a ser conservador. Esta postura combate o posicionamento dos localizados em esferas inferiores, que normalmente adotam estratégias de subversão. No entanto, ambos não questionam as regras do confronto do jogo em disputa, todos sabem de fato seu espaço e o que buscam no campo social. Ainda para o autor, o poder simbólico é a principal questão que estabelece a desigualdade e hierarquiza os agentes entre os poderosos dominantes e os dominados inferiorizados (TAVES, 2012).

As estratégias de conservação tendem a prevalecer em si comparadas às de subversão, uma vez que os dominantes ocupam os postos de tomada de decisão dentro do campo. Assim, em suas ações, deliberam num formato que se articule aos interesses de manutenção do *status* do campo. Devido ao esforço e investimento para participar do campo por parte dos agentes, é bastante improvável que ocorra uma total revolução/reformulação das posições do campo, uma vez que podem colocar ‘em cheque’ a própria existência do campo.

Segundo Araújo et al. (2009), nesse contexto aparecem “momentos de crise” em que por meio do questionamento das posições de dominantes e dominados, há um movimento de tentativa de alternância das posições de poder. Vale ressaltar que, de qualquer maneira, prevalece o entendimento em torno da disputa que está presente no campo. Ambos (dominantes e dominados) estão de acordo sobre o valor do jogo, sua importância, e juntos contribuem diretamente para a sua reprodução. Ainda para a autora, nesse contexto de disputa pela autoridade de domínio do campo, ocorrem subversões, revoluções parciais. As regras básicas postas no campo, no entanto, não são questionadas.

Para tal, o conceito de capital é que vai trazer a base para este entendimento. Para Bourdieu, capital é o conjunto de recursos que um agente pode disponibilizar na busca dos troféus inseridos no espaço de jogo. O capital aqui tratado não é necessariamente o de Marx. Segundo Bourdieu (2004, p. 166), “o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico”. O capital simbólico,

como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas (BOURDIEU, 2004, p. 170).

Neste contexto, quase sempre o capital é mal distribuído entre os agentes do campo. Existe uma concentração do capital dos campos de modo aos dominantes deterem os meios que necessitam para obter seus troféus. Por outro lado, muitas vezes, há poucos recursos para os dominados. As lutas inerentes ao campo envolvem a posse e distribuição deste capital, que é específico ao campo.

Taves (2012) aponta que as posições dos agentes dependerão do capital simbólico que apresentam e o poder simbólico que lhes é atribuído. Bourdieu (2010, p. 7-8) afirma que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Sobre o debate acerca do poder simbólico, Taves (2012, p. 161) afirma que

todo poder simbólico é um poder linguístico, o qual consiste no reconhecimento pelos demais da capacidade de um agente nomear o mundo para um dado campo, isto é, aptidão atribuída para produzir representações simbólicas, como se as tivesse apenas revelando ou descobrindo.

As lutas ocorrem entre os que desejam manter as posições do campo e os que pretendem assumir essas mesmas posições. Nesse sentido, acompanhamos um cenário de conservação das estruturas de poder.

Bourdieu (1984) relata que os campos são frutos dos processos de diferenciação social. As relações sociais entre os agentes (sejam indivíduos ou grupos) e as instituições são o fator que dá base para compreender a luta pela hegemonia, ditando o poder de estabelecer as regras e dividir o capital específico do campo.

Assim sendo, os campos enquanto espaços sociais estruturados e hierarquizados são ‘arenas’ onde se disputam posições e capital, envolvendo lutas e tensões, na medida em que as diversas dimensões ideológicas e simbólicas se fazem presentes. A essência da noção de campo é a luta dialética, a busca pela conservação e/ou transformação, os embates (ARAÚJO et al., 2009).

CATEGORIAS
Um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social
Possui regras do jogo e desafios específicos. Se relacionam às regras do jogo ou aos desafios dos outros campos (Por exemplo, o “campo jornalístico” se comporta e se estrutura diferente do “campo político”).
É um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições. Ocorrem lutas entre os diferentes agentes que ocupam os diversos postos.
As lutas inerentes ao campo acontecem em torno da apropriação de um capital específico, seja pelo seu monopólio e/ou da redefinição
O capital é distribuído de maneira desigual, estabelecendo a lógica de dominantes e dominados.
A má distribuição do capital estrutura e determina o campo. É definido pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo.
As estratégias utilizadas pelos agentes do campo se articulam diretamente às suas posições.
Ressalta-se a oposição entre as estratégias de dominantes e dominados, a conservação (para os dominantes) e as de subversão (para os dominados). Essa

oposição tende a estabelecer um conflito entre “antigos” e “modernos”, “ortodoxos” e “heterodoxos”.

Em processo de disputa constante com os demais, os agentes possuem interesse direto na existência do campo, mantendo assim uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem. Assim, os interesses sociais são sempre específicos para cada campo e não se reduzem necessariamente à relação econômica.

A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo.

Apenas quem tiver incorporado o *habitus* tem condição de jogar o jogo e conceber a sua importância.

Cada agente é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo.

Um campo possui uma autonomia relativa: as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas.

Adaptado de Lahire (2002, p. 47-48).

Assim, cada campo social é um espaço particular de socialização e definidor de um certo comportamento. Este impõe e dispensa qualquer cálculo numa lógica de custo-benefício. São estruturadas inconscientemente. Desta maneira, podemos apontar que o pertencimento a um dado campo também é um espaço de socialização, neste caso preferencial, um orbital de comportamentos mais sutis e sofisticados e que são determinados pela própria socialização.

A partir deste entendimento, quanto mais estruturado o campo, mais perceptíveis é o *habitus* que o constrói. Assim, o *habitus*, ou os comportamentos que são reveladores do pertencimento a um certo campo, não é definido conscientemente. Ele é apreendido, observado, acompanhado, imitado, no seio de um dado espaço de relações sociais.

Almeida (2015) aponta que a compreensão do conceito de *habitus* representa um pré-requisito para o entendimento dos fundamentos que baseiam o conhecimento praxiológico. Ainda segundo a autora, existe uma dificuldade em definir tal conceito uma vez que o mesmo foi sendo aperfeiçoado no decorrer do tempo e das obras de Pierre Bourdieu.

Tentando aproximar à construção de um conceito, *habitus* é “um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (BOURDIEU, 2010, p. 144).

Podemos descrever que o conceito de *habitus* representa, paralelamente, uma maneira de pensar e uma maneira de agir, concomitantemente um conjunto de esquemas de classificação do mundo e um conjunto de disposições de ação. Estas são aprendidas ao longo da vida, a partir de uma certa trajetória social e que acontecem sistematicamente sem ao menos termos a plena consciência de sua existência.

Para Bourdieu (2004), o *habitus* é um sistema de categorias, percepções, pensamentos, ações e apreciações. São produtos da ‘incorporação’ de comportamentos sociais. Almeida (2015) sintetiza uma compreensão de *habitus* afirmando que é incorporado através das relações e estruturas sociais, seja numa esfera mais ampla ou limitada, mundos ou universos específicos, que denominamos de campos.

Sobre esse debate, Bourdieu (2004, p. 24) afirma que

O *habitus* mantém com o mundo social que o produz numa autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem nem mesmo precisar colocar a questão nesses termos.

Segundo Taves (2012), o *habitus* pode ser compreendido como as disposições internalizadas pelos agentes, não apenas em sua mente ou discurso, mas incluindo suas relações conscientes e inconscientes, raciocínio, gestos etc. É a estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas para os agentes.

De acordo com Bourdieu (1984, p. 89),

para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas, e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc.

Para Montagner e Montagner (2011), o eixo central do conceito de campo está localizado no pensamento do conceito como “resultado de uma necessidade de situar os agentes portadores de um determinado *habitus*, dentro do espaço que este mesmo

habitus havia sido engendrado”. Para os autores, perpassa sobretudo pelo domínio e posse de algo simbólico específico ao campo “imane ao espaço social delimitado e determinado por esse elemento” (MONTAGNER; MONTAGNER, 2011, p. 259).

Em síntese, Lahire (2002) aponta elementos essenciais para a definição de campo. São eles:

Deste modo, e buscando atender ao objetivo de identificar o processo de constituição e organização do Forproex, considerando a situação política de momento, o contexto, o conteúdo, os atores sociais e o processo, o entendimento de campo possibilita compreender a Extensão Universitária, seus agentes, *habitus* e capitais, identificando a posição do Forproex nesse processo.

Nesse sentido, e, a partir de Bourdieu (2004), caracterizamos em nossas análises o campo Forproex frente ao campo do poder (como estas se constituem), a compreensão das estruturas objetivas em que estão inseridos os agentes/instituições que compõem este campo (análise das relações destas estruturas) e a análise dos diferentes *habitus* e de suas manifestações, do campo Forproex para sua inserção/busca/intervenção em outros campos (análise das relações sociais).

De acordo com este entendimento, fazer a opção por um recorte empírico do objeto de pesquisa consistiu em nosso primeiro desafio. Considerando o objetivo do estudo, a necessidade e o cuidado que a temática requer, utilizamos como instrumentos de coleta de dados os documentos produzidos pelo Forproex. Nesse sentido, adotamos como estratégia metodológica a análise documental.

A opção pelo referencial teórico baseado em Bourdieu parte da percepção que o autor em questão nos trouxe subsídios para compreender todo o processo de construção, constituição e evolução do objeto de investigação, se utilizando da característica central da análise do poder entre diferentes grupos.

De acordo com esse delineamento, apontamos que tais disposições conceituais retratadas por Bourdieu não se revelam de maneira explícita, racional ou ainda objetiva. Este ponto nos parece ser bastante relevante por relacionarmos como estratégia metodológica os documentos oficiais que foram construídos ao longo da história do Forproex. Esta gama de documentos revela uma dualidade entre informações meticulosamente construídas com as que se apresentaram de forma mais orgânica, sob as mais distintas intenções. Tal qual aponta Bourdieu, que, apesar do papel da racionalidade ser inegável, paralelo a isso é preciso se atentar à espontaneidade.

Trazendo este encaminhamento para a pesquisa historiográfica, tratamos, enquanto preocupação fundante, de superar as intenções de investigação (a partir da própria contemporaneidade do estado da arte estudado), sem encaminhar num historicismo anacrônico, numa interpretação errônea, distorcida do passado, contrariando sua cronologia e graus de importância.

Para isso foi necessário buscar informações sobre os documentos produzidos pelo Fórum, bem como o estudo e contexto de sua elaboração e realização. Acrescenta-se a isso a necessidade de problematizar essas fontes, suplantando a mera descrição, contextualizando-as dentro de um espaço e tempo geral, contrapondo ao seu tratamento como fato local e isolado.

Sobre este encaminhamento, Aróstegui (2001) nos traz subsídios ao afirmar que a avaliação de uma fonte atende inicialmente ao estabelecimento da história da própria. Sua origem, trajetória, vaivéns, até chegar em nossas mãos, pode ser uma ferramenta importantíssima para proceder uma crítica. Após este movimento, é possível realizar sua observação. Para o autor,

Examinada adecuadamente una fuente, puede pasarse a su análisis interna. Este tipo de análisis será más claro y ordenado si se guardan precauciones para que el análisis clasifique la fuente en cuanto al tipo de informaciones que es capaz de ofrecer (ARÓSTEGUI, 2001, p. 395).

Tal qual aponta Costa (2014), entendemos que as fontes são elementos básicos para a sistematização do conhecimento histórico. O trabalho de identificação, o uso e a interpretação das fontes são elementos constituintes do caráter e da qualidade da pesquisa. As fontes não falam por si próprias. Elas são na verdade vestígios, sinais, pistas deixadas pelo homem ao longo do tempo, mas que apenas têm sentido se forem articuladas na construção de respostas face às perguntas feitas pelos pesquisadores. A relação estabelecida dos historiadores com as fontes é fundamental para edificar a pesquisa e o conhecimento histórico.

A partir dessa perspectiva, contesta-se a concepção que considera a abordagem das fontes e o seu uso historiográfico de uma forma absolutamente objetiva, subestimando os componentes subjetivos do trabalho historiográfico.

Desta feita, também é contestada a concepção que enfatiza demasiadamente o papel subjetivo do intérprete na abordagem e no uso das fontes. Permanecem presentes, neste sentido, os riscos de estabelecimentos e correlações enganosas

entre as fontes e as interpretações ou entre as interpretações e os problemas surgidos na pesquisa. Essa argumentação justifica e ratifica a importância das discussões sobre as fontes, com amparo nos conhecimentos recentemente produzidos no âmbito da metodologia e da epistemologia (COSTA, 2014).

Para Ragazzini (2001), é preciso apresentar as relações que compõem a cadeia que conduz desde os registros do passado à significação, à interpretação da história. Para tanto, necessita de uma discussão sobre os problemas das fontes para uma História da Educação, tanto do ponto de vista teórico quanto da prática de pesquisa. Por sua vez, Schaff (1978), quando indagado sobre os motivos de estarmos constantemente reescrevendo a história, remete que emerge basicamente em função das necessidades do presente e dos efeitos dos acontecimentos do passado no presente.

Para efeito de tratamento das fontes utilizadas, apenas confere um valor histórico à investigação a partir do momento em que o pesquisador supera os limites do próprio material trabalhado, e, paralelo a este movimento, se reconhece como bagagem de vida e postura.

De acordo com Pimentel (2001), investigações baseadas em documentos como principal elemento de coleta de dados extraem, organizam e interpretam toda a análise, de modo a articular os objetivos da investigação proposta.

A autora aponta que o material pesquisado sobre essa metodologia poucas vezes apresenta o percurso traçado pelo pesquisador, desde o momento em que estabelece as intenções da pesquisa até as análises e respectivas conclusões. Os procedimentos em questão constituem-se como um 'processo de garimpagem'. As categorias de análise emergem dos documentos, para isso necessitam ser achados, recrutados, tratados e norteados a partir de um problema de pesquisa, que oriente a montagem das peças num esquema de 'quebra cabeça'.

Assim, estabelecemos para o presente, no tocante à análise documental, fontes primárias (documentos produzidos pelo Forproex) e fontes secundárias (documentos produzidos sobre o Forproex), dos quais destacamos: relatórios, avaliações, material de publicidade, material da mídia espontânea, sistemas de informação, atas dos Encontros dos Pró-Reitores, portarias, resoluções etc. A partir deste procedimento, identificamos nas fontes utilizadas informações relevantes que trouxeram subsídios à compreensão da concepção e constituição do Forproex.

Buscar fontes é, antes de tudo, atender às questões previamente estabelecidas, indagadas. Desta maneira, o levantamento e a catalogação de fontes são bases fundamentais para se escrever as diferentes histórias que poderão, inclusive, sugerir novos encaminhamentos para a pesquisa em educação.

Para Aróstegui (2001), fontes adequadas para um tema são aquelas capazes de responder a um maior número de perguntas e melhor possibilidade de adaptação dos objetivos da investigação e suscetíveis a um uso mais cômodo. Além disso, se relaciona com a quantidade de informação (para visualizar se tal problema é resolutivo) e com variedade de informação (que permita uma generalidade para as respostas).

Importante ressaltar que a busca por documentos foi balizada pela relação que essas fontes estabeleciam com as inquietações da pesquisa. Nesse sentido, buscamos fundamentalmente na Rede Nacional de Extensão (Renex), bem como nos acervos do Forproex presentes na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bem como na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UNB). Reunimos todos os documentos que estivessem associados ao Forproex e demais políticas de Extensão Universitária anteriores ao próprio Fórum.

De acordo com o que aborda Lousada (2012), a avaliação de documentos pode ser compreendida como conceito, prática e processo. Conceito, uma vez que o fato de teorizar e refletir são elementos estruturantes. Prática, pois muitas instituições e/ou pesquisadores não realizam esta seleção respaldados em algum instrumento ou normativa que o justifique. Processo, porque pode ser vinculada inclusive no próprio momento da produção documental, minimizando a acumulação excessiva.

Seguimos os preceitos metodológicos sugeridos por Aróstegui (2001) no elencar dos documentos a serem utilizados, uma vez que “la relación entre tema y fuentes es siempre dialéctica y es ella la que explica y condiciona el diseño de una investigación” (ARÓSTEGUI, 2001, p. 396). Para o autor,

Rara vez una investigación histórica es planificada con cuidado. Y, es más una de las más frecuentes imputaciones negativas que se hacen al trabajo historiográfica desde el punto de vista metodológico es la falta de explicitación de sus presupuestos y la falta de previsión de sus desarrollos (2001, p. 361).

Na intenção de não incorrer no equívoco apontado pelo autor, utilizamos a partir de sua contribuição os critérios dispostos no quadro abaixo.

CATEGORIA	ELEMENTOS	CRITÉRIOS	OBSERVAÇÕES
Fiabilidade	Autenticidade	Técnicas de datação (estratificação e comprovação de datas explícitas)	Os documentos possuem cronologia autêntica e confirmada. Publicados em língua portuguesa, foram construídos para encaminhamento intencional e permitem análise histórico-contextual.
		Técnicas linguísticas (lexicografia, erudição do texto e crítica histórica)	
	Depuração de informação	Coerência interna da fonte (rastreo de interpolações)	Os textos analisados apresentam coerência na sua construção, e apresentam indícios de não continuidade. Os documentos por mais que são reconstruídos posteriormente a priori teriam um encaminhamento final nele mesmo.
		Comprovação externa das informações	
	Contextualização	Técnicas de classificação documental	São possíveis de estabelecer nexos diretos entre os documentos de modo a categorizá-los objetivamente.
		Análise de “Séries” ou “Famílias” de documentos	
		Comparação com fontes diversas	
Adequação	Demanda de informação	Estabelecimento dos tipos de documentos requeridos	Estabelecemos critérios taxonômicos evidentes. A quantidade foi vasta e densa no que se refere aos seus conteúdos.
		Quantidade de informação precisa	
		Variedade dos suportes e conteúdos	
	Compilação documental	Junção exaustiva de fontes	Após a junção dos documentos foram organizados de acordo com ano e categorias emergentes do mesmo.
		Busca de fontes contrastáveis e comparáveis	

		Possibilidades de análises de tais fontes	
--	--	---	--

Adaptado de Aróstegui (2001, p. 394-397).

Deste modo, o conjunto de documentos foi composto por:

- Documentos Finais dos Encontros do Fórum: ao todo foram consultadas 32 (trinta e duas) “cartas” (denominação dada aos Documentos Finais dos Encontros do Fórum). Na Rede Nacional de Extensão (Renex)⁶ encontram-se os documentos do I ao IX encontro, e a partir do XXIX. Na publicação de Nogueira (2000) estão reunidas as 15 (quinze) primeiras. Inicialmente, tínhamos uma lacuna de 11 (onze) anos referente às reuniões entre 2000 e 2010, totalizando nesse período 12 (doze) documentos. Estes foram encontrados e catalogados em contato com os Pró-Reitores que eram presidentes do Fórum da época, bem como encontrados no acervo da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁷.
- Programação de Debates dos Encontros do Fórum: Reunimos a programação das reuniões por meio de folders e sites da internet. Estas foram importantes no sentido de identificar as propostas para cada evento, bem como os atores convidados para o mesmo.
- Regimento do Forproex.
- Política Nacional de Extensão Universitária.
- Coleção Extensão Universitária: Série de documentos produzidos pelo Forproex para socialização nas Universidades. São eles:
 - Plano Nacional de Extensão Universitária;
 - Sistema de Dados e Informações;
 - Avaliação Nacional da Extensão;
 - A Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão;

⁶ Disponível em:

https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20

⁷ Em 03/10/2016, o acervo existente na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi perdido em incêndio de grandes proporções no 8º andar do prédio da Reitoria.

Divulgação da mídia: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/incendio-atinge-predio-da-reitoria-da-ufrj.html>

Nota Oficial da Reitoria: <https://ufrj.br/noticia/2016/10/04/nota-sobre-incendio-no-8o-andar-do-predio-da-reitoria>

- Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras;
- Organização e Sistematização;
- Política Nacional de Extensão Universitária;
- Ofícios com comunicados para os Pró-reitores.

Coadunamos com o pensamento de Luchese (2014) ao afirmar que não basta diversificar toda a base documental se a forma de tratá-las não as considere de uma maneira diferenciada, de modo a contemplar as questões propostas como produções humanas.

Para a autora,

Concretamente, o trabalho do historiador não é o de juntar documentos e escrever a partir deles a História. Todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação, construídos e preservados no tempo para as gerações futuras. Memórias fragmentadas de um tempo que não conseguiremos jamais tomá-lo em sua totalidade (LUCHESE, 2014, p. 149).

A leitura e a organização dos documentos citados foram realizadas por um viés histórico, pedagógico e sobretudo político, uma vez que se encontram inseridos em um complexo contexto político-social, caracterizados não apenas por um conjunto de normas, mas também como agentes deste contínuo processo de normatização da sociedade.

Partimos do pressuposto que o documento é o pilar para o trabalho com a pesquisa histórica. Os documentos definem uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude da sua busca. Desta maneira, os documentos não devem ser entendidos como meros registros sobre o passado, mas também, e especialmente, como dados sobre o presente.

Le Goff (1996) aponta que o documento não é o mero resultado de uma dada situação histórica. Para o autor, sua produção está ligada a uma questão social fundamental, a tentativa de hipotecar o futuro, quer seja consciente quer seja inconscientemente.

Ao longo de nossas reflexões, visualizamos o período que estudamos como “25 anos de saberes e/ou fazeres”. Além da referência cronológica (25 anos) abordamos a história como “saberes e fazeres”. Isto se deve ao fato de entendermos que o fazer e o saber dos agentes que produziram este conhecimento histórico

reconstituem os paradigmas desta área, e que emergem da própria complexidade do objeto de estudo e de sua fundamentação.

Acrescenta-se a isso o fato do estudo em questão tomar enquanto intenção construir/reconstruir a memória do Forproex, a partir de uma concepção de memória social, conforme aponta Le Goff (1996, p. 426) como “um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”. Desta forma, entendemos assim como o referido autor que a memória consiste na propriedade de conservar informações, o que nos remete à capacidade de atualizar impressões ou informações passadas, bem como analisá-las contextualmente fazendo as devidas relações necessárias. É o fragmento abstrato, imaterial da vida e da cultura de uma pessoa, grupo social, civilização, etc.

No contexto de levantamento e análise dos documentos produzidos pelo Forproex ao longo da delimitação histórica proposta para o referido estudo, Cook (1998) analisa que nenhum texto representa um simples subproduto. De fato, é um produto consciente para servir a um determinado propósito, por mais que esse propósito possa ser transformado em padrões inconscientes de comportamento social, em discurso institucional e em modelos padronizados de apresentação das informações. É o registro concreto (oral, escrito ou arqueológico), da vida e da cultura de uma pessoa, grupo social ou civilização.

As análises tácitas que o presente estudo pretende apresentar remontam à junção e à articulação dos elementos debatidos ao longo deste capítulo, tal qual apresenta Lousada (2012, p. 64): “a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos, a própria vida não existiria, pelo menos sob a forma que conhecemos”.

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ‘CAMPO’ DE FORMAÇÃO/INTERVENÇÃO/AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo possui como intuito caracterizar a Extensão Universitária, dialogando com elementos que ao longo da sua história lhe constituíram tal qual a definimos atualmente. Nesse anseio, apresentamos a Extensão como um lócus importante de formação, intervenção e avaliação das ações no âmbito do ensino superior.

A extensão universitária, no que diz respeito às dimensões características da atuação universitária, foi a última a surgir como uma atividade para superar a dicotomia existente entre a produção e a socialização do conhecimento. Esta foi concebida, segundo alguns autores, na intenção de promover uma ampliação da disseminação do conhecimento produzido no interior das universidades, atingindo as camadas mais pobres da população, “visando, por um lado, preparar técnicos e, por outro lado, dispensar o mínimo de atenção às pressões das camadas populares” (TAVARES, 1997, p. 29).

Há que se afirmar que tal tema passou a alastrar-se no mundo acadêmico de maneira significativa onde, para muitos posicionamentos, a Extensão Universitária representa uma ‘função’ assim como o ensino e a pesquisa, e é responsável pelos compromissos sociais da instituição. Para outros, “constitui-se como ‘comunicação’, divulgando e complementando as atividades de ensino e pesquisa. Acrescenta-se a isso a noção de ‘princípio’, compreendendo que todas as atividades universitárias passam a ser definidas a partir da extensão” (SANTOS, M., 2010).

Apesar de similaridades entre as percepções sobre sua função, até então, não existe um consenso na literatura existente sobre o objetivo maior da extensão universitária. Paula (2013), aponta que em função de seu caráter interdisciplinar, de sua realização para além de espaços físicos ‘tradicionais’ como salas de aula e laboratórios, e de estar intrinsecamente voltada para as demandas de disseminação de informação e conhecimento para um público mais vasto e heterogêneo, as atividades de extensão têm crescido e foram inseridas no interior das universidades.

De fato, o entendimento de Extensão apresenta muitas vezes certas incongruências quer seja na sua concepção e/ou implementação. Podemos justificar esta questão pelo fato de que percebemos três diferentes vertentes que determinam as conduções do tema em países e contextos distintos, mas que inspiraram

profundamente a Extensão no Brasil: a primeira, fruto das universidades populares europeias que objetivavam disseminar conhecimentos técnicos à população; a segunda, com uma proposta de prestação de serviços (produto do modelo norte-americano) e a terceira, decorrente do manifesto de Córdoba que reafirma e busca legitimar o propósito social da universidade.

De acordo com Melo Neto (2002), amparado pelas contribuições de Rocha (1986), Fagundes (1986) e Botomé (1992), as universidades populares europeias visavam difundir conhecimentos técnicos não apenas às elites, mas também a outras classes sociais devido ao advento da Revolução Industrial.

Pode-se reconhecer, nesse ponto, o surgimento incipiente da Extensão, em uma forma já institucionalizada. E será este o modelo de Extensão europeu, caracterizado pela criação de cursos que visavam garantir a educação continuada e uma formação técnica (SOUSA, 2010, p. 14).

Conforme Melo (2011), a origem da Extensão Universitária data do final do século XIX, por volta do ano de 1860, na Inglaterra. Neste contexto, a Extensão era vista como transferência e expansão das culturas superiores às massas que até então não se envolviam com problemas sociais.

Mirra (2009) ratifica que as primeiras manifestações de extensão universitária datam na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, apresentando dois movimentos paralelos. Para a autora, a Universidade de Cambridge, em 1871, provavelmente foi a pioneira em criar um programa formal de cursos de extensão. Estes, foram levados por seus docentes em diferentes regiões e segmentos sociais. As regiões de Nottingham, Derby e Leicester iniciaram este movimento por meio dos cursos de Literatura, Ciência Física e Economia Política, conseguindo atingir vasta clientela rapidamente, ampliando para todo o país.

Praticamente no mesmo período surge em Oxford outra vertente, com atividades voltadas para os bolsões de pobreza, num formato de 'movimento social'. As primeiras iniciativas aconteceram em Londres e logo se espalharam para as regiões de concentração operária. Segundo Paula (2013), após a experiência na Inglaterra, a extensão universitária transitou para a Bélgica expandindo-se para a Alemanha e conseqüente para todo o continente europeu.

Após as primeiras experiências europeias, a temática Extensão Universitária chega nos Estados Unidos no ano de 1982, pioneiramente na Universidade de

Chicago. Neste contexto, a Extensão era vista como transferência e expansão das culturas superiores às massas que até então não se envolviam com problemas sociais (MELO, 2011).

Neste mesmo período aconteciam algumas transformações na sociedade ocidental marcadas pela consolidação da Revolução Industrial, as Revoluções de 1848-49, a Comuna de Paris, de 1871, que, “em última instância, significaram a entrada em cena de segmentos sociais, historicamente marginalizados, centrados nas classes trabalhadoras submetidas ao capital, que denunciavam o conjunto da ordem social capitalista, invocando o socialismo” (PAULA, 2013, p. 7).

Não obstante, “foi a partir das experiências americanas, sobretudo naquelas localizadas na zona rural, que surgiram duas novas visões diferenciadas daquelas existentes na Europa: uma visão denominada cooperativa ou rural e outra universitária em geral” (MELO NETO, 2002, p. 2).

Tal modelo, em sua totalidade, segundo Rezende (2012) pretendia suplantando o retardamento do setor agrícola, tendo como via “educar” o homem do campo para adquirir maquinário e insumos industrializados propícios à modernização de sua atividade visando produzir mais, com melhor qualidade e maior rendimento.

Esta proposta, emerge de uma adaptação do modelo europeu o qual “(...) caracterizou-se, desde seus primórdios, pela ideia de prestação de serviços” (MELO NETO, 2002, p. 2) e assistência técnica direcionada para o desenvolvimento comunitário adquirindo, portanto, um alto grau de desempenho e consolidação em solo americano.

Como respostas a estas movimentações, algumas propostas e organizações surgiram, com foco em acatar as demandas sociais, sobretudo dos trabalhadores e de religiosos as quais serviram de plano de fundo para a consolidação de um cenário propício para a expansão da extensão universitária pelo mundo.

É nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares, que também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social, inicialmente, e, depois, para um amplo conjunto de campos e interesses, que vão da educação de jovens e adultos às políticas públicas de saúde e tecnologias à prestação de serviços, da produção cultural ao monitoramento, avaliação de políticas públicas, entre muitas outras atividades (PAULA, 2013, p. 9).

Neste contínuo, a extensão universitária deu-se nos quadros de países centrais, que, cada qual à sua maneira, buscavam realizar uma distribuição de renda, tanto no que se refere à riqueza, quanto à intenção de habilitar a população para a inserção em processos produtivos que cada vez mais apresentavam um padrão tecnológico sofisticado.

Por sua vez, as primeiras experiências latino-americanas tiveram como base conceitual o modelo francês, que, para Faria (2015), foi pouco difundido na literatura, mas esteve voltado inicialmente para os movimentos sociais. Destes, destaca-se o Movimento de Córdoba em 1918, na Universidade Argentina de Córdoba, e que trouxe repercussões importantes no cenário educacional dos povos latino-americanos.

O cenário latino-americano, durante o século XX, estava marcado por duas grandes revoluções, a mexicana, de 1910, e a cubana, de 1959, que juntas possibilitaram a incorporação de questões sociais nas pautas estatais. “Esse Manifesto torna-se um marco porque será a partir dele que a Universidade Latino-americana vai buscar (porque cobrada) maior compromisso social” (SOUZA, 2010, p. 15)

Para Melo Neto (2002), a concepção veiculada no Movimento de Córdoba compreende a extensão universitária como uma ferramenta de fortalecimento da função social da universidade. Tal fortalecimento se estrutura na projeção para a população da cultura construída na Universidade, como também sobre a preocupação pelos problemas nacionais. Neste contexto, é desenvolvida uma tentativa de participação dos distintos segmentos universitários nas lutas sociais, buscando sobretudo transformações sociais. Esta, sem dúvida, é o principal marco do movimento de reformas de Córdoba. Melo Neto (2002) destaca que as concepções presentes na Carta de Córdoba já estavam contidas desde o Congresso Universitário de 1908 no México, destacando o ideário de extensão voltado para a difusão cultural, principalmente na questão da educação popular.

Muitas universidades latino-americanas foram criadas ainda no século XVI tendo uma maior expansão a partir do século XVIII. Em sua maioria eram atribuídas e controladas por instituições religiosas, e, segundo Paula (2013, p. 11), “não ultrapassaram os limites de um ensino em tudo avesso à experimentação e à liberdade, ao mesmo tempo que segregadoras, elitistas, não atendendo às camadas populares da população”.

Ainda de acordo com a autora, outro fato importante da história sociocultural latino-americana foi a Reforma Universitária que, iniciada pelos estudantes de Córdoba, no ano de 1918, se espalhou pela América ao ponto de ser registrada no Congresso Internacional de Estudantes do México, no ano de 1921, a partir de duas principais vertentes: a intervenção dos estudantes na administração universitária e o funcionamento das cátedras livres e de cátedras oficiais, dando esta incumbência aos professores com reconhecimento técnico notório na condução de suas matérias.

A luta pela Reforma Universitária,

é parte de uma luta mais geral contra a permanência da dependência, contra a incompletude da construção nacional, expressa no absoluto distanciamento das universidades dos grandes problemas sociais, econômicos, políticos e culturais das nações latino-americanas (PAULA, 2013, p. 11).

Por outro lado, é com essa ascensão esquerdista que se consolida uma série de golpes de Estado nos anos 1960 com a implantação de regimes ditatoriais, com um variado arsenal repressivo, como foram os casos do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia e do Chile, culminando numa luta armada inspirada nas experiências revolucionárias chinesa e cubana. Assim sendo, é à luz desse cenário que se organizou a extensão universitária marcada por forte influência de movimentos sociais bem distintos daqueles ocorridos nos polos centrais do capitalismo – Europa e Estados Unidos da América.

É, neste momento, marcado pelo surgimento de grupos sociais que o modelo latino-americano reafirmara a missão social da universidade tendo como principal bandeira a promoção e o acesso da cultura pelas “classes populares”, fator este que inspirou inúmeros movimentos entre educadores e estudantes solidários a este propósito.

Considerando o cenário descrito, é de importância salutar que tais vertentes são decorrentes de diferentes arranjos políticos, econômicos e sociais que, segundo Silva (2003), partiram do momento em que o Estado Moderno se erguia no cenário internacional. Nesse contínuo, de um lado encontram-se as experiências europeias e norte-americanas (pioneiras em extensão universitária), e do outro, a experiência latino-americana que, em suma, representa um rompimento dos preceitos adotados pelas potências hegemônicas no início do século XIX.

Contudo, de acordo com Barbosa (2012), vale ressaltar que, fazendo jus ao processo constitutivo nacional, estas influências foram articuladas e engendradas culturalmente conforme a realidade brasileira, sua cultura, política e processos sociais. Para aprofundar a compreensão sobre como ocorreu a miscigenação e a consolidação da extensão universitária no Brasil apresentam-se, a seguir, as principais características desse processo segundo a literatura existente.

3.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Para explicar como ocorrera o processo de consolidação da Extensão Universitária no Brasil, recorreremos a algumas publicações datadas por volta de 1970 e 1980 as quais demonstravam atenção e interesse na temática e já apontavam direcionamentos para a construção de uma agenda nacional.

Na dissertação *Caracterização Analítica dos objetivos da extensão universitária*, de Rodrigues (1983), alguns indícios apontam que leves manifestações extensionistas já aconteciam no Brasil colonial apesar destas apresentarem condições dissociadas do ensino superior. Para subsidiar sua afirmação, o autor recorreu às contribuições de Linhares (1976, p.56) o qual apresentara que

As instituições de ensino mantidas pela companhia de Jesus e, posteriormente, por outras ordens religiosas destinavam-se, primordialmente, à formação sacerdotal. Constata-se, no entanto, a existência de forma rara, de aulas 'externas' para leigos que depois prosseguiram seus estudos em Coimbra, Montpellier ou Paris.

Como apresentado anteriormente, as experiências latino-americanas sofreram influências do modelo francês e caracterizaram-se por elevar a cultura popular e reafirmar o papel social da universidade enquanto que, no Brasil, os primeiros tentames estavam voltados “claramente às elites, diferindo bastante da postura do modelo inglês, onde se buscavam levar às camadas populares conhecimentos utilitários (AZEVEDO, 1960, p. 191).

Rodrigues (1983), em sua obra, ainda proporciona aos leitores a percepção de que o nascimento da extensão universitária no Brasil é marcado pela incorporação de atividades de formação desvinculadas com o ensino superior e direcionada “basicamente à classe alta” (CUNHA, 1981, p. 5). Já Reis (1988), em linhas gerais, apresenta que nesse mesmo período diferentes reflexões sobre entendimentos de

função e metodologia sobre a atuação universitária junto à população direcionaram o surgimento de ações estruturadas e que consolidam o modelo tipicamente brasileiro.

As primeiras experiências com características verdadeiramente extensionistas em nosso país, segundo Silva (2015), iniciam-se a partir das Universidades Populares e, conforme Oliveira (2005), surgiram no início do século passado, nas experiências precursoras desenvolvidas pela Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo, inaugurada em 1912, e pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Viçosa, em 1926.

De certa forma, ambas experiências inspiraram outras iniciativas no país na medida em que um ou outro modelo estão presentes nas ações extensionistas em maior ou menor escala das Universidades Brasileiras. Porém, a primeira referência oficial sobre a Extensão Universitária consta no Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, denominado Estatuto de Organizações das Universidades Brasileiras – parte do conjunto de reformas propostas pelo recém-criado Ministério da Educação no contexto da revolução de 1930 do então Ministro Francisco Campos - que estabelecia, no Art. 42: “A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário” (BRASIL, 1931). No parágrafo 1º deste mesmo artigo consta também que esses cursos, de acordo com Fávero (2000a), destinam-se à propagação de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à proliferação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses da nacionalidade.

Segundo Souza (2000), essa foi a primeira vez que o termo extensão surgiu na legislação brasileira. Uma análise feita por Barbosa (2012) aponta que tal Estatuto contou com influência das Universidades Populares Europeias como argumenta Gurgel (1986) e Melo Neto (2001). Este último apresenta o conceito de “via de mão única” caracterizado pela Universidade induzindo algo, de sua especificidade, na sociedade e ela sendo apenas a receptora. Assim sendo, como já preconizava Nogueira (2005), de forma paralela a essa proposta estava o intuito de disseminar os ideais de uma classe hegemônica que se alojara no poder central.

Rodrigues (1983) também ressalta a importância da IV Conferência Nacional de Educação que acontecera também em 1931. Tal acontecimento foi marcado por inúmeras polêmicas e culminou na divulgação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932” (ROMANELLI, 1999, p. 144) o qual, em seu

ponto V, dedica-se à educação superior e aborda a temática extensão universitária, a saber:

V. Criação de Universidades, de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tríplice função que lhes é essencial, elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos: à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada; à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino); à formação de profissionais em todas as profissões de base científica; à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todos os meios de extensão universitária (AZEVEDO, s.d., p. 88-90 apud RIBEIRO, 1993, p. 108-110).

Outro marco importante para a legitimidade da extensão universitária no Brasil foi a criação da Universidade do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 5.513 de 4 de abril de 1935, que instituiu como uma de suas finalidades “propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular” (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1935). “À medida que a Universidade do Distrito Federal é de iniciativa pública, sob a direção de Anísio Teixeira, (...) a extensão universitária é, em decorrência, entendida como função, na base da difusão da ciência e das artes” (REIS, 1988, p. 9). Desse modo, corroborando Ramos (2012), essa instituição contribuiu de forma expressiva com a efetivação da história universitária no país, marcada por seu caráter criativo e inovador.

Ações como a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – ACAR-MG, em 1948, e Rádio Educadora Rural do Maranhão, em 1959, são alguns exemplos de como outras universidades ao redor do país estavam se organizando para efetivar essa relação entre universidade e sociedade.

Outra experiência com essas características foi iniciada em 1960 pela Universidade Federal de Pernambuco, a qual, segundo Gurgel (1986, p. 57),

Surge de uma iniciativa institucional da própria universidade, através de professores e técnicos que, conjuntamente com estudantes engajados no Movimento de Cultura Popular, conseguiram levar a cabo uma das mais ricas experiências de alfabetização de adultos.

Desse modo, como é apresentado por diversos autores, entre a década de 1940 e finais dos anos 1950, a extensão ganhou força em termos de números, mas ainda apresentava em sua essência características que visavam solucionar

determinadas demandas sociais, porém, sem priorizar um papel claro e integrador junto ao ensino e à pesquisa.

Rodrigues (1983), Pinto (1986) e Reis (1988) já apontavam as contribuições estudantis para a consolidação da extensão universitária logo no início da década de 1960. Para Pinto (1986), estudantes através da União Nacional de Estudantes (UNE) levantaram a bandeira da Universidade correspondente à realidade nacional. Tal movimento culminou em 1961 na realização do 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária desencadeando o que se chamou de Declaração da Bahia que, segundo Fávero (1977), ressaltava a carência de

[...] abrir a Universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos; de alfabetização [...], de mestres de obra [...] e para líderes sindicais como também, colocar a universidade a serviço das classes menos favorecidas, com a criação de escritórios de assistência jurídica, médica e odontológica.

Nesse período, o ritmo de desenvolvimento do país se acelera oriundo sobretudo, segundo Fávero (2006), da industrialização e do perceptível desenvolvimento econômico. Nesse momento, com a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, principalmente a partir da segunda metade dos anos de 1950, incorpora-se na agenda nacional uma análise mais crítica da universidade no país. Entretanto, a tendência de avanço originada por distintos movimentos universitários e por demais instâncias sociais na construção de um debate mais crítico, não é congregada no âmbito governamental e não causa impactos significativos na LDB, Lei nº 4.024 de 1961.

Mesmo com inúmeros projetos e ações sendo desenvolvidos no cenário nacional, é o próximo marco histórico que tende a promover princípios e normas de organização para as Universidades Federais (Decreto-Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966) e contribuir para a percepção da extensão universitária como elemento importante no processo de desenvolvimento educacional no Brasil, por intermédio do Decreto-Lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967.

Este último Decreto-Lei, em seu artigo 10, expressa que “a Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1967). Neste sentido, a partir das contribuições de Freire (2011b), evidencia-se o estilo complementar da extensão com afinidade ao ensino e à pesquisa, “[...] para atribuir a

esses últimos o sentido de utilidade social que não possuem” (FREIRE, 2011b, p. 10). Deste modo, este Decreto institui à Extensão a condição de serviço comunitário definindo uma modificação significativa na trajetória extensionista nos anos vindouros.

Foi no ano de 1968, através da criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e o Projeto CR-11-PT-5, que consolidou-se a visão de dar condições para que a extensão adquirisse uma função dinâmica na estrutura das universidades. Porém, outros dois acontecimentos somaram-se a este e possibilitaram a reorganização do pensamento frente ao contexto educacional brasileiro.

De acordo com Vieira (2014), a Reforma Universitária Brasileira teve sua proposta desenhada a partir dos Decretos-Lei 53/66 e 252/67 que possibilitaram o início de novas legislações para reordenamento das Universidades Brasileiras. Em 02 de julho de 1968, por intermédio do Decreto nº 62.937, foi constituído um grupo de trabalho para pensar a Reforma Universitária Brasileira o qual lança luz sobre uma nova forma de ver e pensar a extensão universitária como um método propício de ensino na medida em que possibilita uma abertura ao diálogo e interação entre universidade e sociedade.

O Relatório Geral do grupo apresentou uma informação nunca antes presente em nenhum outro documento institucional publicado: a ideia da extensão universitária como ensejo de participação dos estudantes, como se apresenta a seguir:

a integração, em termos de extensão universitária, das atividades de participação dos alunos no processo de desenvolvimento brasileiro, devolve-lhes, de certo modo, o desafio, por eles levantado, de saber se a universidade insiste em permanecer uma instituição alienada, cuja reforma só será possível através da contestação global do regime ou se transforma num dos mais poderosos agentes de mudança social (BRASIL, 1968, p. 46).

A consolidação desse Grupo de Trabalho possibilitou a sanção da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 a qual apresentava a extensão universitária como objetivo da Universidade Brasileira. Nesse contínuo, Gurgel (1986) apresenta que a Lei acoplou algumas considerações presentes na Declaração da Bahia de 1961 bem como preceitos de interesse do governo para preservar a ordem e a soberania estatal, a saber:

Estabelecimento de regime departamental; institucionalização do regime de tempo integral e dedicação exclusiva; o fim do sistema de cátedra; a ideia da organização colegiada; a defesa do princípio da não duplicação de meios; a institucionalização de uma carreira para o magistério; a ideia de um sistema de monitoria; a questão da importância da produção científica; as atividades extra-escolares; a afirmação dos princípios de autonomia didática, financeira e administrativa; o sistema de organização jurídica da universidade em forma de autarquias ou fundações; a institucionalização de um curso universitário desdobrado em dois ciclos, o pré-universitário (básico) e o universitário; a assistência ao estudante; a questão da extensão universitária (GURGEL, 1986, p. 82-83).

A extensão universitária aparece, sobretudo, em dois artigos: o primeiro é o Art. 20 que estabelece que “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968), e o segundo é o Art. 40 que em seu conteúdo reitera o conceito de extensão universitária como serviço comunitário, a saber:

Art. 40. As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais; d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (BRASIL, 1968).

Corroborando com as contribuições de Vieira (2014), percebe-se que o Artigo 40 correlaciona a extensão universitária com atividades de caráter cultural e esportivo desconsiderando a ação acadêmica como uma possibilidade oriunda desse “campo”. Vale ressaltar que a temática também aparece nos Artigos 17 e 25 os quais, de forma complementar, apresentam os tipos de curso e as condições de suas ofertas, respectivamente.

De modo geral, resume-se que a Lei nº 5.540/68 efetiva a responsabilidade das Universidades de ofertar à comunidade, de modo geral, serviços e cursos bem como condiciona a formalização da extensão universitária e delimita os primeiros passos na composição de seu processo de desenvolvimento e consolidação.

Com a Lei de Reforma Universitária Brasileira em vigor, a extensão passou a ser objeto de estudos e debates ao longo da década de 1970 considerando os marcos legais existentes e as práticas das Universidades no cenário nacional. Tais eventos e debates, em suma, levantavam questões de caráter conceitual e referentes à operacionalização e à institucionalização dessas práticas.

Dentre as experiências existentes, merecem registro dois programas que estiveram diretamente ligados ao aparecimento dessa primeira política de extensão universitária: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC e o Projeto Rondon.

O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC surgiu em 1966 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte alastrando-se por 22 universidades brasileiras, nos estados do Nordeste, no Amazonas, Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás e tinha o apoio financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Criado por ato da Reitoria, o objetivo desse Programa foi desenvolver atividades de extensão, “como órgão suplementar do ensino e da pesquisa, responsável pelo treinamento, no interior do estado, de universitários concludentes, visando à interiorização da universidade e à promoção do homem em suas comunidades” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 1975, p. 12).

Sua proposta causou simpatia junto ao Governo Federal e, segundo Paiva (1986) ao comentar a ideologia do Programa, apresenta que a Universidade naquele momento passara a atuar no interior do Brasil civilizando e instruindo as populações “incultas” levando os grandes benefícios do mundo civilizado.

Já o Projeto Rondon tem as bases desenvolvimentistas apresentadas pelo professor Wilson Choeri no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, com participação de militares e professores da Universidade do Estado da Guanabara, em 1966. Para Gurgel (1986, p. 116), “a concepção do Projeto Rondon sofreu influência do trabalho da Universidade Volante do Paraná que, segundo Choeri, [...] forneceu a base de onde retirou conhecimentos operacionais fundamentais”.

A primeira ação do Projeto Rondon, com o nome de Operação Zero, ocorreu em julho de 1967, com um grupo de trinta estudantes em Rondônia, e durou vinte e oito dias. Com apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Ministério do Interior (MINTER), o projeto tinha por objetivo a integração das regiões

economicamente carentes e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país, através do intercâmbio sociocultural de estudantes de todas as regiões do país.

De modo geral, segundo Serrano (2011), tais projetos - Rondon e CRUTAC - agenciam um retrocesso no movimento iniciado pelo Movimento Estudantil, e nas teorias de Paulo Freire apresentando condição de contraponto à Extensão Universitária numa constante conservadora e puramente assistencialista.

Nesse período a centralidade das políticas públicas no Governo Nacional, marcadas pela presença dos militares no poder, caracterizou uma grande influência do Estado nas ações universitárias, dentre elas na extensão. Desse modo, na primeira metade da década de 1970, manifestações oriundas, sobretudo, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Ministério do Interior possibilitaram a criação da Comissão Mista CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Universitária) /MEC - Campus Avançado/Minter, a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) e, posteriormente, como mecanismo para operacionalização da extensão, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, todos estes com o único intuito de estabelecer as medidas destinadas a, segundo Souza (2000), institucionalização e fortalecimento da extensão universitária. De tal forma, em 1975 inicia-se a elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária o que “representa muito mais, uma disputa de poder do MEC com outros ministérios, uma demarcação de espaço de atuação, pois vários deles também coordenavam programas de extensão envolvendo estudantes universitários, muitas vezes sem a participação das universidades e do próprio MEC” (NOGUEIRA, 1999, p. 234).

Para Barbosa (2012), o conceito de extensão apresenta um avanço considerável, e como afirmam Deboça e Silva (2015), este foi fortemente influenciado pelas ideias de Paulo Freire, como é possível constatar no trecho a seguir:

A extensão é a forma através da qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento as organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (BRASIL. MEC/DAU, 1975 apud GURGEL, 1986, p. 139).

Em relação ao MEC, este plano amplia sua responsabilidade em relação à extensão tomando para si a programação, a supervisão e a avaliação das atividades de extensão, deixando as universidades responsáveis pela execução (SOUZA, 2000). E ainda, condicionou um inventário de atividades existentes estipulando assim a

melhor maneira de desenvolver a coordenação dessas atividades, recomendando ainda

o desenvolvimento de um sistema de bolsas, projetos que integrem escola/empresa/governo, reformulação de currículos, integração das Universidades nas comunidades, implantação gradativa de cursos de curta duração e novas metodologias do ensino superior (BRASIL. MEC/DAU, 1975 apud SOUZA, 2000, p. 74).

Com base nas contribuições de Nogueira (2005), é possível afirmar que o Plano possibilitara uma palição, aprofundamento e diversificação das formas pelas quais a Extensão Universitária vinha sendo pensada até então superando assim a proposta da Lei nº 5.540/68 enfatizando a relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a ideia de “via de mão dupla” entre o saber acadêmico e o saber popular. No entanto, Silva (2015) acrescenta que o Plano destaca condições fundamentais para garantir o papel social das Universidades, porém, reafirma que tais elementos são insuficientes para o efetivo sucesso da missão.

Como resultados, o Plano apresenta condições de participação discente, como previsto na Lei 5.540/68 nas práticas extensionistas na medida também que direciona suas atenções, neste aspecto, para os docentes ao afirmar que “por meio de atividades extensionistas são proporcionadas aos corpos discentes e docentes, oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento” (BRASIL, 1968, p. 1).

Outra característica importante é que no texto aparece, de forma sutil, a influência dos ideais desenvolvimentistas e praticamente não faz menção à segurança nacional. A questão de institucionalização da extensão é trabalhada em dois níveis, a saber: ao nível das universidades – com a recomendação de criação de uma estrutura central para tratar especificamente do tema, e a nível de MEC com a criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), garantindo a institucionalização no âmbito do Ministério.

Porém, nos anos seguintes, a CODAE é extinta e toda ação fundamentada no Plano fica sem continuidade. E no final dos anos 1970 os avanços até então apresentados como agenda nacional perdem força na medida em que algumas atividades locais também desaparecem e outras resistem, as quais servirão de suporte para o ressurgimento da temática a partir de meados dos anos 1980.

No final da década de 80, mais precisamente no ano de 1987, foi realizado o primeiro encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que instituiu o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Esse Fórum tem se caracterizado por promover as discussões acerca da extensão universitária e tem buscado para si a função de estabelecer diretrizes conceituais e políticas de extensão para as IES (NOGUEIRA, 2000).

A criação do Fórum não pode ser vista como uma ação isolada do contexto histórico-político do país, ou ainda como algo advindo da esfera governamental. A culminância de sua criação deveu-se ao processo de articulação existente em universidades públicas de todo o país, com discussões semelhantes, tratando temas em comuns, sobretudo, aqueles referentes à relação destas instituições com a sociedade. A disputa constante de poder interno representa também uma razão que leva os pró-reitores a se articularem em âmbito regional, logo após nacional, buscando dentre outras coisas se fortalecerem como grupo, haja vista que possuem problemas e interesses similares (NOGUEIRA, 2013).

Este impulsionou uma série de debates, publicações e implementações que possibilitaram a construção de políticas e diretrizes da Extensão Universitária no Brasil as quais caminharam para o consenso de que não é apenas na sociedade que se vislumbra conseguir impacto, mas também a própria Universidade possibilitando, assim, mudanças e transformações, considerando que os marcos regulamentários até então contribuíram para a eclosão de uma excelente oportunidade de efetivar serviços acadêmicos e extensionistas comprometidos com o desenvolvimento geral do Brasil.

Para maiores detalhes sobre esse Fórum, na continuação se apresenta uma análise de sua historicidade bem como de suas contribuições para o fortalecimento da política de extensão universitária no Brasil, de forma específica, e a política de educação superior, de modo geral.

Este capítulo apresentou como principal intuito a evolução da Extensão Universitária, partindo das experiências internacionais, bem como contextualizar o cenário brasileiro. Na sequência, abordaremos o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (Forproex), nosso foco de investigação principal.

4 O FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX

Para introduzir a apresentação do que é o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – Forproex, faz-se necessário refletir acerca do marco zero dessa iniciativa bem como apresentar alguns conceitos que contribuirão, significativamente, para a compreensão da função estruturante que essa instituição representa no âmbito da educação superior.

Com a criação do primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária pelo Ministério da Educação, em 1975, tornou-se frequente a intenção de fortalecer e institucionalizar a Extensão Universitária. Souza (2000) diz que, em suas condições de operacionalização, a extensão é um mecanismo utilizado pela instituição de ensino superior para oferecer a outras organizações e instituições bem como à população de modo geral seu atendimento na medida em que se retroalimenta de outros componentes – o ensino e a pesquisa.

Este Plano possibilitou também a criação de estruturas dentro das distintas instituições de ensino superior, bem como no próprio Ministério da Educação, responsáveis por desenvolver as diretrizes apresentadas, na medida em que fortalecia a percepção da extensão universitária como um importante componente metodológico. No entanto, é na década de 1980 que uma nova perspectiva sobre a Universidade emerge e novas discussões começam a acontecer no cenário nacional.

Nesse período, uma nova forma de ouvir e fazer-se ouvir passa a ser frequente entre diferentes setores da sociedade: os fóruns de discussão e debate. Enquanto termo linguístico, é bastante difundido no campo jurídico, dispõe o espaço físico onde inserido o poder judiciário, também conhecido por tribunais judiciais.

Numa abordagem semântica mais ampliada, podemos dizer que os fóruns são as assembleias ou reuniões que têm o objetivo de discutir um tema em comum. De fato, o termo fórum é empregado em diferentes setores da sociedade com conceitos próprios, mas que muitas vezes se conectam no que diz respeito à função que representa.

Historicamente, na sociedade romana, um fórum era o espaço onde havia o mercado localizado em uma das entradas da cidade. Era uma praça circundada de templo e outros edifícios públicos onde eram discutidos temas de ordem pública.

Segundo Gohn (1992), fóruns são expressões de novas formas de organização da sociedade civil, aglutinando coletivos pioneiros ou notáveis, como na década de 1930, ou membros da academia, como nos anos de 1950. Para Rodrigues (2003), é local de conagração de diferentes segmentos organizados com finalidades, destacando a defesa de propostas.

Para Oliveira (2011, p. 4), “[...] o fórum pode ser definido como um espaço de discussões em torno de temas propostos por seus participantes”. De acordo com Ferreira (2010), o verbete ‘fórum’ aparece como: uma praça pública na Roma antiga; um local destinado à discussão pública; reunião ou espaço virtual onde se discute determinado tema. O termo é utilizado para indicar espaço onde se situa o poder judiciário e que se executam reuniões ou assembleias onde tratam-se assuntos de interesse comum.

No Brasil, sobretudo após o fim da ditadura militar, a constituição de fóruns repercutiu na estruturação de muitas instâncias sociais. O Conselho Nacional de Educação (CONSED), por exemplo, surge em 1983 em decorrência de alguns fóruns de discussão no âmbito dos Secretários Estaduais de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Outros fóruns com características de defesa de classes foram criados no âmbito educacional bem como outros de caráter científico como é o caso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped)⁸.

Trazendo este percurso mais próximo ao campo da Extensão Universitária, ainda na primeira metade da década de 1980, alguns marcos contribuíram para fortalecer, mais uma vez, as práticas de extensão dentro das IES. Em 1985 com a Portaria nº 742/85 do Ministério da Educação, iniciativas diferentes passaram a fortalecer-se dentro das universidades, das quais, muito se aproximavam de políticas próprias de extensão buscando superar a visão tradicionalmente implementada de prestação de serviços e difusão da cultura.

De acordo com Rodrigues (2003), também em 1985 aparece a primeira forma de organização coletiva dos Pró-Reitores de Extensão. O Encontro de Pró-Reitores da Região Norte, realizado em Manaus/AM, destacou a necessidade da integração da universidade no contexto regional enfatizando um novo modelo de sala de aula

⁸ A SBPC foi fundada em 1948, e a Anped em 1978.

atribuindo à extensão o papel de estreitar a pesquisa/ensino às necessidades da sociedade.

Ainda naquele ano de 1985, Cristovam Buarque lidera um trabalho de parceria entre a Universidade de Brasília e a sociedade através de Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do Programa de Educação à Distância. Já no Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro elaborou o documento: *Da extensão Universitária - versão preliminar, uma proposta de discussão*. Tal documento serviu de pressuposto para a definição do conceito de extensão que seria utilizado anos posteriores.

Em 1986 na Universidade Federal do Paraná, segundo Rodrigues (2003), iniciou-se uma política de extensão voltada para a sociedade e atenta ao processo ensino-aprendizagem.

Conforme aponta o relatório da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com o título: *Extensão: saber e compromisso social*, de 1991, o I Encontro de Pró-reitores das Universidades Públicas do Nordeste, aconteceu em abril de 1987 na cidade de Aracaju/SE. O evento tinha como eixo principal Extensão e Cultura, e tratou a interação das ações universitárias nordestinas, através da circulação articulada e do aproveitamento de bens culturais. Acrescenta-se a isso a busca de contribuições para a formulação de diretrizes básicas de uma política de extensão própria das universidades nordestinas.

Ainda em 1987, acontece o II Encontro de Pró-Reitores das Universidades Públicas do Nordeste com reflexões sobre a situação atual da Extensão Universitária nas IES nordestinas bem como a ressalva da institucionalização da extensão a partir de departamentos viabilizando a interdisciplinaridade dos trabalhos e a necessidade da criação de um Fórum Nacional (RODRIGUES, 2003, p. 140).

Na Região Sudeste, mais precisamente em Ouro Preto/MG, realizou-se o Encontro de Pró-Reitores das Universidades da Região Sudeste, em 1987. Segundo Rodrigues (2003), a Carta de Ouro Preto, assim denominado o Relatório Final do encontro, defendia a elaboração de direcionamentos básicos para a política de extensão enfatizando a necessidade de estipular uma definição conceitual clara e mecanismos para a institucionalização e o financiamento para a extensão universitária. O documento em questão influenciou profundamente o que futuramente iria se constituir no primeiro marco do Fórum Nacional.

No cenário da política educacional brasileira, ainda neste ano, a realização do Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito possibilitou, segundo Cardoso (1989), após longos debates, a formulação de uma plataforma educacional para a Constituinte de 1988.

Nessas condições, esse conjunto de iniciativas possibilitou a criação de um cenário propício para a realização de um debate a nível nacional sobre o tema. Percebia-se que havia questões consensuais. Toda a abertura e a efervescência política existente no período contribuíram para o nascimento do Fórum Nacional. As próprias universidades viviam um momento de ‘combustão democrática’ fato que podemos exemplificar para movimentação em torno da eleição direta para os seus Reitores, criação de movimentos discentes, técnico-administrativos, dentre outros.

De acordo com Barbosa (2012), em função da busca incessante pela institucionalização, caracterização e operacionalização da Extensão Universitária, os reitores responsáveis por gerir a temática nas Universidades Públicas Brasileiras organizaram um evento em Brasília nos dias 04 e 05 de novembro de 1987, chamado de I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, visando o fortalecimento nacional a partir das experiências regionais já desenvolvidas.

Foi realizado na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987, o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Participaram do evento 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições (FORPROEX, 1987, p. 11).

Segundo Gurgel (1986) e Nogueira (2000), este caracterizou-se como um espaço nacional de comunicação e reflexão acerca das experiências que estavam sendo desenvolvidas possibilitando uma dinâmica interinstitucional no debate sobre o tema. “Vale destacar que a representação de cada IES foi muito variável, constituindo-se de Pró-Reitores, Coordenadores, Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, Pró-Reitores de Cultura, etc.” (RODRIGUES, 2003, p. 137). Isto se deve principalmente à difusão de um entendimento ampliado da Extensão Universitária nos mais diversos espaços acadêmicos do país. Não havia nesse sentido uma padronização do próprio entendimento do conceito de Extensão Universitária.

Nesse caminho, Rodrigues (2003) aponta que essa não uniformidade de gestores evidencia as dificuldades encontradas dentro das universidades para o processo de institucionalização da Extensão.

Das 33 universidades presentes, as 05 (cinco) regiões do país estavam contempladas. Destaca-se a participação da Região Nordeste e da Sudeste, com 11 (onze) e 10 (dez) representações respectivamente. Acreditamos que a adesão dessas regiões é fruto da construção anterior dos eventos de caráter regional. Sul com 06 (seis), Centro-Oeste com 04 (quatro) e Norte com 02 (duas) completavam o hall das universidades presentes.

REGIÃO	ESTADO	UNIVERSIDADE
Norte	AM	Fundação Universidade do Amazonas
	PA	Universidade Federal do Pará
Centro Oeste	GO	Universidade Federal de Goiás
	MT	Universidade Estadual de Mato Grosso
	MS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
	DF	Universidade de Brasília
Sul	PR	Universidade Federal do Paraná
	PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa
	PR	Universidade Estadual de Londrina
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
	RS	Universidade Federal de Pelotas
Sudeste	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
	RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
	RJ	Universidade Federal Fluminense
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais
	MG	Universidade Federal de Ouro Preto
	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora
	SP	Universidade Estadual de Campinas
	SP	Universidade Federal de São Carlos
	ES	Universidade Federal do Espírito Santo
Nordeste	CE	Universidade Estadual do Ceará
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

	RN	Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
	BA	Universidade Federal da Bahia
	BA	Universidade Estadual de Feira de Santana
	MA	Fundação Universidade Federal do Maranhão
	PI	Universidade Federal do Piauí
	AL	Universidade Federal de Alagoas
	SE	Universidade Federal de Sergipe
	PE	Fundação de Ensino Superior de Pernambuco

Adaptado de Forproex (1987).

Em 1987, ano de criação do Fórum, o Brasil apresentava um total de 853 Instituições de Ensino Superior, sendo 613 privadas, 54 públicas federais, 83 públicas estaduais e 103 públicas municipais (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1999). Assim das 240 públicas que poderiam participar do Fórum, as 33 que se fizeram presentes em sua fundação representam apenas 13,75% do total no país.

Como de praxe, as atividades desenvolvidas dentro de um fórum são realizadas a partir do direcionamento de um Regimento Interno que, em linhas gerais, é um conjunto de regras determinadas para regular e regulamentar o funcionamento do mesmo. De acordo com o Regimento do Fórum, todos os representantes institucionais (Pró-Reitores de Extensão ou responsáveis por órgãos congêneres), são considerados membros natos com direito a voz e voto.

Em seu art. 2º, do referido Regimento, o Fórum apresenta os objetivos e intenções que balizaram sua criação e implementação.

- I – Formulação de diretrizes que permitiam a articulação das ações comuns das Pró-Reitorias das IESP⁹ da área, a nível regional e nacional;
- II – Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento de atuação das Pró-Reitorias;
- III – Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (CRUB), visando a análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias;
- IV – Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, com o

⁹ Instituições de Ensino Superior Públicas.

objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da extensão, ensino e pesquisa;

V – Contato com órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias (FORPROEX, 1987, p. 1).

Ainda o referido Regimento Interno determinava a periodicidade de encontro dos Fóruns “pelo menos uma vez ano” (FORPROEX, 1987, p. 2) e como estrutura de trabalho uma Coordenação Nacional e cinco coordenadores regionais sendo um para cada região do país.

Naquele ano, de acordo com a Rede Nacional de Extensão (Renex), foi criada a Coordenação Provisória Colegiada exercida por um representante de cada região, a saber: Nilson Pinto de Oliveira – Pará (Norte), Aldy Melo de Araújo – Maranhão (Nordeste), Dulce Helena Chiarcuim – Rio de Janeiro (Sudeste), Mário Portugal Pederneiras – Paraná (Sul) e Volnei Garrafa – Brasília (Centro Oeste).

Assim, o tema principal deste encontro foi “Conceito de Extensão, Institucionalização e Financiamento”, as principais problemáticas da área no período. De tal forma, buscava-se a construção de uma unidade. Para o Forproex (1987), a Extensão Universitária é

o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido a reflexão teórica será acrescido aquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado acadêmico e popular, terá como consequência: 1) a produção de conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria-prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que fornece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p. 2).

Botomé (1996) e Rodrigues (2003) fazem algumas críticas sobre a conceituação proposta no Fórum – a extensão como liga entre a universidade (através da pesquisa e da extensão) e a sociedade - enfatizando que apesar dos interesses de superar os conceitos anteriores, a percepção de terceira função ou terceira opção ainda estava presente durante os debates.

Para Rodrigues (2003), buscou-se expressar as pretensões de grande parte da comunidade acadêmica uma vez que se acreditava que dando prioridade às necessidades apresentadas pela maioria, na produção de conhecimento científico, também haveria condições para solucionar a crise de legitimidade nestas instituições. A autora ainda ressalta que, na verdade, “buscou-se relacionar as concepções tanto do Ministério da Educação quanto da Administração das Unidades, no que se referia à extensão como agente de mudança” (RODRIGUES, 2003, p. 151).

No que confere à institucionalização da Extensão, o Relatório Final apresenta como solução para esta demanda uma série de medidas de ordem metodológica. Estas dizem respeito à maneira de como as ações acadêmicas precisam ser desenvolvidas, buscando uma maior integração da universidade na sociedade.

No tocante relativo à estrutura universitária, apresentou como demanda a existência de um órgão específico para tratar da Extensão dentro de cada Universidade e que apresente o mesmo patamar dos órgãos de ensino e pesquisa, o qual seria incumbido de propor normas e políticas aos conselhos competentes bem como fomentar, monitorar e divulgar ações sobre a Extensão. Por fim, medidas para a valorização da Extensão regional e nacional, propondo que dentro MEC houvesse uma estrutura responsável por tratar de temas referentes à Extensão Universitária, medidas de participação formal de representação da Extensão junto ao Crub deverão ser intensificadas e os Fóruns Regionais e Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas deverão ser criados e/ou fortalecidos.

No que tange à questão do financiamento, dentre outras medidas, apresenta-se a criação de fundo especial para captar recursos junto a agências de fomento para projetos de Extensão, e a necessidade de reestabelecimento do sistema de bolsas de Extensão do MEC nos mesmos moldes das bolsas de iniciação científica e de monitoria para valorização e desenvolvimento das práticas existentes e que passarão a existir.

Em linhas gerais, segundo Rodrigues (2003), o que aconteceu no I Forproex é uma tentativa de fazer da extensão uma redentora e viabilizadora de vida dentro da Universidade. Porém, para Nogueira (1999), apesar dos Pró-Reitores terem saído do Fórum com o compromisso de divulgar e promover discussões sobre as conclusões do Encontro em suas Universidades bem como intervir na estrutura organizacional na perspectiva de criação de fundos institucionais para o financiamento das atividades de extensão, pouco se alcançou em termos de aporte financeiro e redirecionamentos

nas ações do MEC. A autora considera que o maior impacto deste Encontro foi o redimensionamento das ações das Universidades e a consolidação de uma unidade frente às atividades desenvolvidas.

Segue abaixo uma síntese dos temas debatidos no I Encontro Nacional dos Pró-Reitores, bem como os convidados para nortear o debate.

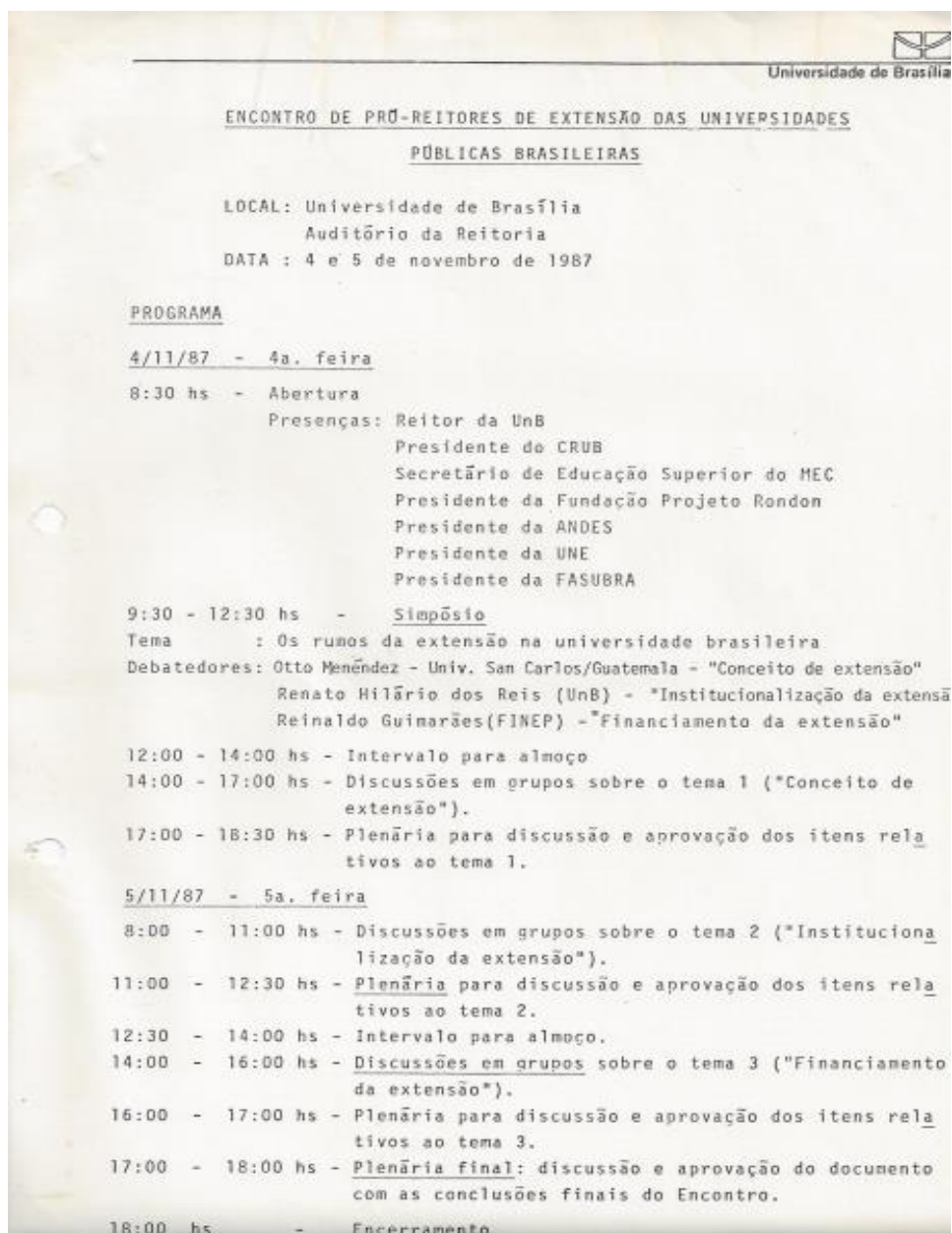


IMAGEM 01 – Programação do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Fonte: Acervo da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Entre os dias 09 e 10 de maio de 1988, a Regional Sul do Fórum realiza um evento em Curitiba com representação de 06 (seis) universidades para avaliar o

debate do I Encontro Nacional, bem como discutir a pauta proposta para o II Encontro Nacional que realizar-se-ia nos dias 23 e 24 do mês em curso.

Avaliaram que as primeiras providências já haviam sido iniciadas e causavam certa repercussão nas Universidades Públicas da Região Sul, naquilo referente à conceituação e à institucionalização. Sobre o financiamento da Extensão relata-se a existência de recursos próprios das IES e das agências de fomento. Contudo, não há qualquer recurso oriundo do MEC. Ratifica-se a necessidade levantada no I Encontro da criação de um fundo especial para projetos/programas de Extensão dentro do Ministério. Sobre a proposta de pauta para o II Encontro é apontado o tema central como demasiadamente amplo, podendo gerar prejuízo ao debate.

Assim, em maio de 1988 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na cidade de Belo Horizonte, foi realizada a segunda edição do Encontro com o tema: *Estratégia de Articulação com o Ensino e Pesquisa* e os subtemas: *Pesquisa e Compromisso Social, Conceito de Sala de Aula, Extensão, Estágio e Crédito Curricular e Projetos e Atividades de Extensão*.

Ainda sob a coordenação da Comissão Provisória, o Documento Final que representa um epítome das propostas encaminhadas pelos Fóruns Regionais realizados naquele ano em especial atenção, aqueles oriundos da Região Nordeste cujo documento foi incorporado quase em sua totalidade. O II Encontro reafirma e dilata as proposições antes elaboradas quanto ao compromisso social da Universidade e o papel da Extensão como articuladora do ensino e da pesquisa.

Como inovador, se avança na discussão sobre a sala de aula e o estágio curricular demonstrando a preocupação com a comunicação e articulação entre os membros do Fórum reafirmando as propostas de integração, também, com outros Fóruns de Pró-reitores e com o Crub. Encaminha ao MEC reivindicações em torno de condições de financiamento para as práticas de extensão e “apensar destas reivindicações, neste período, nada se concretizou” (RODRIGUES, 2003, p. 154). No final do Evento, os Coordenadores Regionais fazendo jus ao que deliberava o Regimento Interno do Fórum elegeram Volnei Garrafa da Universidade de Brasília para a função de Presidente do Fórum no exercício de 1988.

O III Encontro Nacional realizou-se em Belém/PA em julho de 1989 com o tema: *Relação da Universidade e Sociedade: a questão da prestação de serviços* tendo como subtema: *A interdisciplinaridade*.

A questão da prestação de serviços foi debatida no III Encontro devido à continuidade de ações extensionistas com essa característica. A ideia de abordar esse tema surgiu da necessidade de realinhar as ações de acordo com a concepção defendida pelo Fórum: “momento do processo acadêmico global que envolve ensino e pesquisa” (FORPROEX, 1989, p. 1). Segundo Rodrigues (2003), neste Encontro tentou-se abordar esse tema de forma menos assistencialista tentando também aproximá-lo de uma percepção emancipatória propiciando, assim, uma aproximação com o processo educativo.

Referente à interdisciplinaridade, “as discussões levaram ao entendimento de que a questão da interdisciplinaridade é ao mesmo tempo um problema e um desafio, intrínseco ao processo de produção e transmissão do conhecimento” (FORPROEX, 1989, p. 6). Desse modo, ressalta-se que à Extensão caberia a condição excepcional de promover a integração entre áreas distintas dentro da Universidade.

Com esse compromisso de reafirmação, foi eleito o professor Geraldo Guedes da Universidade Federal de Minas Gerais para presidir o Fórum durante o exercício de 1989 e foi deliberado que o IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas seria realizado em Florianópolis/SC ainda no primeiro semestre de 1990.

Nogueira (1999) apresenta que o ano de 1990 foi marcado por incertezas e nebulosas apreensões por parte das universidades brasileiras. Essas condições respingaram na realização do IV Encontro Nacional tendo como tema central: *Extensão Universitária – As perspectivas nos anos 90* e como subtemas: *Educação e Alfabetização e Metodologia em Extensão Universitária*.

Nessa conjuntura, durante o primeiro semestre ainda foi possível ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão coordenar algumas ações, articuladas em nível nacional. Foi elaborado um cadastro de agentes financiadores para projetos de extensão e distribuído a todas as IES participantes do Fórum; foram realizados os encontros regionais, alguns dos quais já começavam a acenar para questões como a necessidade de troca, entre as IES, da produção sobre extensão universitária ou criação de um instrumento de publicação e divulgação da extensão, sendo ainda realizado o IV Encontro Nacional (NOGUEIRA, 1999, p. 121).

As deliberações para a temática de educação e alfabetização provenientes do IV Encontro Nacional foram dentre outras: “I – estabelecer uma direção de trabalho comprometida para erradicar as causas do analfabetismo; [...] IV – articular, nos

programas de erradicação das causas do analfabetismo, a pesquisa e o ensino universitário” (FORPROEX, 1990, p. 3). Essa definição é referente ao fato de que o ano de 1990 foi considerado o Ano Internacional da Alfabetização. Apesar dessa deliberação ter provocado uma diversidade de debates, sobretudo conceituais, segundo Rodrigues (2003) o que se pretendia na íntegra era a consolidação da institucionalização da Extensão, a partir da articulação junto ao ensino e à pesquisa na medida em que o compromisso social se alastrava visando à solução para as problemáticas sociais brasileiras.

No que tange à temática Metodologia em Extensão, “a expressão metodológica da extensão resulta do exercício da autonomia da Universidade Pública através da gestão democrática e nos esforços para a socialização do conhecimento” (FORPROEX, 1990, p. 4). Decorre do encontro uma série de princípios e diretrizes operacionais que enfatizavam a participação e a interdisciplinaridade como pressupostos essenciais para o bom desenvolvimento da Extensão junto à sociedade.

Para o exercício da presidência do Fórum no ano de 1990 foi eleito o professor Alex Fiúza de Melo da Universidade Federal do Pará. No contexto da época uma crise nas Universidades Públicas fez com que as deliberações provenientes do IV Encontro atrasassem prejudicando mais uma vez o progresso da Extensão.

Com uma série de medidas governamentais que provocaram uma instabilidade no setor educacional brasileiro, em São Luís do Maranhão, em junho de 1991, aconteceu o V Encontro Nacional. Tal evento aconteceu em meio a uma greve nacional decorrente de questões salariais e prenúncios de privatizações do ensino público.

Neste evento há uma alteração de nomenclatura deixando de ser discriminado como “Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras” para “Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O tema deste V Encontro foi: *A institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática*.

Segundo Nogueira (1999), durante o evento, algumas recomendações são feitas que indicam, em sua grande maioria, a necessidade de mudanças operacionais no Fórum como, por exemplo, o processo de escolha dos coordenadores regionais e o estudo do regimento visando novas discussões. Outra condição apresentada pela autora é que foi recomendado o estreitamento do Fórum com outros Fóruns e com outras organizações de interesse educacional.

De acordo com o Relatório Final do Encontro, as conclusões finais circundavam na ideia da integração da universidade e seu comprometimento com a sociedade na medida em que, quanto mais autônoma e democrática for a universidade, maior será sua criatividade para encontrar caminhos, junto à sociedade, para as problemáticas identificadas. Nessa perspectiva, “ensino, a pesquisa e a extensão devem receber o mesmo tratamento em relação ao planejamento e orçamento das universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área” (FORPROEX, 1991, p. 36).

Tal Encontro gerou o que foi denominado como Declaração de São Luís reafirmando, segundo Nogueira (1999), o desafio de resistir e garantir a produção e difusão científica, humanística e tecnológica bem como consolidar o desempenho da sua função na construção da cidadania nas atuais condições em que se encontram as universidades. Aproveita também para cobrar do Legislativo o cumprimento da Constituição e do Governo Federal explicações sobre sua proposta de modernização marcada pelos cortes nos investimentos públicos.

Para o exercício deste mandato o professor da Universidade Federal do Pará, Alex Fiúza de Melo, foi reeleito e coube a ele dar seguimento às deliberações provenientes do V Encontro Nacional.

Em 1992 com a transição do governo Collor para o governo Itamar Franco, no entanto, o cenário da educação superior não foi modificado. A luta pela privatização continuava com o MEC sendo o principal agente a favor deste processo. Neste ano aconteceu o VI Encontro Nacional realizado em Santa Maria/RS. Com o tema *Universidade e Cultura* o evento contou com a presença do Ministro da Cultura do governo Collor, Sergio Paulo Rouanet, uma vez que a temática necessitava da presença de um conhecedor do aparato do Governo no que concerne ao tema.

O Encontro foi subdividido em 9 grupos de trabalhos que após debater determinados temas ligados à promoção da cultura através de práticas extensionistas, em assembleia plenária deliberou-se uma série de proposições.

Para Rodrigues (2003, p. 162),

Neste VI Encontro, dois fatos são importantes na busca de espaços para a extensão. O primeiro deles refere-se à aprovação do Regimento do Fórum, com a ampliação do quórum eleitoral, através de uma nova redação. [...] O segundo fato importante refere-se à aprovação de uma moção contrária à criação do Fórum de Arte e Cultura do CRUB-FACRUB. Isso revela que havia uma disputa entre

as duas instâncias sobre quem seria interlocutor entre universidade e governo nas questões culturais.

De acordo com a literatura existente, tal Encontro foi marcado pela percepção de descompasso entre o Forproex e o Crub em relação ao direcionamento das diretrizes da Educação Superior. No entanto, tal evento possibilitou uma série de acontecimentos institucionais que fortaleceram a Extensão Universitária como, por exemplo, a Portaria nº 66 de 13 de abril de 1993 que criou a Divisão de Extensão e Graduação (DIEG), juntamente ao Departamento de Política de Educação Superior (DEPES) dentro da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (SESS/MEC) e a Comissão de Extensão Universitária, visando elaborar programas que deliberem princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES.

Tais avanços passaram a ser operacionalizados sob a liderança do então eleito presidente do Fórum o professor Severino Mendes da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Por sua vez, o VII Encontro realizado em 1993 em Cuiabá/MT abordou uma proposta de avaliação da Extensão considerando a autonomia das Universidades bem como suas expertises. O tema principal do evento foi: *Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária*. Destaca-se como conclusão desse VII Encontro a ideia de que a avaliação ora proposta deve considerar três níveis inter-relacionados, a saber: o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão, o impacto dessas ações junto à sociedade com quem atuam, e os processos/métodos e instrumentos de avaliação.

Ainda foi abordada nesse VII Encontro a questão da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão bem como foram elaborados alguns indicadores de processo, de resultados e de impactos. Vale ressaltar também que

Este evento foi significativo por elaborar, pela Comissão de Extensão o Programa de Fomento à Extensão Universitária, indicando uma convocatória para apresentação de projetos, até julho do mesmo ano, destinando 30 bilhões de cruzeiros para programa/projeto/evento institucional interdisciplinar, de interiorização e iniciação profissional que contemple pólos de desenvolvimento regional e caracterize a ação extensionistas como um elo entre a Universidade e as necessidades da região (RODRIGUES, 2003, p. 165).

Por eleição, o exercício da presidência do Fórum do ano de 1993 ficou a cargo do professor Júlio Wigger da Universidade Federal de Santa Catarina. Em linhas

gerais, o ano de 1993 a partir do VII Encontro Nacional foi muito contributivo para a Extensão Universitária em termos de deliberações efetivadas para sua institucionalização.

A realização do VIII Encontro Nacional do Forproex aconteceu em Vitória/ES, em maio 1994. Estiveram presentes 76 representantes das universidades públicas brasileiras e o tema central deste Encontro foi: *Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional*.

No entanto, o contexto nacional fora muito conturbado devido à crise econômica e social que se instalara. “Frente a esta crise havia um consenso entre os dirigentes universitários de que a universidade, [...] estava compelida a cumprir seus objetivos de produtora e difusora da ciência, da tecnologia e da cultura, compreendidos como essenciais para a construção da cidadania” (RODRIGUES, 2003, p. 166).

Dado o compromisso com a transformação social assumido pelas universidades públicas brasileiras, estas devem se constituir em espaços para discussão e promoção da cidadania com vistas à superação de toda forma de exclusão ou marginalização que permaneça no país” (OLIVEIRA e GOULART, 2015, p. 8).

Com uma série de recomendações e diretrizes oriundas dessa proposta, pode-se afirmar que o VIII Encontro Nacional do Forproex também enfatizou a institucionalização da Extensão Universitária através da percepção de que o Programa de Extensão desenvolvido pela Divisão de Graduação e Extensão da SESu/MEC deveria ser fortalecido. Assim, apresentam-se reflexões relativas à avaliação das atividades extensionistas dando uma atenção especial para a necessidade de sistematização das práticas desenvolvidas pelas IES, e, por fim, a necessidade de avaliações internas dos resultados como uma espécie de prestação de contas dos recursos destinados pelo MEC para as referidas iniciativas.

De tal maneira, Oliveira e Goulart (2015) sintetizam que as concepções provenientes do VIII Encontro Nacional deliberavam condições que visavam beneficiar aqueles excluídos de direitos entendendo a Extensão Universitária uma via privilegiada para isso. Para conduzir esse processo foi eleito como presidente do Fórum o professor Ricardo Vieiralves de Castro da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Os anos seguintes são marcados pela presença efetiva do Forproex na Política Nacional de Extensão Universitária uma vez que, segundo Nogueira (1999, p. 126),

O período compreendido entre 1995 e 1997, é caracterizado por intensa atuação do Fórum no sentido de manter o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE, (...). Importa registrar aqui no entanto, que as universidades, através de suas Pró-Reitorias de Extensão, se unem na tentativa de obter junto ao MEC, garantias da manutenção do programa. Essa ação articulada em níveis local, regional e nacional, fortalece o Fórum enquanto ator que propõe, questiona, cobra e argumenta.

De acordo com Rodrigues (2003), a afirmativa de outrora de que a razão de existir da universidade é ser elemento estratégico para o desenvolvimento nacional voltou a ter espaço no debate acadêmico, dessa vez no IX Encontro Nacional do Forproex realizado em junho de 1995 em Fortaleza/CE com o tema: *A articulação da Extensão Universitária com os Projetos Estratégicos de Desenvolvimentos Regional e Nacionais*.

Dentre as deliberações do Encontro, apresentadas no Relatório Final do IX Encontro Nacional do Forproex é possível afirmar que neste tocante foi considerada a heterogeneidade do contexto nacional. Em linhas gerais, recomendou-se a efetiva busca, através das práticas articuladoras de sentido coletivo, com outros Fóruns e com outras instâncias visando revitalizar o ensino através da pesquisa, aprimorar mecanismos de avaliação de impacto, estimular iniciativas com foco social, sobretudo relacionadas à miséria e à fome e que os Fóruns Regionais se responsabilizem pela sistematização de suas práticas.

As reflexões realizadas neste Encontro concluem pela “necessidade e o potencial das universidades em envolver-se crítica e objetivamente na definição e estabelecimento das políticas públicas [...] colaborando assim para a definição do papel do Estado brasileiro” (FORPROEX, 1995, p. 68) e para o mandato do efetivo de 1995 foi eleita a primeira presidente do Forproex, a professora Tânia Baibich da Universidade Federal do Paraná.

A edição de 1996 aconteceu no mês de abril sendo realizada em Belém/PA com o tema central: *Por uma política nacional de extensão*. Esse X Encontro Nacional teve dois objetivos centrais que direcionaram as atividades propostas: “discutir as formas de participação das Universidades Públicas Brasileira, nas políticas sociais, governamentais e em ações conjuntas como o movimento social” (FORPROEX, 1996,

p. 1) e “definir uma Política Nacional integrada de extensão universitária, em função da presente conjuntura nacional e internacional” (FORPROEX, 1996, p. 1).

Segundo Rodrigues (2003), mesmo após um amplo período de reflexões e discussões para efetivação de uma política de extensão, a sua inexistência se mostra evidente e a necessidade então de ser priorizada.

Este evento define algumas recomendações de atuação que logo são operacionalizadas. Essas foram consequência de quatro mesas temáticas dentre elas uma na qual “[...] se discutiu a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão” (NOGUEIRA, 1999, p. 147). Mais uma vez, coube à professora Tânia Baibich presidir o Forproex neste ano.

Vale ressaltar também que nesse período

foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394, estabelecendo no artigo 43 que a Extensão Universitária é uma das finalidades da Universidade e que ainda poderá contar também com o apoio financeiro do poder público, aportando-se inclusive de bolsas de estudo (Artigos 44, 52, 53 e 77) (DEBOÇA; SILVA, 2015, p. 3).

Para Nogueira (1999), de síntese, o X Encontro Nacional representou uma demonstração de preocupação frente ao momento político nacional respingando no senso comum da necessidade de articulação e parceria entre as IES, o MEC, o Crub, demais Fóruns de Pró-Reitores e a Andifes para consolidar uma política, verdadeiramente, consolidada.

O XI Encontro Nacional Forproex¹⁰ ocorrera em Curitiba/PR em junho de 1997. Contou com a participação de representantes de 64 universidades tendo como tema central: *10 anos de Fórum: Avaliando a Extensão*. De acordo com Nogueira (1999), participaram do evento alguns de seus fundadores onde a maioria desses membros participaram da mesa redonda com o tema: Avaliação da Extensão Universitária e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub). O formato do Fórum organizou-se por regiões com a tarefa de sugerir indicadores de avaliação das atividades extensionistas.

Para o efetivo do ano de 1997, coube ao professor Evandro Lemos da Cunha da Universidade Federal de Minas Gerais presidir o Fórum. Desse modo, “na produção

¹⁰ Em vários documentos, o Encontro é registrado de forma equivocada como X Encontro.

do documento final do XI Encontro, intitulado Súmula da Avaliação da Extensão Universitária e o PAIUB, optou-se pelo registro das conclusões dos grupos de trabalho por região” (NOGUEIRA, 1999, p. 187). Ainda segundo a autora, em tal documento não constam as conclusões finais dos grupos, devido ao objetivo de elaborar uma síntese como produto final consensual do Fórum.

Ainda segundo a autora, os dois Encontros Nacionais posteriores, ambos realizados em Brasília, balizaram o redirecionamento das ações do Fórum visando à formulação de novo programa de extensão juntamente com o MEC para a manutenção do Proexte. Com essas movimentações, foram produzidos dois documentos institucionais denominados: Programa Universidade Cidadã e o Plano Nacional de Extensão Universitária.

Em 1997, mais precisamente no mês de dezembro, aconteceu em Brasília o XII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas com o tema: *Programa nacional temático – Universidade Cidadã*, com caráter extraordinário.

Neste Encontro, o Programa Universidade Cidadã é apresentado na abertura do XII Encontro Nacional contando com a presença de representantes do Governo Federal promovendo assim a integração das ações extensionistas por áreas temáticas de acordo com as atividades já desenvolvidas e outras que passariam a vigorar desde então.

Em linhas gerais, após as reflexões e discussões ocorridas, foram registradas na ata final as seguintes deliberações: 1) Constituição da Comissão Nacional de Extensão do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras com a missão de elaborar o primeiro Plano Nacional de Extensão; 2) Elaboração de indicadores quantitativos das ações extensionistas desenvolvidas até então; 3) Constituição de Comitês Temáticos para debates sobre temas de relevância social; 4) Inserção do Programa Nacional de Bolsas de Extensão no Plano Nacional de Extensão; 5) Construção de resumos explicativos dos projetos de maior relevância de cada Universidade de acordo com o Programa Universidade Cidadã¹¹ e, por fim;

¹¹ Programa criado em 1997 que objetivava fazer das universidades públicas brasileiras mais próximas das realidades sociais daquele período fazendo-as assumir uma posição voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população retomando alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987, a saber: a) a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país; b) a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus

5) Elaboração de texto jornalístico único a ser divulgado por cada universidade em seu entorno constando os principais resultados desse evento.

Também com caráter extraordinário, o XIII Encontro Nacional ocorrido em Brasília em março de 1998 tinha como principal intuito a apresentação e discussão final do Plano Nacional de Extensão elaborado conjuntamente por representantes do Fórum e da SESu/MEC.

A partir das contribuições de Nogueira (1999), é possível dizer que ao Plano foram incorporadas as áreas temáticas definidas no Programa Universidade Cidadã, bem como, integralmente, o conceito de extensão definido pelo Fórum em 1987 no I Encontro Nacional e apresenta em sua estrutura “antecedentes, objetivos, metas, metodologia e avaliação” (NOGUEIRA, 1999, p. 189).

O XIV Encontro Nacional aconteceu em maio de 1998 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Apesar de não ter sido produzido nenhum documento final sobre o que se fora definido neste evento, a partir das contribuições da literatura existente observa-se que, tendo como tema central *Plano Nacional de Extensão*, foram tomadas deliberações para a construção de Planos Regionais visando contribuir para o alcance das metas presentes no Plano Nacional de Extensão. Ainda sobre este Encontro:

O financiamento das metas da organização da extensão universitária terá como fonte de recursos os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades. O financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento. O Fórum proporá um sistema de avaliação das metas contidas no plano a ser desenvolvido pelas instituições envolvidas no processo (FORPROEX, 2001a, p. 12).

problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão; c) a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil; d) a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas; e) a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social; f) a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania (FORPROEX, 2001, p. 7).

Para o pleno exercício da presidência do Fórum foi eleito o professor Arnon Mascarenhas, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao qual incumbiu fazer-se cumprir a consolidação do Plano Nacional e divulgação para todas as Universidades Públicas Brasileiras.

A décima quinta edição do Encontro Nacional do Forproex aconteceu em Campo Grande/MS na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em maio de 1999.

Sob a coordenação da professora Malvina Tânia Tuttman da UniRio, presidente do Fórum para o ano de 1999, duas Resoluções direcionam os trabalhos para aquele encontro. A Resolução nº 001 de 28 de maio de 1999 dispunha sobre a criação de Grupo Técnico sobre Sistemas de Dados e Informação e Renex e tinha como objetivos:

Definir dados básicos de identificação para programas, projetos e atividades de extensão, apresentar proposta de unificação para as áreas temáticas e indicativos para as linhas programáticas para uso nacional, elaborar termos de referência que padronizem dados e promover a revisão da RENEX (FORPROEX, 1999, p. 1).

A Resolução nº 002, da mesma data, dispunha sobre a criação de Grupo de Trabalho sobre Avaliação da Extensão Universitária objetivando

Resgatar os documentos já produzidos pelo Fórum sobre avaliação, estabelecer indicadores qualitativos e quantitativos para Avaliação da Extensão Universitária, elaborar um Programa Nacional de Avaliação da Extensão, realizar um Seminário sobre avaliação e por fim, criar grupo de avaliação na RENEX (FORPROEX b, 1999, p. 2).

Em síntese, discute-se neste XV Encontro Nacional, além dos temas acima apresentados, as metas do Plano Nacional de forma aprofundada com a definição de estratégias operacionais para seu alcance de forma eficiente e efetiva.

A virada do milênio foi caracterizada pela continuidade de pautas antigas que ainda não haviam sido consolidadas nos encontros anteriores. O XVI Encontro Nacional, que ocorrera em João Pessoa/PB em 2000, contou com a apresentação de uma versão mais elaborada da proposta de avaliação da Extensão Universitária fator este que possibilitou a realização, pelo Fórum, do I Encontro Nacional de Avaliação da Extensão Universitária.

De acordo com Machado (2013), neste Encontro aprova-se a Coleção Extensão Universitária, conforme metas traçadas no Plano Nacional de Extensão, Tal conjunto de obras apresenta diretrizes e pressupostos para a ordenação da extensão nas universidades brasileiras, a qual apresenta seis volumes, a saber: Plano Nacional de Extensão, Sistema de Dados e Informações, Avaliação Nacional da Extensão, Extensão e Flexibilização Curricular, A Indissociabilidade Ensino-Extensão-Pesquisa e Planos Regionais de Extensão.

Neste pleito, coube para presidir o Fórum e, conseqüentemente, guiar os passos dessa sistematização o professor Lucas Batista Pereira da UESB. Neste mesmo ano, um novo ajuste no Regimento Interno do Fórum definiu que seus objetivos seriam:

- I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras;
- II – manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- III – manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;
- IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORPROEX, 2002a, p. 2).

O XVII Encontro Nacional do Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras realizado em maio de 2001 em Vitória/ES ocorreu após a articulação institucional entre o Forproex, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a Unesco, a fim de construir alianças sólidas que possibilitassem fomentar ações extensionistas na área dos direitos humanos.

Algumas ações nessa temática foram desenvolvidas, dentre elas, a participação do Fórum em eventos dessa ordem e a articulação de debates regionais sobre direitos humanos, sendo destaque a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Segundo Santos Júnior (2013), para o efetivo de ano de 2001, o Forproex teve como presidente eleito o professor Targino Araújo Filho da UFSCar e estabeleceu,

dentre suas deliberações, os pressupostos como subsídios para a implantação, como política, de indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão, através da concepção de flexibilização curricular bem como a divulgação de experiências desenvolvidas nas Universidades Públicas Brasileiras que faziam este exercício.

O autor ainda apresenta que

Tendo em vista a necessidade de possuir uma maior visibilidade por parte da sociedade e do Governo, são criados e difundidos o Sistema de Dados e Informação e a Rede Nacional de Extensão (RENEX), seguindo a tipologia das ações extensionistas (em áreas temáticas), proposta no Plano Nacional de Extensão Universitária a fim de classificar e sistematizar dados favorecendo, assim, estudos e relatórios sobre a prática de extensão. Vale lembrar que estas ações já eram cogitadas desde o VI FORPROEX, realizado em Santa Maria/RS, em 1992 (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 95).

Poucas são as informações presentes na literatura que apresentam as deliberações do XVIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 2002 em Florianópolis/SC. No entanto, é possível deduzir que no XVIII Encontro Nacional o debate em torno da consolidação do Plano Nacional de Extensão ainda esteve presente uma vez que o tema central deste Encontro foi: *A organização da extensão nas universidades públicas brasileiras*. Vale ressaltar também que foi neste evento que a designação Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras foi alterada para Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras prevalecendo até os dias atuais sob a coordenação do presidente eleito Edilson José Corrêa da UFMG.

O XIX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 2003 em Manaus/AM, foi conduzido pelo mesmo presidente, o professor Edison José Corrêa. Realizado no período de transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula, tal momento foi bastante oportuno para o desenvolvimento da política de Extensão Universitária no país uma vez que desencadeou as parcerias articuladas junto à esfera governamental que buscaram nas experiências da Extensão Universitária estratégias para inserir as políticas sociais dos planos do atual governo (PIMENTEL, 2015).

Vale ressaltar que foi através das deliberações deste Fórum que a Secretaria de Educação Superior do MEC reativa o Programa de Apoio à Extensão Universitária

– PROEXT lançando edital para apresentação de Programas e Projetos de Extensão e o lançamento oficial do SIEXBRASIL¹².

Conforme as contribuições de Santos Júnior (2013), o XX Encontro Nacional realizado em 2004 em Recife/PE, elegeu como presidente o professor Marco Antônio França Faria da UFRJ. Dentre as deliberações deste encontro, aponta-se o Relatório que propõe a Revisão das Áreas Temáticas, Linhas e Ações de Extensão. Este Encontro preparou, também, a “Carta de Recife”, um documento que serviria de subsídio à reforma universitária proposta pelo MEC.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, neste momento de discussão nacional sobre a Reforma Universitária, levanta sua voz para manifestar-se sobre a universidade que queremos e como a Extensão Universitária está presente em todo o processo do fazer acadêmico. Desejamos que o processo de reforma seja o de construção, plena e participativa, incluindo a universidade pública em um projeto de nação que seja para todos (FORPROEX, 2004a, p. 1).

Ainda segundo Santos Júnior (2013), esta Carta reafirma a necessidade da participação da universidade pública na concepção, implementação e avaliação de políticas públicas e o compromisso social das Universidades e suas ações de influência mútua com a sociedade nos diferentes procedimentos.

O XXI Encontro Nacional ocorreu em maio de 2005 em São Luís do Maranhão tendo como tema central *Extensão Universitária e as Tecnologias Sociais* reunindo “pró-reitores e representantes de 80 instituições públicas (entre estaduais, federais e Cefets)” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2005).

O reitor da UFMA, Fernando Ramos, participou do evento no qual coordenou a conferência “Extensão Universitária: análise histórica”. Ele ressaltou a importância do fórum, relacionando-o ao contexto histórico da Reforma Universitária. De acordo com o reitor, atuação do fórum no processo de Reforma Universitária, poderá promover a institucionalização da extensão nas grades curriculares, o que abriria espaços dentro do orçamento da educação, possibilitando a expansão da extensão. “Através da extensão, a universidade afirma o seu compromisso social” afirma (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2005).

¹² Sistema nacional de informação da extensão (SIEXBRASIL) com mais de 10 mil ações inscritas, no qual um coordenador de extensão, de universidades cadastradas, pode registrar suas ações de extensão, podendo seus dirigentes, a partir destes registros, conhecer e divulgar de forma sistemática as ações de sua unidade (BARBOSA, 2012, p. 15).

Com uma programação variada contendo cursos, palestras e mesas redondas, o XXI Encontro Nacional contou com a presença de representantes do Governo Federal, das Universidades, do Terceiro Setor e da Iniciativa Privada, todos apresentando suas compreensões acerca das experiências existentes de extensão universitária e as perspectivas de consolidação em tecnologias sociais.

Dentre as vivências do Encontro, “o XXI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em São Luís, 2005, objetiva repassar informações básicas que possam ser úteis a novos dirigentes e participantes da Extensão Universitária no Brasil” (FORPROEX, 2007, p. 9). E para o efetivo do ano de 2005 foi reeleito o professor Marco Antônio França Faria da UFRJ para o cargo de presidente do Fórum.

O XXII Encontro Nacional, por sua vez, ocorreu em Porto Seguro/BA em maio de 2006. De acordo com Santos Júnior (2013), a principal deliberação oriunda do Encontro foi a aprovação do documento “Reestruturação das Áreas Temáticas” que passara a ser referência para a organização e o trabalho de Comissões de Áreas Temáticas. Coube à professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira da Universidade Federal da Paraíba, presidente eleita para o ano de 2006, coordenar essas atividades.

Tal reestruturação referendou que as áreas temáticas deveriam ser estruturadas nos três níveis: nacional, regional e local, e para a efetivação dessa meta, deve-se implementar os seguintes passos:

I – Constituição, em caráter permanente, de comissão temática, composta de, pelo menos, um(a) coordenador(a) nacional e cinco coordenadores(as) regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), indicados pelo conjunto das pró-reitorias das universidades da região;

II – Identificação, convite e participação de pessoas de referência, em cada área temática, nos níveis nacional, regional e em cada universidade, que serão indicados pela Comissão Temática como membros-consultores para programas, projetos e aspectos específicos da Área Temática, devendo ter o referendo da pró-reitoria de extensão de sua universidade (FORPROEX, 2007, p. 25).

O XXIII Encontro Nacional, ocorrido em maio de 2007 em Brasília/DF, assim como outras edições do evento, não apresenta registros que abordem em profundidade os debates e as deliberações decorrentes do mesmo. Este foi o evento em comemoração aos 20 anos do Forproex.

De acordo com a Assessoria de Comunicação da Universidade de Brasília (2007), as políticas públicas para a área foram o principal foco dos debates.

Essa é uma oportunidade muito boa de dialogar com o governo, logo no início de um novo mandato, sobre as ações para a área", ressalta a decana de Extensão da UnB e organizadora do encontro, Leila Chalub. Na abertura do encontro, realizada na noite de terça-feira, 29 de maio, a presidente do FORPROEX e pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Lúcia Guerra, exalta o momento favorável à adoção de novas medidas para o setor. Segundo ela, a Extensão tem sido reconhecida como importante meio de auxílio à sociedade (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2007).

Para o efetivo de 2007, foi eleita a professora Eunice Sueli Nodari da Universidade Federal de Santa Catarina para coordenar os trabalhos do Fórum e organizar a XXIV edição que acontecera em Curitiba/PR.

Este XXIV Encontro Nacional, realizado em Curitiba/PR no mês de junho de 2008, teve como tema central *Extensão Universitária: produção de conhecimento e compromisso social*. A partir de informações disponíveis nos anais da Assessoria de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (2008), foi possível compreender como aconteceu este evento e suas principais reflexões.

O evento foi realizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR e priorizou "temas importantes para o avanço da área da extensão nas instituições, como a questão dos indicadores qualitativos e quantitativos da extensão universitária; a extensão universitária e o compromisso social, o papel dos agentes fomentadores; as parcerias das universidades com os estados e os municípios" (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008).

Um dos grandes destaques do evento foi a participação da professora Jaqueline Moll, Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania do MEC, enfatizando a importância da extensão no ensino superior e a necessidade de se deixar de ser o "primo pobre" nas universidades, ressaltando que tal tema tenha um sistema de financiamento fortalecido e divulgando para os presentes que este financiamento está tramitando no Ministério da Educação. Na ocasião, coube à professora Ney Cristina Monteiro de Oliveira da Universidade Federal do Pará, presidente eleita para o ano de 2008, coordenar essas atividades.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras realizou seu XXV Encontro Nacional em junho de 2009 no município de João Pessoa/PB. Com o tema - *Direitos Humanos: Desafios da Indissociabilidade entre*

Ensino, Pesquisa e Extensão, “(...) devido aos marcos históricos de exclusão e de violência social, a sociedade contemporânea brasileira apresenta inúmeras demandas para as universidades públicas atuarem na área de direitos humanos e justiça” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2009).

Foram debatidos temas como direitos humanos, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Extensão Universitária, como também a realização da eleição da nova diretoria do Fórum (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, 2009). Ademais dos Pró-Reitores de Extensão, o Encontro contou com docentes e técnicos das IES e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de cerca de 100 instituições que integram o Forproex. E para presidir o Fórum naquele ano foi eleita a professora Laura Tavares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

No mesmo ano aconteceu o XXVI Encontro Nacional realizado no Rio de Janeiro/RJ. “Partindo das discussões acerca dos limites e potencialidades do Plano Nacional de Extensão, uma versão preliminar do que viria a se constituir como a Política Nacional de Extensão foi apresentada em 2009, no XXVI Encontro Nacional do FORPROEX” (OLIVEIRA e GOULART, 2015, p. 17).

Essa versão preliminar formaliza o atual conceito de Extensão Universitária e relata que

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Assim, firma as diretrizes orientativas às formulações de projetos e programas de extensão, sendo elas: a Interação Dialógica, a Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto e Transformação Social.

O Encontro Nacional de número XXVII foi realizado em Fortaleza/CE em julho de 2010 tendo como tema principal - *A Extensão Universitária no Contexto do Século XXI*.

Estão sendo realizadas palestras, mesas-redondas e debates sobre a Trajetória do Fórum na luta pela Institucionalização da Extensão, a Extensão no cenário da Educação Superior Pública, Política e Institucionalização da Extensão, a Curricularização das Ações de

Extensão e sua contribuição na formação acadêmica, entre outros. (...) Além dos Pró-Reitores de Extensão, o evento conta ainda com a participação de representantes do Fórum de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (ASSESSORIA DE IMPRENSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, 2010).

No Encontro também o texto preliminar, que viria a tornar-se o Plano Nacional de Extensão, foi discutido de forma ampla e profunda na medida em que foram “incorporadas as contribuições dos representantes das Universidades Públicas signatárias” (FORPROEX, 2012, p. 4). E para presidir o Fórum naquele ano foi reeleita a professora Laura Tavares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

No mesmo ano foi realizado o XXVIII Encontro Nacional do Forproex em Santo André/DP na Universidade Federal do ABC (UFABC) sendo este no mês de novembro. Após um período sem registros finais sobre o que fora deliberado nos Encontros, a partir deste o Forproex por meio do site da Renex passa a organizar e a disponibilizar relatórios finais e cartas manifestos o que colabora para dar mais profundidade à descrição da trajetória histórica do Fórum e sua contribuição para o fomento da Política de Extensão Brasileira.

Aprovado em 26 de novembro de 2010, o Regimento Interno do Fórum apresenta, em seu artigo 3º, os seguintes objetivos:

- I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos equivalentes das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras;
- II – manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do FORPROEX;
- III – manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;
- IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras;
- V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

Estiveram presente mais de 60 Pró-Reitores de Extensão. E em discurso de abertura o anfitrião e Pró-Reitor da UFABC, o professor Plínio Tabosa, ratificou “o orgulho da UFABC em receber este importante evento, que tem como objetivo o fortalecimento e desenvolvimento de ações com foco na sociedade civil, no setor produtivo e nos poderes públicos constituídos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2010). Uma das palestras significativas do evento foi ministrada pelo Reitor da universidade, professor Helio Waldman, o qual apresentou sobre a experiência da UFABC e os desafios da implantação de projeto-pedagógico interdisciplinar e inovador. Para o exercício deste ano foi eleito como presidente do Fórum o professor da UFRN Cipriano Maia de Vasconcelos.

O XXIX Encontro Nacional aconteceu em Maceió tendo como tema *Extensão: o conhecimento que transforma*. “Os Pró-Reitores de Extensão estabeleceram as metas para a extensão universitária para o período de 2011–2012, reafirmando o fortalecimento dos vínculos entre as Universidades e a Sociedade na qual ela está inserida” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 69), bem como a “concretização de iniciativas que produzam mudanças nas políticas, na organização, na gestão e no cotidiano acadêmico, [...] aumentando a contribuição da Universidade pública na promoção do desenvolvimento da Sociedade brasileira” (FORPROEX, 2011, p. 2).

Após uma série de diálogos e reflexões, o Encontro culminou em um manifesto denominado Carta de Maceió que em síntese expõe a necessidade de redefinições nas políticas públicas que apoiam as ações de extensão.

Em seu parágrafo final, a Carta de Maceió é enfática neste sentido e ressalta:

A expectativa dos Pró-Reitores de Extensão neste contexto de diálogo e negociação é a possibilidade de ampliação do debate e a concretização de iniciativas que produzam mudanças nas políticas, na organização, na gestão e no cotidiano acadêmico, como forma de estreitamento dos laços que nos unem às organizações sociais, aumentando a contribuição da Universidade pública na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira (FORPROEX, 2011, p. 4).

Para o exercício deste ano foi reeleito como presidente do Fórum o professor da UFRN, Cipriano Maia de Vasconcelos.

O XXX Encontro Nacional, realizado em Porto Alegre/RS ainda no ano de 2011, teve como tema *Desafios da Institucionalização da Extensão*. Este produziu a Carta de Porto Alegre que “reafirmou a necessidade de fortalecimento de políticas para a

institucionalização da extensão tanto internamente como com instituições parceiras” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 96).

Outros temas que foram abordados foram: a inserção da Extensão nas metas para a Educação Superior no Plano Nacional de Educação, a internacionalização das atividades de Extensão, a Educação à Distância dentre outras.

Em 2012, aconteceram o XXXI e o XXXII Encontros Nacionais do Forproex sendo o primeiro realizado em Manaus/AM no mês de maio e o segundo em novembro realizado em Brasília/DF

No XXXI Encontro, os Pró-reitores de Extensão estabeleceram as metas para a gestão 2012–2013, reafirmaram a importância da cooperação entre a universidade e a sociedade civil visando, assim, o fortalecimento da responsabilidade social da Universidade bem como estabeleceram um total de doze (12) metas para aumentar as políticas de gestão, organização e rotinas acadêmicas. A “Carta de Manaus” expõe acerca da constituição da Política Nacional de Extensão Universitária “dando materialidade ao compromisso das Universidades, com a transformação da Universidade Pública, no sentido de torná-la um instrumento de mudança social” (FORPROEX, 2012, p. 7).

Essas diretrizes foram organizadas em forma de tabela de acordo com as contribuições de Nogueira (2000) e encontram-se a seguir para análise:

Quadro 2 - Diretrizes norteadoras para a elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária Brasileira

OBJETIVO	DIRETRIZ
Orienta o desenvolvimento das relações entre a Universidade e os setores sociais, marcadas pelo diálogo e troca de saberes. Não se trata mais de somente repassar a sociedade o conhecimento acumulado, mas de produzir, por meio dessa interação, um novo conhecimento.	Interação Dialógica
As ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).	Interdissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão
A qualificação da formação do estudante, por meio do seu envolvimento com as atividades extensionistas, depende também, no âmbito interno das Universidades, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento de ações de extensão com os colegiados da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de extensão universitária.	Impacto na formação do estudante
Essa diretriz reafirma a extensão como mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade	Impacto e transformação social

com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.	
---	--

Fonte: Elaborado a partir das contribuições de Nogueira (2000).

Nesse contínuo, coube à professora Sandra de Fátima Batista de Deus, professora da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, presidir o Fórum para o efetivo de 2012.

Para completar as ações realizadas ao longo dos primeiros 25 anos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o XXXII Encontro Nacional comemora as Bodas de Prata (25 anos) do Forproex sendo realizado na Universidade de Brasília no ano em que a mesma comemora 50 anos.

Na ocasião, os Pró-reitores de Extensão instituíram um diálogo positivo sobre história e metas que direcionariam as ações e o futuro do Fórum.

Ao chegar aos 25 anos de existência, o FORPROEX ainda é jovem, todavia não pode deixar de trabalhar de forma madura para conseguir alcançar os patamares de qualidade e eficiência que almejam tanto a Universidade e os demais segmentos da sociedade Brasileira (FORPROEX, 2012 b, p. 1).

Em linhas gerais, as deliberações provenientes do XXXII Encontro foram a necessidade de discussão sobre a extensão e Educação à Distância visando estabelecer marcos legais e regulamentários à ação institucional da extensão universitária bem como o estabelecimento de condições para que a extensão seja contemplada na concorrência às Bolsas de Internacionalização oferecidas por órgãos do governo.

O capítulo em questão buscou apresentar em que consiste o Forproex, bem como caracterizar o percurso histórico ao longo de seus primeiros 25 anos. Em suma, podemos apontar que o Forproex consolidou-se como uma entidade importante no cenário educacional brasileiro contribuindo para que a sociedade e a academia possam refletir e contribuir para a edificação da extensão universitária brasileira, de forma específica, e para o progresso da educação pública nacional de modo geral.

5 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

O capítulo em questão possui como principal intuito desvelar algumas questões encontradas nos documentos produzidos pelo FORPROEX ao longo de seus 25 anos de história.

Conforme apontamos em nossos procedimentos metodológicos, os documentos levantados tiveram dois lócus de busca principais: A Rede Nacional de Extensão, que disponibiliza digitalizados em seu site alguns dos documentos produzidos pelo FORPROEX e o acervo da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Assim, destacamos abaixo os documentos utilizados na presente análise. A saber: Documentos Finais dos Encontros do Fórum; Programação dos Eventos realizados pelo Fórum; Regimento do FORPROEX; Política Nacional de Extensão Universitária; Coleção Extensão Universitária; Ofícios com comunicados para os Pró-reitores.

Neste sentido, destacaremos duas intenções para subsidiar as análises dos documentos. A primeira, consiste em seguir os preceitos apontados por Aróstegui (2001) em descrever a “história da fonte”, de modo a subsidiar outros pesquisadores a encontrarem as fontes que utilizamos para o desenvolver de novas investigações. A segunda por sua vez, trará o debate da Noção de Campo de Bourdieu para dialogar com a construção, evolução e desenvolvimento do FORPROEX enquanto um espaço voltado para “a criação de políticas específicas de Extensão como parte das políticas públicas para a educação superior brasileiras” (FORPROEX, 2007 p. 13).

A análise dos documentos nos revelam o emergir de alguns temas/eixos que remetem aos processos desenvolvidos pelo Fórum. Assim, buscamos identificar nos documentos as razões de existência do Fórum, e seus respectivos objetivos e encaminhamentos ao longo de sua história. Acrescenta-se a isso seu funcionamento, ou seja, formas de organização, Diretoria, Coordenações, Comissões, e as demais maneiras de arranjo institucional.

Para subsidiar a análise deste tocante utilizamos o Regimento de fundação do Fórum de 1987, as mudanças sugeridas em 1992 e aprovadas pela plenária do VI Encontro Nacional, como também o Regimento mais atual aprovado em 2010. Estes documentos encontram-se disponíveis na Rede Nacional de Extensão (RENEX).

Do ponto de vista dos objetivos estabelecidos pelo Fórum, de acordo com o Regimento construído no primeiro Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Extensão realizado em Brasília no ano de 1987, estão centrados em, (1) formular diretrizes, (2) estabelecer políticas, (3) articular constantemente com os Reitores e demais Fóruns de Pró-Reitores (Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação), (4) contatar os órgãos governamentais.

Percebemos que o FORPROEX apresentou desde o momento de fundação as principais razões que levaram a sua constituição enquanto organização. Esse horizonte de objetivos revela já de imediato uma síntese das buscas que se manifestaram com relativa frequência ao longo de sua história. Nesse sentido, a ideia de formular diretrizes para a articulação de ações em comuns das Pró-Reitorias, seja em nível regional e/ou nacional, representa uma premissa básica a própria construção dos Encontros.

Planejar e realizar ações comuns, trouxe por consequência uma demonstração de força institucional e política. Acrescenta-se a isso o objetivo seguinte de estabelecer políticas que indiquem na orientação e fortalecimento de atuação das Pró-Reitorias, utilizando enquanto pano de fundo as mesmas intenções indicadas. Outro objetivo bastante delineador das ações do Fórum consiste no processo de articular permanentemente com outras esferas para além da Extensão. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), além de outros Fóruns de Pró-Reitores como Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação, são exemplos citados já no momento de fundação. Adiciona-se a isso o anseio de contato com os órgãos governamentais, no sentido de buscar interlocução permanente sobre as políticas e demais encaminhamentos das Pró-Reitorias. (FORPROEX, 1987).

Podemos apontar que uma das premissas básicas da produção de Bourdieu, principalmente naquilo que diz respeito à noção de campo social, está centrada na avaliação de: O que está em disputa? Quais são as razões pelas quais este campo social está constituído? (BORDIEU, 2004; BOURDIEU, 2010; BOURDIEU, 1983).

Percebemos no interior dos objetivos de criação do Fórum, uma aparente cumplicidade entre os agentes que o compuseram, interessados no processo de disputa. A 'disputa em jogo', não está localizada dentro do campo FORPROEX, mas sim, remete a uma convenção de articulação visando uma inserção no "extracampo" ou seja, na esfera das políticas educacionais voltadas para o Ensino Superior de uma

forma mais ampla. Esta questão, impacta diretamente na consolidação da Extensão Universitária, motivo pelo qual sustenta o próprio nascimento do Fórum.

Ainda nesse contexto, constata-se que apenas em 2010 o Fórum apresenta uma reformulação em seus objetivos. Mantém boa parte do conteúdo dos objetivos preconizados em 1987, inserido nos itens I, II, e III detalhando alguns processos, como também aparecem outras categorias, conforme apresenta os itens IV e V.

Art. 3º - São objetivos do FORPROEX:

I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos equivalentes das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras;

II – manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do FORPROEX; III – manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;

IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras;

V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (FORPROEX, 2010 p. 1)

De acordo com o regimento aprovado em 26/11/2010 na UFABC citado acima, os objetivos do Fórum trazem algumas formulações se comparadas ao proposto em 1987. Destaca-se a intenção em trazer o diálogo da Extensão para além do Estado, mas também para o Mercado ou como aponta o documento com o “setor produtivo”, composto pelas instituições privadas. Acrescenta-se a isso, as instituições da sociedade civil. A articulação com este leque de instituições, demonstra uma intenção em ampliar a inserção social das IES.

Acrescenta-se a isso o incentivo ao desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações extensionistas. No decorrer do processo do Fórum isto se demonstrou como algo necessário, sobretudo para o registro das atividades das Pró-Reitorias.

Outro ponto importante a se destacar é que no que concerne à constituição do Fórum, manteve o mesmo perfil “são membros natos do Fórum, com direito a voz e

voto, todos os Pró-Reitores de Extensão ou responsáveis por órgãos congêneres às Pró-Reitorias de Extensão das IESPs do país”. (FORPROEX, 1987).

De acordo com as reflexões de Bourdieu (2010), tal procedimento se articula diretamente com o princípio abordado no conceito de campo, o entendimento de que há um dentro e um fora. Nesse sentido, a fronteira que separa os que estão no campo ou não, consiste num elemento basilar para a construção do mesmo.

Desde o seu início o FORPROEX foi estruturado para as Instituições Públicas de Ensino Superior. Naquele momento histórico (1987) no Brasil haviam um total de 853 IES. Destas, 71,8% eram privadas (613) e 28,2% públicas (240). Podemos apontar que no processo de estruturação do campo, privilegiou-se as políticas para as Instituições Públicas, mesmo estas sendo minoria. (INSTITUTO DE NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1999). Obviamente, o próprio contexto educacional no país, levava ao um movimento de (re) organização do poder público, principalmente em se tratando de um período pós-ditadura militar.

Por outro lado, o FORPROEX manteve esse filtro para as IES públicas até os dias atuais, ratificando esse posicionamento no artigo 2º do Regimento aprovado em 2010, assim, “São membros do FORPROEX, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos equivalentes das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras” (FORPROEX, 2010)

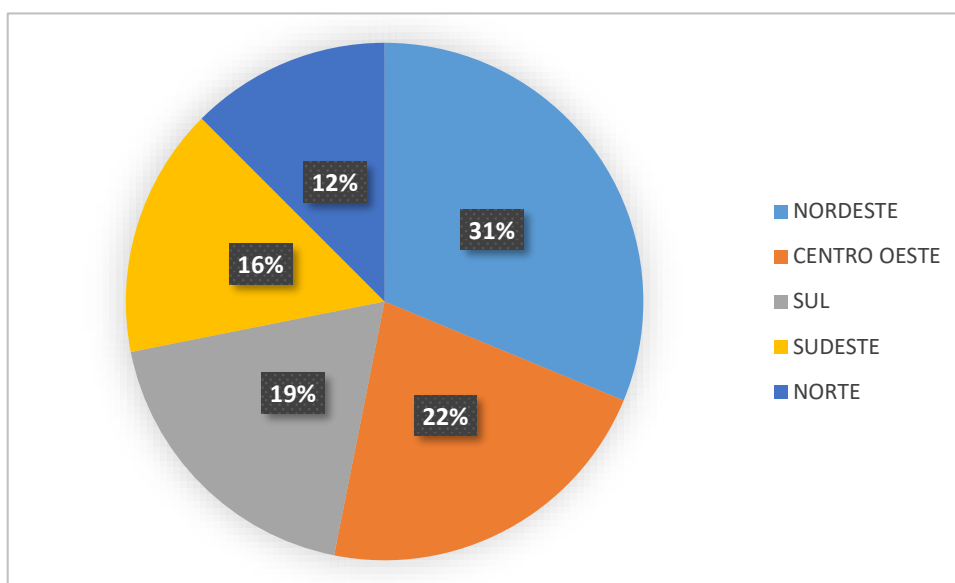
Este formato consolida aquilo que aponta Bourdieu (2010), quanto mais rigorosos forem os critérios de entrada no campo, mais bem estruturado é o mesmo. Assim, as demais instituições, privadas, comunitárias precisaram organizar outros Fóruns para discutir a Extensão em seus segmentos educacionais. Não há registro nos documentos de qualquer diálogo do FORPROEX com os demais Fóruns de Extensão. Entendemos existir nesse contexto uma lacuna que reverbere um debate mais ampliado da Extensão Universitária, independente da razão social da Instituição.

Sobre o funcionamento do Fórum, descreve que “reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por ano, e, extraordinariamente, sempre que a Coordenação entender necessário ou o próprio Fórum através de 1/3 de seus membros” (FORPROEX, 1987 p. 18). Esse encaminhamento permaneceu até o ano de 2008, excetuando-se a realização de duas reuniões extraordinárias que ocorreram em Brasília nos anos de 1997 e 1998.

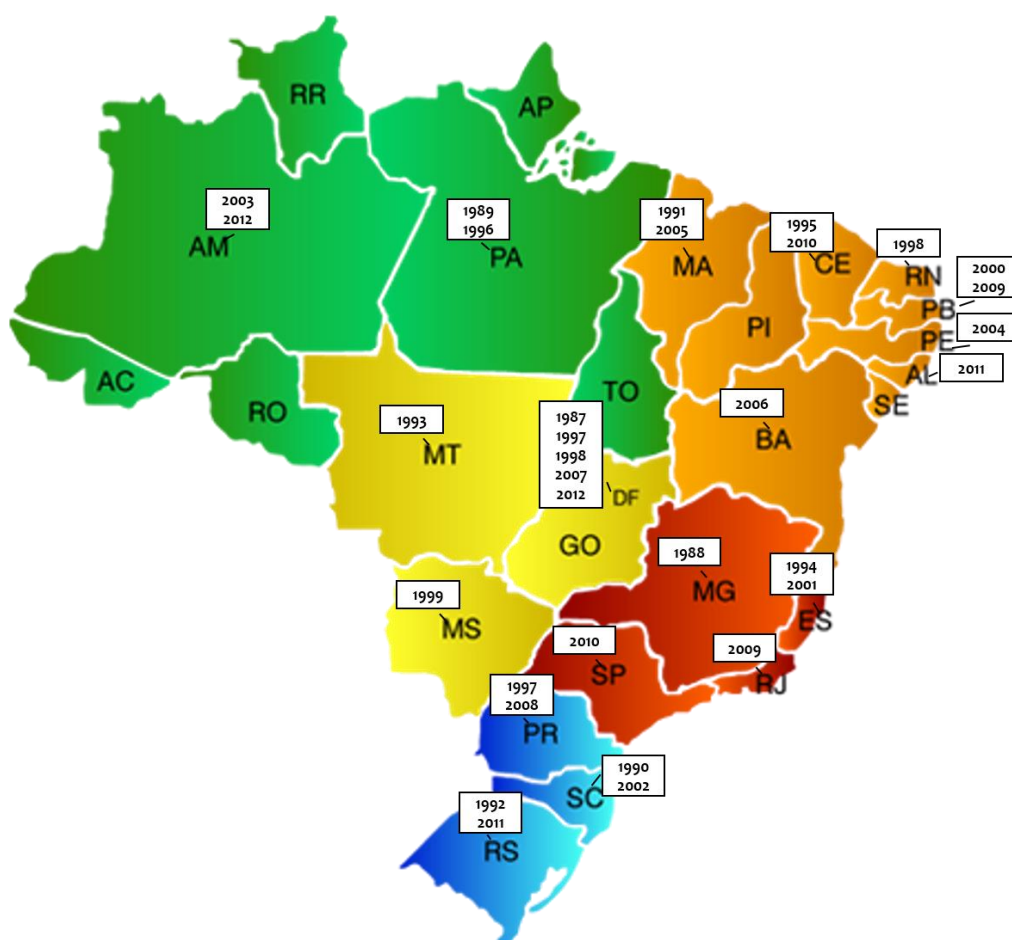
A partir de 2009, iniciou a periodicidade semestral das reuniões ordinárias do Fórum. Nos documentos, o FORPROEX oficializa esta determinação na atualização

do Regimento em 2010. Com isso, ao longo dos seus 25 anos, houve 32 (trinta e duas) reuniões do Fórum, sendo 30 (trinta) ordinárias e 02 (duas) extraordinárias.

No “mapa das reuniões” o Nordeste foi a região onde mais aconteceram os Encontros Nacionais, sendo 10 (dez) no total (São Luiz, Fortaleza e João Pessoa com 02 encontros, Natal, Recife, Porto Seguro e Maceió com 01 encontro). Na sequência a Região Centro Oeste com 7 (sete) reuniões realizadas (Brasília com 05 edições como a cidade que mais recebeu as reuniões do Fórum, além de Cuiabá e Campo Grande com um encontro). A Região Sul aparece com 6 (seis) edições (Florianópolis e Curitiba com 02 encontros, e as cidades gaúchas de Santa Maria e Porto Alegre que sediaram 01 encontro cada). O Sudeste com 5 (cinco) reuniões (Vitória com 02 encontros, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Santo André com 01). E por fim, a Região Norte foi a que menos sediou reuniões do Fórum com apenas 4 (quatro) encontros. (Belém e Manaus com 02 reuniões cada).



(QUADRO X: Divisão das Reuniões do Fórum por Região)



(QUADRO Y: Distribuição das Reuniões do Fórum – por Estado da Federação)

Segundo FORPROEX (1987), o Fórum começou com uma Coordenação Nacional e 05 Coordenadores Regionais. Nesse contexto de início, as eleições para os Coordenadores Regionais eram feitas pela plenária do Fórum, no qual cada Pró-Reitor votava apenas no Coordenador de sua região. Para a eleição do Coordenador Nacional, competia aos Coordenadores Regionais escolherem um de seus pares.

Nesse momento foi criada uma Coordenação Provisória Colegiada como um representante de cada região. São eles: Nilson Pinto de Oliveira (Norte), Aldy Melo de Araújo (Nordeste), Dulce Helena Chiacuim (Sudeste), Mário Portugal Pederneiras (Sul), Volei Garrafa (Centro Oeste). Nesse contexto, no ano de 1988 foi eleito o Profº Volnei Garrafa da Universidade de Brasília. (RENEX, 2016).

Em 1992, há uma alteração no Regimento do Fórum em plenária aprovada no VI Encontro anual na cidade de Santa Maria/RS. Cria-se a figura da Secretaria Executiva para a Coordenação Nacional e dos subcoordenadores, como uma espécie de coordenador adjunto, tanto para o nacional quanto para os regionais. Assim, fica estabelecido que a eleição do Coordenador Nacional será na reunião anual ordinária

por todos os membros presentes. A eleição dos Coordenadores Regionais por sua vez acontecerá no Encontros Regionais, e estes serão empossados no Encontro Nacional. (FORPROEX, 1992).

Apenas 18 anos depois, com o Regimento de 2010 é mudada forma de funcionamento do Fórum. Neste sentido, alteram-se algumas terminologias utilizadas até então. A Coordenação Nacional passaria a ser composta por: Presidente, Vice-Presidente, 05 Coordenadores Regionais e 05 vice-coordenadores regionais. O mandato do presidente e vice-presidente será de um ano podendo haver reeleição. É vedada a recondução de um terceiro mandato consecutivo.

No caso dos Coordenadores e Vice-Coordenadores regionais, permanece o mesmo formato utilizado anteriormente: Eleição nos Encontros regionais e homologação no Encontro Nacional Ordinário. O artigo 5º do Regimento traz um elemento novo que visa assegurar o alcance dos objetivos do Fórum. Versa sobre a colaboração de Coordenações Nacionais Temática, Secretaria Executiva e Comissões. No que se refere às Coordenações Temáticas Nacionais e seus respectivos vices, são indicados pelos pares para o mandato de um ano. Sobre a Secretaria Executiva será indicada pela Coordenação Nacional, e acrescenta-se a isso a instituição de outras Comissões “para tratar de assuntos específicos, temporários ou permanentes, sendo estas últimas referendadas em Reunião Ordinária do FORPROEX. (FORPROEX, 2010 p. 2).

Constata-se que a pauta do que apresenta os documentos produzidos pelo FORPROEX, que este campo social estabelece uma configuração bem definida. De acordo com Bourdieu (1984), a dinâmica do campo, pode ser alterada em função de que suas estruturas podem sofrer influências e serem desorganizadas, substituídas. Pode se materializar seja do ponto de visto interno ou externo ao campo. Isso se dá uma vez que o campo se encontra em constante movimentação. As forças que estruturam o campo, apesar de sistemáticas nem de longe são inalteráveis.

Em nosso entender, o aumento dos cargos de gestão, ou como categoriza Bourdieu os “postos de dominação”, serviram ao longo da história no sentido de complementar e estruturar melhor o funcionamento do FORPROEX. Para Bourdieu (1984), a estrutura do campo se mantém, contudo, face ao desenvolver das lutas internas, ou do cenário construído pelas disputas realizadas fora do campo, podem ser alteradas. Assim, apontamos que a mesma foi ‘aperfeiçoada’ na tentativa de dar conta das demandas postas naquele dado momento histórico.

A forma de organização do campo parte das relações de força entre os agentes e/ou instituições que disputam para definir e direcionar a distribuição do capital específico. No caso do FORPROEX, os objetivos traçados como também a dinâmica de funcionamento delineia um movimento de fortalecimento da Extensão para o interior do cenário acadêmico. O foco do debate e da forma de organização do Fórum está voltado para o ganho de capital. Quer seja ele 'simbólico' conforme conceitua Bourdieu (2004), quer seja do ponto de visto econômico-financeiro, que contribuiria significativamente no andamento das políticas de Extensão das Universidades e demais instituições que compõem o Fórum.

Que fique bastante evidente. O capital que o Fórum busca (de acordo com seus objetivos e sua forma de organização e funcionamento), é o espaço político frente aos agentes internos do 'campo Universidade'. Neste espaço social, inclua-se as demais Pró-Reitorias, seja de Assuntos Acadêmicos, Pesquisa e Pós-Graduação, Gestão Administrativa, Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, Planejamento, Orçamento e Finanças, Assuntos Estudantis, Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação, ou qualquer outra terminologia adotada pela instituição¹³. A intenção de demarcar espaço político dentro das universidades irá se apresentar em diversos outros momentos conforme veremos ao longo das referidas análises.

Uma grande demanda da própria Extensão Universitária, e que, constantemente gera problemas na gestão e implementação é o próprio entendimento do que se trata, a construção de um conceito sólido. A intervenção do FORPROEX, remete a esse debate em muitos momentos, no sentido de construir, ampliar, retificar e dialogar com o conceito face as demandas que se apresentam.

É importante salientar que o conceito de Extensão Universitária conforme aponta Serrano (2008) passou por muitas matizes e diretrizes conceituais ao longo da história. Ao remeter nosso olhar para a primeira referência oficial sobre Extensão no país com o Decreto nº 19.851/31, que estabelecia em seu artigo 42 que a Extensão Universitária,

será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

¹³ A formatação institucional exemplificada foi da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) vigente no ano de 2017.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público (BRASIL, 1931 p. 8)

Percebe-se que neste contexto a dinâmica de cursos e conferência prevalecia totalmente nas ações da Extensão, ao menos de acordo com o descrito na Lei. Neste anseio, caminhamos por concepções de Extensão desde aquela voltada para cursos até chegar na noção de Extensão como via de mão dupla nas relações entre Universidade e sociedade.

De acordo com Serrano (2008) gerou um processo de resignificação das relações com outros saberes/fazer acadêmicos. Ainda para a autora, encontramos 04 (quatro) pilares significativos acerca da conceituação e prática da Extensão Universitária. O primeiro num modelo de transmissão vertical do conhecimento, o segundo num formato de ação voluntária sócio-comunitária, na sequência como ação sócio-comunitária institucional e por fim o modo acadêmico institucional.

Não é por menos que já após a introdução do primeiro documento oficial emitido pelo Fórum, oriundo do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, aparece o conceito de Extensão que em muito avança sobre o que havia de debate até então.

Assim, segundo Forproex 1987, a Extensão Universitária é:

o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. [...] Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Dentre os avanços destacam-se o entendimento da Extensão como 'via de mão-dupla', a garantia de trânsito no interior da comunidade acadêmica assim como

a construção de uma práxis a partir da relação com a sociedade. O referido conceito é citado como nota do Documento Final do III Encontro Nacional, e também no Programa de Fomento à Extensão Universitária de modo a ratificá-lo visando sua disseminação, (FORPROEX, 1989; FORPROEX, 1995).

Forproex, (2006) aborda que o conceito de Extensão definido pelo Fórum, enfatizava a necessidade de um currículo dinâmico, flexível e transformador. Isso seria concretizado em metodologias de ensino-aprendizagem problematizadoras e produtoras de conhecimentos confrontados com a realidade brasileira e regional. Com isso objetiva-se formular políticas de Extensão junto às Universidades tendo como meta atingir a indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, de acordo com o princípio firmado no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Podemos apontar que o processo de construção de um conceito em comum que delimitasse a intervenção da Extensão, e que paralelamente mostrasse sua abrangência, nos traz uma problematização importante para se refletir: Como seria possível, alcançar objetivos, desenvolver procedimentos metodológicos, articular uma consolidação enquanto área, sem ao menos compreender os limites e possibilidades deste campo?

A conceituação de Extensão, serviu não apenas para o Fórum, não apenas para a Extensão Universitária, mas trouxe transparência na própria compreensão da indissociabilidade tão recorrida no seio acadêmico. A referida conceituação é a base de toda a produção que vem a seguir construída pelo Fórum. Nesse sentido, podemos afirmar que a produção dos documentos gerou ao FORPROEX a evolução e solidificação de seu 'capital cultural'.

De acordo com Bourdieu (1984), o capital cultural compreende conhecimento, habilidades, informações, vinculadas às qualificações de cunho intelectual produzidas e transmitidas, quer seja pela família ou por instituições. As formas de capital (cultural, econômico, simbólico) são conversíveis entre si. Assim, é extremamente vantajoso converter esse capital cultural em capital simbólico, formado pelo próprio conjunto de saberes e/ou fazeres produzidos pelo FORPROEX.

Algumas pautas estiveram presentes em boa parte dos 25 anos de história do Fórum. Alguns temas aparecem nos debates com uma frequência muito mais recorrente. A intenção de ratificar a existência daquele coletivo, bem como a inserção do mesmo em outros espaços sociais, são anseios muitas vezes discutidos. Assim trouxemos para a presente análise, questões importantes que permeiam os

documentos produzidos pelo FORPROEX como: o processo desenvolvido pelo Fórum no sentido de valorizar e ratificar a posição da Extensão dentro do campo universitário; as estratégias estabelecidas e articuladas para o reconhecimento e a oficialização das atividades extensionistas dentro da Universidade; a busca por fontes de financiamento para o fomento à Extensão Universitária, bem como viabilização de fundos específicos; reivindicações e manifestações de repúdio diante de determinadas demandas da sociedade; articulações políticas com outras esferas do Governo e mecanismos da sociedade civil organizada.

Se assegurar institucionalmente no âmbito das Universidades. Essa afirmativa representa uma das principais buscas do Fórum ao longo de sua história. A procura incessante no processo de gerar legitimidade junto à comunidade acadêmica, esteve presente antes mesmo do surgimento do FORPROEX. Para o Fórum, a questão da institucionalização é peça chave para os anseios da intervenção da Extensão Universitária uma vez que, “deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade” (FORPROEX, 1987 p. 12).

A primeira edição do Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras apresenta que para que seja possível o processo de institucionalização faz-se necessária a adoção de estratégias pautadas em 03 (três) eixos essenciais para o direcionamento das atividades, são eles: a) medidas e procedimentos de ordem metodológica; b) medidas referentes às estruturas universitárias; c) medidas para valorização da extensão regional e nacional.

A primeira, aborda a maneira de como as ações devem ser desenvolvidas no âmbito das Universidades. A segunda, aponta para a necessidade de cada Universidade instituir um órgão/setor específico para tratar do tema primando para integração de todos os departamentos. A terceira por sua vez, propõe a criação de um órgão na estrutura do MEC de caráter representativo e que será responsável pela Extensão, busca uma maior representação junto ao CRUB, como também o fortalecimento dos Fóruns Regionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.

FORPROEX (1987), aborda que,

como um processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, a extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se

tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica (FORPROEX, 1987, p 02).

Nos anos finais da década de 80 a questão da institucionalização da Extensão apresenta duas principais considerações. Em 1988 no II Encontro Nacional quando aborda sua interligação com as práticas de estágio e crédito curricular. “O estágio curricular, na medida em que é momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, é também um dos mais adequados instrumentos para viabilizar a extensão universitária” (FORPROEX, 1988, p. 2). Para o Fórum, o envolvimento da Extensão diretamente com Estágio e Creditação Curricular não apenas fortaleceria a mesma como auxiliaria ao alcance dos objetivos da universidade, além de contribuiria para o desenvolvimento da sociedade.

Assim, de acordo com FORPROEX (1988), sugere-se:

A participação dos discentes em projetos e atividades de extensão deve ser computada para integralização curricular. Os mecanismos de operacionalização deste processo deverão ser definidos por cada universidade. (FORPROEX, 1988 p. 3)

No ano seguinte no III Encontro Nacional realizado em Belém/PA a temática permanece na pauta. A partir da análise do Relatório Final do evento, as deliberações do mesmo reforçam a ideia da Extensão Universitária como prestação de serviços. “Que a prestação de serviços seja assumida em plano institucional, superando-se interesses que comprometem o projeto político acadêmico das universidades” (FORPROEX, 1989, p. 1). O próprio tema do evento “A relação universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços” propõe se debruçar sobre o tema.

Em FORPROEX (1989) é proposta uma relação entre a lógica de captação de recursos e o processo de afirmação institucional da Extensão. Assim, dentre outras questões, delibera-se,

Que a questão da captação de recursos, bem como a remuneração, via prestação de serviços, sejam claramente definidas, de modo a não criar-se um precedente que venha a justificar qualquer intento de diminuição da responsabilidade do Estado frente ao ensino superior público e a autonomia da universidade. (FORPROEX, 1989 p. 2)

Vislumbra-se claramente a institucionalização como um processo que além de solidificar a Extensão, insere o debate na captação e/ou manutenção de recursos destinados especificamente para este fim. Na dinâmica do campo acadêmico, a Extensão começa a propor um debate para fora dos “muros” do Fórum. A grande disputa está para além do campo Extensão, encontra-se no interior do campo das políticas educacionais de uma forma mais ampla. O horizonte desenhado pelo FORPROEX, reflete um campo mais ampliado. (BOURDIEU ,1983; BOURDIEU, 20004; BOURDIEU, 2010). A relação entre institucionalização e financiamento, por meio de diversas articulações políticas são retratadas em outros momentos no Fórum conforme veremos adiante.

Com o nascer da década de 90 e a partir dos debates decorrentes nos três primeiros Encontros Nacionais, as novas diretrizes de Extensão Universitária passam a ganhar escala no cenário acadêmico. Os presentes no IV Encontro Nacional, realizado em Florianópolis, sintetizam no Relatório Final “a necessidade de continuidade dos esforços empreendidos, tendo em vista a consolidação da trajetória percorrida” (FORPROEX, 1990, p. 1).

Com tal finalidade, estão descritos no documento as seguintes “imposições”, assim definhado o conjunto de estratégias com vistas a continuidade do que fora desenvolvido até então, o que, “garantirá a real inserção da universidade na sociedade – um dos grandes desafios a serem vencidos durante as próximas décadas” (FORPROEX, 1990, p. 2) a saber:

- a) maior articulação entre atividades fins universitárias, privilegiando a institucionalização da extensão enquanto atuação permanente de programas e práticas de integração da pesquisa com o ensino, que não se esgota em sua regulamentação formal;
- b) progressiva socialização do conhecimento, entendida como democratização da informação e apropriação do saber gerado e sistematizado pela universidade;
- c) maior compromisso da universidade com a produção de um conhecimento científico para a busca de soluções dos problemas sociais do país em relação às demandas populares (FORPROEX, 1990, p. 2).

Com o avançar do debate travado, de acordo com o entendimento de Forproex (1991) o processo de institucionalização da Extensão Universitária se apresenta como uma condicionante para a efervescência de um novo conceito de Universidade com características mais autônomas e comprometidas com o desenvolvimento social. O

debate e o entendimento do impacto da Extensão, se insere num debate mais ampliado, tal qual apontamos anteriormente.

Apesar de ser abordado como outro subtema, compreendemos que “Diretrizes Políticas” faz parte do ensejo “Institucionalização”. De tal maneira, aborda-se que entre as recomendações fomentados no Encontro para o campo enfatiza que a política de Extensão, em cada universidade, deve possibilitar o envolvimento da comunidade acadêmica em seus processos fortalecendo o preceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com forte caráter social.

Apresenta também a necessidade de submissão das atividades de Extensão a um sistema avaliativo funcional e institucional com a presença da comunidade externa neste processo e por fim, o tratamento igualitário entre os três campos (ensino, pesquisa e extensão) no tocante orçamento e em consonância com as necessidades e características locais.

Ainda neste caminho, recomendou-se resguardar a competência dos departamentos, a interdisciplinaridade de ação extensionistas e a preservação das especificidades da atuação de cada universidade, bem como a necessidade salutar de definições de mecanismos operacionais afim de possibilitar a participação dos estudantes com aproveitamento curricular.

O V Encontro Nacional do Fórum realizado em 1991 na cidade de São Luís reforça em seu documento final aborda elementos de extrema importância e propõe olhares específicos para os tocantes Institucionalização e Financiamento. Forproex (1991), quatro eixos importantes para o desenvolvimento e consolidação da Extensão no cenário acadêmico

1. A Institucionalização deve resguardar a competência dos departamentos na elaboração de projetos, incentivar a interdisciplinaridade da ação extensionista e preservar as especificidades da atuação de cada universidade;
2. a extensão deve possuir o mesmo nível hierárquico que o ensino e a pesquisa na estrutura administrativa universitária;
3. a definição de mecanismos de operacionalização do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão seja computada para integralização curricular.
4. as Pró-Reitorias de Extensão devem priorizar atividades que subsidiem ou promovam o desenvolvimento de ações interdisciplinares. (FORPROEX, 1991 p.2)

Nesse momento inicial do Fórum percebemos a intenção de ratificar a necessidade da institucionalização por uma questão de “sobrevivência”. Neste contexto, ou a Extensão enraizaria suas intervenções no interior das Universidades, ou permaneceria como uma espécie de atividade secundária.

Para tal, conforme destacamos acima, garantir o mesmo nível hierárquico que ensino e pesquisa na estrutura administrativas das IES retrata uma grande luta que a Extensão travou já no início do Fórum. Certamente, um dos principais impactos da história do Fórum e que desencadeou as demais conquistas que vieram em sua decorrência. A localização da Extensão Universitária dentro do campo acadêmico, ao menos no início do Fórum reflete a uma clara relação de conflito entre os agentes que dominam o campo e os dominados.

Assim, conforme aponta Bourdieu (1984), os agentes que dominam o campo, nesse caso o ensino e a pesquisa, monopolizam o capital específico. No âmbito acadêmico, podemos configurar que a própria estrutura administrativa presente na maioria das IES naquele momento histórico evidenciavam a relação de dominação que regia o ambiente. O domínio do capital do campo, de acordo com Bourdieu (2004), Bourdieu (2010) se dá de maneira simbólica, sendo a autoridade um dos principais mecanismos de manutenção e conservação do *status quo* do campo.

Essa dominação se apresenta de maneira não tão explícita, mas sim de forma sutil, mas não menos violenta. Contudo, é legítima, e faz parte do que Bourdieu chama de *doxa*, e exercem influência direta para as ações dos agentes no campo. Essas práticas inerentes ao sistema posto no período em questão, reverte na maioria dos casos ganhos de capital para os agentes dominantes do campo. Esse processo de dominação é resultado de um conjunto complexo de ações subconscientes (presentes nos *habitus* do campo) no qual os agentes e, em nosso caso, os setores dominantes exercem sobre os demais. (BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, 2004; BOURDIEU, 2010).

Neste contexto, e conforme apresenta os documentos do Fórum, o processo de subversão instaurado no FORPROEX desde o seu nascimento, se opõe aos preceitos dominantes inculcados no interior da cultura universitária. Nesse tocante, Bourdieu (1984), aponta que os agentes e instituições dominantes tendem a instaurar sua cultura, buscando sobretudo reproduzir o *habitus* daquele determinado campo. No campo acadêmico não seria diferente. A desigualdade de *status*, apesar da premissa de ser ‘indissociável’, está instaurado no desenvolver histórico do próprio sistema que o campo está localizado. É regido e governado pelos interesses

específicos do campo. No caso da Extensão Universitária o movimento de institucionalização para consolidação de suas ações, têm enquanto pano de fundo, além da valorização de seu status na estrutura acadêmica, reverbera o interesse para a garantia de recursos e fontes financiamento.

De acordo com Bourdieu (1984) cada campo tem um interesse peculiar entre seus agentes. Esse interesse por sua vez, está diretamente vinculado à existência do próprio campo, buscando principalmente sua sobrevivência, ao capital e as ferramentas disponíveis para a reprodução e/ou alteração dos postos ocupados pelos agentes. (BOURDIEU, 1984).

Neste contexto, como estratégia de subversão, a Extensão, propõe, além da busca pelo mesmo posicionamento hierárquico na estrutura administrativa, a garantia da autonomia e competência na elaboração dos projetos e ações. Não adiantaria institucionalizar, ter recurso, mas não ter autonomia na condução de sua intervenção. Para alterar a lógica de funcionamento do campo, precisa mudar o *habitus* que nele está instaurado (BOURDIEU, 2004). Acrescenta-se a isso a inserção da Extensão nos currículos dos cursos de formação superior, computando estas atividades no processo de integralização curricular.

Para reforçar esta lógica o Relatório Final do VII Encontro Nacional, realizado em 93 na cidade de Cuiabá, a ideia de institucionalização é abordada sobre o viés do debate acerca da avaliação da Extensão no contexto da autonomia das Universidades. Nesse documento, a ideia de propor uma série de princípios norteadores de uma política maior a ser operacionalizada por diferentes atores possibilitaria considerar sua institucionalização em diferentes níveis: Ministerial (MEC e outros) e de instituições de ensino superior. (FORPROEX, 1993).

No que se refere ao MEC, a criação de um órgão regulador do tema na estrutura do Ministério, a formulação de uma política para desdobramento junto ao FORPROEX, a concepção e desenvolvimento de políticas de fomento e a destinação de recursos para seu funcionamento devido são os principais pontos destacados. Tratando-se de outras instituições próprias do Governo Federal, cabia o direcionamento para articulação e participação junto ao FORPROEX visando fomentar programas e projetos contínuos de extensão. Já um terceiro ponto é apresentado ressaltando que no nível das IES é necessário a formalização da Extensão Universitária em suas estruturas organizacionais.

É possível perceber que mesmo com anos após o I Encontro Nacional, a temática de institucionalizar a Extensão Universitária se torna perene em quase todos os encontros e abordados de diferentes vertentes. Em 1994, após a realização do VIII Encontro Nacional em Vitória/ES, uma série de recomendações foram sintetizadas abordando a necessidade de registrar, organizar bancos de dados sobre a Extensão Universitária bem como, ampliação de parcerias institucionais, desenvolvimento de instrumentos de divulgação e gerenciamento das práticas de prestação de serviços das IES gerenciadas, exclusivamente, pelas Pró-Reitorias de Extensão.

Forproex (1994) apresenta algumas recomendações que ratificam o caminho e a relação próxima entre institucionalização e financiamento. Assim, destacamos,

- a) consolidar os recursos para o Programa através de inclusão de rubrica orçamentaria própria no orçamento do MEC; demanda também que exista uma infra-estrutura operacional para seu efetivo funcionamento;
- b) implementar ações políticas junto a organismos da Educação Superior, tais como CRUB, ANDIFES, ABRUEM e outros Fóruns de Pró-Reitores no sentido de esclarecer o importante papel desempenhado pelo Programa de extensão do MEC, angariando apoio para sua institucionalização; [...]
- e) estimular a criação de linhas de Fomento às atividades de extensão em níveis federal, estadual e municipal. (FORPROEX, 1994 p. 6)

As questões apontadas referem-se ao Programa de Extensão desenvolvido naquele período em conjunto com a Divisão de Graduação e extensão da SESu/MEC. Conforme podemos visualizar nas recomendações citadas, consolidar os recursos por meio de uma rubrica específica do orçamento do Ministério da Educação e criar espaços de fomento à Extensão também nos níveis estadual e municipal, ratificam a composição de intenções trazendo enquanto pressuposto a busca pela garantia de recursos sistemáticos.

Acrescenta-se a isso, o fato de implementar ações sistemáticas para se aproximar outras instituições, bem como outros Fóruns e Pró-Reitores, no sentido de construir um caminho que subsidie elementos para o fortalecimento de sua institucionalização.

Considerando que o tema do Encontro Nacional seguinte, o IX encontro Nacional realizado em Fortaleza/CE em 1995 abordo a temática da articulação da

extensão juntamente a ações estratégias de desenvolvimento regional e nacional, percebe-se como manifestações claras de institucionalização:

- que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras se articule com outros Fóruns/Instâncias colegiadas para garantir espaços que assegurem a participação da universidade na definição de diretrizes e estratégias de ação das políticas públicas;
- que o Fórum Nacional estimule a formação de comissões temáticas que aprofundem o perfil da extensão, bem como de temas pertinentes a sua prática, tais como: prestação de serviços, parceria, extensão “para dentro”, assistência em saúde/hospitais universitários, educação continuada, relação com a cultura entre outros, de modo a definir políticas implementáveis tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ponto de vista estratégico;
- que o Fórum Nacional deflagre, a curto prazo, um programa de banco de dados que permita constante atualização do perfil da extensão brasileira, bem como a permanente troca de experiências e que instrumentos possam subsidiar suas gestões junto aos órgãos públicos; (FORPROEX, 1995, p. 2).

O estímulo para a construção de comissões temáticas é um elemento novo que surge em 95, e se mantém até os dias atuais. A formação do banco de dados, remete diretamente para o registro das experiências como um mecanismo futuro de justificativas para o diálogo com o poder público ratificando as ações, projetos e programas de Extensão em Todo o país.

No que se refere à articulação com outros fóruns, destacamos que no ano seguinte, na X edição do Encontro Nacional, a programação do evento propôs a realização de uma das mesas-redondas com o título “A conjuntura atual da Educação Superior Brasileira: articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão” que contou com a Coordenação do Profº Júlio Wiggers, neste momento representante do Comitê Assesor do MEC para Assuntos de Extensão Universitária, e os respectivos presidentes dos distintos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores existentes até então. Dilvo Ristoffi (Fórum de Graduação), Arquimedes Diógenes Ciloni (Fórum de Pesquisa), Waldemar Sevilha (Fórum de Planejamento) e Tânia Baibich (Fórum de Extensão).

Ao nosso ver, a ação em si, estabelece o início formal de um diálogo do FORPROEX com os demais Fóruns, uma espécie de aproximação entre “dominantes” e “dominados” debatendo o cenário em tela para potencializar suas respectivas concepções e intervenções. Ponto para a Extensão. Contudo, o documento final deste

evento, não foi produzido, impossibilitando uma análise mais profunda do que reverberou este Encontro.

Além do Encontro de Curitiba no mês de junho, o FORPROEX realizou em dezembro de 1997 uma reunião extraordinária dentro do MEC com apoio da Universidade de Brasília. O evento em questão foi de bastante importância na história do Fórum, no qual foram emanados 06 (seis) deliberações que iriam impactar significativamente o andamento dos debates promovidos pelo FORPROEX, dentre as quais destacamos.

A primeira deliberação, gera a constituição da Comissão Nacional de Extensão do FORPROEX, cuja primeira missão é a elaboração do Plano Nacional de Extensão. A segunda, elaboração dos Indicadores Quantitativos das Ações Extensionistas das Universidades Públicas Brasileiras. A terceira, constitui oficialmente a sugestão dada em 1995 dos Comitês Temáticos do Fórum Nacional de Extensão afim de aprofundar o perfil da Extensão.

Foram designados inicialmente 08 (oito) temas com representações de Pró-Reitores de espalhados territorialmente, são eles: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Promoção à saúde e à qualidade de vida; Desenvolvimento da cultura; Transferências de tecnologias apropriadas; Atenção integral à criança, ao adolescente e ao idoso; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; Reforma agrária e trabalho rural.

A quarta deliberação, diz respeito ao Programa Nacional de Bolsas de Extensão, criado por ocasião do XI Encontro Nacional e que dever-se-á ser inserido no Plano Nacional de Extensão. A quinta, a obrigação das instituições federais de encaminhar os registros de suas principais atividades e a sexta por sua vez, propõe a elaboração de um texto jornalística único para divulgação nas Universidades.

Os anos seguintes foram pautados no debate da construção do Plano Nacional de Extensão e na formação de outras comissões. A cidade de Brasília sedia novamente no MEC em março de 1998. Neste evento foi feita a apresentação do texto preliminar no Plano Nacional de Extensão, no qual gerou muito debate e propostas de alteração. Menos de 02 meses depois, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte recebe mais um Encontro Nacional que teve em sua pauta o debate de alguns programas nacionais e mais fortemente a discussão sobre o Plano Nacional e seus desdobramentos regionais. O documento de apenas uma página, não aborda

detalhadamente como se deu o debate, mas relata algo de suma importância para o fortalecimento do FORPROEX e da Extensão Universitária.

Não foi produzido Documento Final do evento. O seu registro foi feito através de uma ata, onde consta a aprovação do documento final do Plano Nacional de Extensão. (FORPROEX, 1998b)

No mesmo caminho o evento de 99 realizado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul não apresenta documento final que ilustre mais precisamente como se deu o debate. Contudo, apresenta duas Resoluções publicadas após o evento. Cria o Grupo Técnico sobre Sistemas de Dados e Informação e a Rede Nacional de Extensão. Este grupo objetiva sobretudo, elaborar um relatório definitivo com a identificação de programas, projetos e atividades; Uniformizar as áreas temáticas definidas anteriormente e linhas programáticas para uso nacional; Construir termos de referência que padronizem a base de dados.

Esta resolução e os produtos que dela foram gerados repercutem diretamente naquilo que em 30/06/2008 se efetiva no Decreto nº 6.495 que institui o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), “destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos da Extensão Universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade” (BRASIL, 2008). Os editais subsequentes do PROEXT seguem exatamente as reformulações das temáticas da Extensão debatidas inicialmente por este grupo.

A segunda Resolução cria o Grupo de Trabalho sobre Avaliação da Extensão Universitária com o intuito de resgatar os documentos já produzidos pelo Fórum; Estabelecer indicadores de avaliação, seja quantitativos e/ou qualitativos; Elaborar um Programa Nacional de Avaliação da Extensão, dentre outros. A constituição desse grupo impactou diretamente na construção da Memória do FORPROEX. O acervo que estava sendo montado pela comissão com sede provisória na Universidade Federal do Rio de Janeiro, lamentavelmente foi perdido boa parte desses registros em incêndio ocorrido em 03/10/2016.

Apesar da continuidade da realização dos Encontros Nacionais, não encontramos registros de Cartas, Documentos Finais e/ou Relatórios entre os anos 2000 e 2003. No entanto, outros documentos, neste intervalo, foram elaborados e disponibilizados para a comunidade acadêmica como produtos provenientes do Fórum. A Coleção Extensão Universitária teve sua 1ª edição publicada no ano de

2001, mas foi previsto na proposta geral aprovada no XVI Encontro Nacional em João Pessoa ainda em 2000 e desenvolvido por Grupos de Trabalho (GT) específicos para este fim. Ela é organizada em decorrência da própria publicação do Plano Nacional de Extensão aprovado em 99. A coletânea, teve 06 (seis) volumes que estabeleciam nortes referenciais para o andamento das ações de Extensão Universitária e sintetizavam toda a produção do Fórum até então, são eles: 1. Plano Nacional de Extensão (texto reformulado e atualizado); 2. Sistema de Dados e Informações; 3. Avaliação Nacional da Extensão; 4. Extensão e Flexibilização Curricular; 5. A Indissociabilidade Ensino-Extensão-Pesquisa; 6. Planos Regionais de Extensão. A publicação desta coletânea configurou-se como um norte referencial para a Extensão Universitária no país.

Em 2004, a Carta de Recife, documento final do XX Encontro Nacional, registrou as manifestações apresentadas pelo FORPROEX no contexto da Reforma Universitária, no entanto, tendo mais uma vez uma ausência de registros finais entre os anos de 2005 e 2010. Nesse contínuo, a temática explícita de institucionalização voltou a ser abordada apenas em 2012, ano de comemoração dos 25 anos de criação do FORPROEX e de realização do Encontro Nacional.

De acordo com o Relatório Final do XXXII Encontro Nacional, denominado como Carta de Brasília, a institucionalização da Extensão Universitária se apresenta através de postulações voltadas à representatividade de instituições deliberadas para a representatividade da temática a nível nacional, a saber: o FORPROEX, o futuro Colégio de Extensão da ANDIFES e a Câmara de Extensão da ABRUEM. Outra postulação com esse foco é a recomendação da formação de alianças sólidas entre o FORPROEX e a sociedade civil “[...] para efetivação do Plano Nacional de Educação como parte da meta da institucionalização da extensão no projeto de nação cuja a universidade pública contribui para aprofundar [...]” (FORPROEX, 2012, p. 2).

Ainda nesse mesmo trajeto uma das recomendações mais importantes no processo de institucionalização tendo como condição o enfoque político é evidenciado, a saber:

3. O horizonte de formação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Extensão pode ser uma alternativa para intensificar a articulação com interlocutores capazes de amplificar a implementação e o reconhecimento da extensão como prática acadêmica de formação e intervenção social da universidade pública brasileira (FORPROEX, 2012, p. 3).

Dessa forma, apesar de que no decorrer dos 25 anos do Fórum, inúmeros debates e propostas de reorganização dos setores do governo para a implantação de medidas propícias para a institucionalização, apenas em 2012, na ocasião do XXXII Encontro Nacional a possibilidade de envolvimento e atuação direta do setor político eletivo foi pautada. Diálogo esse que poderia ter sido iniciado ainda nos primeiros anos de existência do Fórum e que, talvez, teria possibilitado um atalho no que se propusera.

Assim sendo, ao analisar os Relatórios Finais oriundos dos diversos Encontros Nacionais do FORPROEX é possível perceber que existe uma grande insistência no processo de institucionalização da Extensão Universitária a partir de processos internos marcados, sobretudo, pela implantação de órgãos próprios para o tema dentro das universidades da mesma forma que, tratando-se de processos externos, as alianças com diversos setores da sociedade, tem mais ênfase à sociedade civil uma vez que, presume-se que o reconhecimento desse setor da importância e contribuição da Extensão Universitária no processo de desenvolvimento social é condição favorável para a institucionalização e legitimidade do tema.

A temática financiamento da Extensão já estava presente no ano de 1987 durante o I Encontro Nacional da FORPROEX. De forma fiel, o Relatório Final enfatiza que:

1. Obedecendo o princípio de descentralização de alocação de recursos, é imprescindível que sejam reservados recursos do tesouro para a extensão, através de destaque orçamentário ou outro mecanismo que garanta disponibilidade permanente de verbas para os programas/projetos de modo a assegurar continuidade de atividades.
2. Além de recursos orçamentários, as IESP deverão captar recursos junto a agências e/ou fontes financiadoras, para os projetos de extensão.
3. Criação, no MEC, de um fundo especial para financiamento de Programas/Projetos de Extensão.
4. Restabelecimento do sistema de bolsas de extensão do MEC, nos mesmos níveis das bolsas de iniciação científica e de monitoria, além das bolsas próprias já existentes em algumas IESP ou bolsas oferecidas por outras agências.
5. As agências de fomento e financiamento deverão financiar também programa/projetos de extensão, de vez que estes constituem também atividades acadêmicas (FORPROEX, 1987, p 3).

No Relatório Final deste Encontro, estes cinco pontos foram destacados visando a efetivação de um sistema de financiamento obedecendo os princípios da descentralização de recursos, a criação de um fundo específico para este fim, o reestabelecimento de um sistema de bolsas próprio para a extensão e a criação de uma agência de fomento e financiamento para projetos e atividades acadêmicas com essa finalidade visando a consolidação da interdisciplinaridade e a integração da universidade aos processos de solução das demandas sociais.

A temática financiamento foi retomada durante o V Encontro Nacional em 1991 fazendo jus ao que fora apresentado já em 1987 voltando uma atenção especial nos processos de gestão financeira, a saber:

1. fazer gestões junto às agências de fomento públicas e privadas, nacionais e internacionais, para consecução de recursos financeiros destinados à extensão;
2. garantir, junto às universidades, dotação orçamentaria destinada a atividades extensionistas, fixando-se percentuais nos orçamentos globais e setoriais;
3. fazer gestões, junto ao MEC e governos estaduais, a fim de garantir orçamentos globais para universidades públicas;
4. definir os critérios de distribuição dos recursos gerados pela extensão, que deverão ser gerenciados pelos setores competentes de cada IESR (FORPROEX, 1991, p. 3).

Considerando que o VI Encontro Nacional, em 1992, teve como temática *Universidade e Cultura*, no tocante financiamento, no Relatório Final está reiterando a criação de condições de suporte financeiro para as atividades extensionistas culturais provenientes de recursos públicos e privados e plausíveis de condições de custeio, capital e concessão de bolsas de extensão.

Segundo o documento, essas condições poderão ser provenientes de um cadastro de atualização de agências financiadoras tendo como premissas:

- agências públicas e privadas.
- agências nacionais e estrangeiras, especificando as linhas de trabalho das agências.
- O cadastramento poderá ser montado a partir das informações enunciadas pelas universidades e consolidado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 1992, p. 7).

O tema financiamento volta a ser apresentando com maior ênfase no ano de 2011 estando presente na agenda de negociação entre o Fórum e Governos bem como, a outras agências governamentais.

Mesmo com os avanços para a inserção da dimensão extensão na matriz orçamentária das IFES e do aumento dos aportes financeiros do MEC, inclusive com a redução do percentual de contrapartidas de 20 % para 1% no âmbito das universidades estaduais nos convênios com o governo federal, enfatizamos ainda o estado de financiamento insatisfatório contínuo e irregular, pois a dependência do regime de editais não permite fluxo permanente das ações de extensão de modo a tornar perene esta dimensão (FORPROEX, 2011b, p. 2).

Na mesma direção, o enfoque na criação de um marco legal “[...] que normalize suas ações e o seu financiamento, e autorize o pagamento de bolsas a docentes e servidores técnico-administrativos envolvidos nas mesmas” (FORPROEX, 2012a, p. 2) bem como, outras propostas anteriores, serve como pressuposto para outros tipos de percepções de demandas contribuindo assim, para consolidar “a importância do aumento anual de recursos destinados a financiar os projetos submetidos ao Edital PROEXT assegurando, porém, que somente a efetiva incorporação do financiamento na matriz de distribuição de recursos pode alterar a precariedade de financiamento (FORPROEX, 2012b, p. 3).

Os Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras além de seu caráter integrador e deliberativo apresenta um viés voltado à manifestações, reivindicações e demonstração de repúdios como ferramenta de despertar a atenção dos líderes nacionais no que diz respeito à temáticas socioeducacionais que impactam direta ou indiretamente no campo extensão universitária.

Em diversos Relatórios Finais e Cartas provenientes dos Encontros, esses dizeres estão postos sempre com um “tom” apelativo” e de responsabilização caracterizando assim, a função social dos Encontros.

A primeira demonstração dessa categoria é percebida já em 1987 quando no Relatório Final do I Encontro, de forma mais específica em seu último parágrafo apresenta-se:

Os pró-reitores e equivalentes das IESP do Estado do Rio de Janeiro encaminham para notação ao plenário do Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das IESP, moção de repúdio à recente campanha de difamação das Universidades Públicas, veiculada pela grande imprensa, que reflete interesses espúrios privatistas, colocando em risco o ensino público gratuito (FORPROEX, 1987, p. 6).

Essa manifestação é decorrente da crescente circulação de anúncios e propagandas em prol das Universidades Privadas que a partir do final dos anos 1980 passam a ter maior destaque no cenário nacional. Considerando que o Encontro Nacional do FORPROEX tem essa condição social e que os produtos derivados dos mesmos seriam distribuídos entre todas as IES participantes, viu-se um momento propício para, mais uma vez, unir a comunidade acadêmica e elevar os interesses dos mesmos.

Essa contribuição social direta e própria do Fórum, voltou a estar presente em um Relatório Final no ano de 1989 como fruto do III Encontro Nacional realizado em Belém/PA. O documento apresenta três anexos voltados para diferentes prioridades sendo o terceiro enfatiza que: “os participantes do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, além dos temas centrais, discutiram ainda questões referentes às propostas sobre a LDB¹⁴ [...]” (FORPROEX, 1989, p. 5).

Nessas condições, é no primeiro ponto do que se propusera o Fórum, do qual se desdobrava os demais, que a percepção de reconhecimento de questões referentes à Extensão emergem de acordo com a proposta “Otávio Elísio”¹⁵ fazendo um forte movimento no que tange à Extensão.

Até então, as duas notas de manifestação social pautaram-se em divulgar pontos de vistas entre a comunidade acadêmica e diversos setores da sociedade porém, com a realização do IV Encontro Nacional que teve como temática, as *perspectivas da extensão universitária nos anos 90*, o FORPROEX teceu uma reivindicação direcionada para o MEC enfatizando:

I. Considere as deliberações dos 4 (quatro) Encontros de Pró-Reitores de Extensão como expressão legítima da comunidade acadêmica quanto à política de extensão, incluindo representação do Fórum nas comissões de estudos a serem criadas pelo Ministério para avaliação de tema e proposições de medidas atinentes à educação superior nacional.

¹⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

¹⁵ Após a promulgação da Constituição de 1988, o deputado Otávio Elísio, apresentou na Câmara dos Deputados um Projeto de LDB (1258/88) o qual, refletia as discussões e congregava uma série de proposta e reivindicações de diferentes Congressos, Encontros, Simpósios, Seminários..., que reuniam entidades representativas do setor educacional.

II. Reconheça o valor e o papel da extensão universitária, institucionalizando na estruturação do Ministério, setor e recursos de apoio específicos (FORPROEX, 1990, p. 2).

No que tange o contexto como um todo, no mesmo Relatório Final um apelo generalizado é escrito como resposta à conjuntura política nacional, sobretudo no setor educacional enfatizando que:

1. urge, por parte do Ministério da Educação, uma explicitação de suas intenções quanto à formulação de uma política para a educação pública superior no país;
2. qualquer projeto nesse sentido deve respeitar os princípios constitucionais de manutenção e consolidação do ensino público, gratuito e de qualidade, com garantia de orçamento real e adequado ao desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão;
3. na formulação dessa política, devem ser considerados interesses e a participação de setores representativos da comunidade acadêmica, que amadureceu, ao longo das últimas décadas, propostas de melhoria da educação superior;
4. a afirmação e efetivação da autonomia das Universidades não pode nem deve implicar num esvaziamento dos investimentos materiais (orçamentário e financeiro) conferidos pelo Estado para a educação superior pública, pelo contrário, no seu reforço e consolidação, resguardando-se o compromisso de manutenção desse patrimônio nacional, que é a Universidade Pública e sua melhoria de qualidade;
5. é necessário o governo garantir recursos humanos e materiais para de fato se efetivar a interiorização das Universidades, conforme determinação do Art. 60 das Disposições Transitórias da recente Carta Constitucional;
6. o problema do analfabetismo no país, entendido como produto das contradições estruturais da sociedade brasileira, deve ser tratado nas suas causas, no cumprimento do preceito constitucional, de fortalecimento do sistema regular de educação básica pública e gratuita para crianças, jovens e adultos;
7. os recursos públicos destinados à alfabetização sejam gerenciados, exclusivamente, pelas instituições públicas de educação;
8. a necessidade de elaboração da LDB pelo processo de participação ativa dos setores organizados da sociedade brasileira interessados na defesa da educação pública e gratuita (FORPROEX, 1990, p. 4-5).

Nesse ensejo, percebe-se que a efervescência do início da nova década apresenta-se como momento propício para a legitimidade da extensão universitária frente à comunidade acadêmica e aos órgãos governamentais que direcionam as

políticas públicas de educação uma vez que, neste período, discursões importantes sobre o futuro da educação superior estão cada vez mais frequentes e direcionadas para um consenso.

Após tais considerações, o apelo sócio-político do FORPROEX voltou em evidência no ano de 1993 no Relatório Final do VII Encontro Nacional enfatizando que:

O nível de compromisso do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão com as questões que norteiam o papel da universidade moderna vem reafirmando a necessidade de avaliar o desenvolvimento das atividades de extensão realizadas pelas Universidades Públicas Brasileiras. (FORPROEX, 1993, p. 4).

Nesse contexto é possível reiterar o compromisso do Fórum de garantir a visibilidade da Universidade Pública no contexto nacional enfatizando a valiosa contribuição da mesma no processo de desenvolvimento social.

Considerando que em 1995 durante o IX Encontro Nacional trabalhou-se a temática: *Articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimento regionais e nacionais*, enquanto condição de manifestação social elenca-se o apelo para que as universidades “[...] louvem a ‘Carta de Manaus’, (CRUB, 1993) através de ações de pesquisa e extensão voltadas para os problemas relacionados com a miséria e a fome e para a viabilização de formas de autossustentação de todos os brasileiros” (FORPROEX, 1995, p. 3).

Estima-se que a presença de manifestos e menções de repúdios estão diretamente relacionadas aos momentos histórico, político, social e econômico em que o país se encontra, porém, sabe-se que diversos acontecimentos durante os anos de 1996 e 2003 marcaram a realidade acadêmica, mas que não foram importantes o suficiente para merecer destaque durante os Encontros Nacionais que se sucederam.

Após esse intervalo, “o XX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Recife, PE, no final de maio, elaborou o documento “Carta de Recife”, como subsídio à reforma universitária em gestação no MEC” (FORPROEX, 2004, p. 1). Em tal documento recorta-se alguns fragmentos para ilustrar o que deliberava tal documento, a saber:

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, neste momento de discussão nacional sobre a Reforma Universitária, levanta sua voz para manifestar-se sobre a universidade que

queremos e como a Extensão Universitária está presente em todo o processo do fazer acadêmico.

[...]

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras reafirma sua responsabilidade na construção contínua e progressiva de uma universidade voltada ao desenvolvimento de nação e, mais importante, do nosso povo. Marcados pela missão comum e pela solidariedade, as instituições públicas brasileiras se apresentam no plano internacional para a construção de um projeto mundial para o desenvolvimento e a paz (FORPROEX, 2004, p. 1-2).

Como ilustrado, o FORPROEX tem uma função social muito forte e corresponsável com a oferta de uma educação pública de qualidade social. Faz jus a movimentos internacionais focados na construção de uma nova sociedade reconhecendo o papel transformador da educação e de seus atores enfatizando dentre outros tópicos, “a educação superior como uma política de Estado, bem público e, como tal, condição para o desenvolvimento econômico e social e para a afirmação dos valores e identidade culturais de uma nação (FORPROEX, 2004, p. 1).

No intervalo de 2005 e 2010, mais uma vez, não foram encontrados escritos próprios dessa categoria. No entanto, em 2011 com a realização do XXIX Encontro Nacional, a Carta de Maceió é finalizada com a seguinte manifestação:

A expectativa dos Pró-Reitores de Extensão neste contexto de diálogo e negociação é a possibilidade de ampliação do debate e a concretização de iniciativas que produzam mudanças nas políticas, na organização, na gestão e no cotidiano acadêmico, como forma de estreitamento dos laços que nos unem às organizações sociais, aumentando a contribuição da Universidade pública na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira (FORPROEX, 2011, p. 3).

E no ano seguinte, na realização do XXXII Encontro Nacional, na mesma direção do relato anterior apresenta-se:

[...] É sob a inspiração daqueles que nos antecederam nas pró-reitorias e Coordenação do Fórum que nós preparamos para os desafios dos próximos anos. Acreditamos no diálogo como compartilhamento, convencimento e contribuição para realização de uma universidade comprometida com a promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira (FORPROEX, 2012, p. 3).

Nessas duas passagens pode-se perceber, talvez com exposição mais subjetiva que, com o realismo que se espera, a ideia de envolvimento de toda

sociedade para o pleno desenvolvimento de meios, instrumentos e mecanismos necessários para lidar com o crescente granel de demandas e consequentemente, soluções com foco na transformação da educação superior e no desenvolvimento do Brasil como um todo.

As estratégias utilizadas de manifestações e reivindicações sociais reverberam, uma real necessidade de solidificação do próprio campo. Bourdieu (2004) aponta que para compreender de fato o eixo social de um campo e entender em que consiste a necessidade específica das crenças que o fundamenta, dos elementos simbólicos e/ou materiais que rodeiam o campo é necessário “subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas” (BOURDIEU, 2010 p. 69). Se um campo faz parte do espaço social, e exatamente por isso, se aproxima/inspira de suas características

Durante os 25 anos de existência dos Encontros Nacionais do FORPROEX, uma série de reafirmações de compromissos fundamentais com o desenvolvimento da Universidade e, consequentemente, de um novo projeto de sociedade teve uma série de articulações políticas e institucionais com diferentes esferas governamentais assumindo ainda a estratégia de ampliar sua atuação, exercendo o papel de articulador e organizador das políticas de extensão, consolidando assim o protagonismo na mobilização de entidades, atores e espaços públicos.

Vale ressaltar, conforme apontamos anteriormente, que a aproximação da Universidade com a sociedade de modo geral configura-se como um dos objetos principais da atuação do FORPROEX uma vez que, o Fórum compreende que “a universidade deve dirigir seus interesses e preocupações para as questões sociais. Para tanto, cabe-lhe buscar junto à própria comunidade subsídios que lhe permitam detectar seus anseios, numa postura de convivência aberta e horizontal” (FORPROEX, 1988, p. 1).

Uma das recomendações presentes no V Encontro Nacional é “que se fortaleça a articulação com a comissão da LDB, através das Pró-Reitorias de Graduação” (FORPROEX, 1991, p. 3). Vale ressaltar também que esse processo de articulação, sobretudo, junto ao Governo Federal além de objetivar a institucionalização da extensão universitária esse processo de articulação visava “fazer gestões, junto ao MEC e governos estaduais, a fim de garantir orçamentos globais para universidades públicas (FORPROEX, 1991, p. 3).

No que tange o papel político do Fórum, o Relatório Final do VI Encontro Nacional apresenta que o mesmo, direciona seus olhares e ações para o desenvolvimento cultural a partir da Extensão Universitária. Assim, destaca-se:

JUNTO À SCPR

- Reivindicar a representação das Universidades Públicas na comissão Nacional de Incentivos à Cultura e nos Conselhos de Cultura, por indicação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.
- Solicitar esclarecimento dos mecanismos de acesso das universidades públicas aos benefícios da Lei Rouanet.
- Solicitar apoio político e assessoramento técnico para os programas regionais elaborados pelas universidades públicas na área de arte e cultura, através do IBAC, IBPC, FBM, FCP E FCRB.

JUNTO AO MEC

- Aprofundar relações com a SENESU e SENEb para articular linhas de financiamento para Projetos na área de Letras, Artes e Desportos visando a formação de recursos para a rede pública de ensino de 1º e 2º graus.

JUNTO À SND

- Estudar a viabilidade de acesso à Secretaria Nacional de Desporto para propor intercâmbio com as universidades públicas visando a estabelecer linhas de atuação comum.

JUNTO AO CRUB E ANDIFES

- Promover articulação com o CRUB e a ANDIFES para viabilizar projetos de interesse da extensão que demanda ação política integrada das universidades públicas.

RELAÇÃO INTERFÓRUMS

- Promover articulação entre os demais Fóruns Nacionais de Pró-Reitores para promoção de estudos conjuntos visando o aperfeiçoamento do modelo de alocação de recursos do MEC - SENESU em discussão (FORPROEX, 1992, p. 15).

Em 1993, com a realização do VII Encontro Nacional a articulação política e institucional foi apresentada uma proposta de articulação com governos e outros setores sociais através de uma série de deliberações no tocante avaliação da extensão universitária enquanto que em 1994, na perspectiva da Universidade Cidadã “o engajamento das universidades na luta pela cidadania plena só se realiza através da efetiva articulação com instituições e organismos da sociedade brasileira,

sociedade civil e política, igualmente comprometidas com as transformações do atual quadro de exclusão social (FORPROEX, 1994, p. 4).

No mesmo tocante, considerando o que fora apresentado no Relatório Final do IX Encontro Nacional dentre outras recomendações apresenta-se a ideia de “que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras se articule com outros Fóruns/ Instâncias colegiadas para garantir espaços que assegurem a participação da universidade na definição de diretrizes e estratégias de ação das políticas públicas (FORPROEX, 1995, p. 2).

Em 2004, a ideia de articulação entre a universidade e o governo se alicerça na perspectiva de ofertar para a sociedade serviços que contribuam para seu processo desenvolvimento humano, social e econômico na medida em que utiliza-se dessa condição para solicitar do governo mais financiamento para suas ações o que é apresentado neste trecho da Carta de Recife:

[...] O apoio às ações de extensão. Os recursos orçamentários devem estar definidos na matriz de financiamento das instituições públicas de ensino superior, além da garantia de recursos orçamentários dos diversos organismos públicos federais para o financiamento das ações de extensão de todas as IES públicas, para estímulo ao desenvolvimento de projetos e programas com real impacto na sociedade e na universidade (FORPROEX, 2004, p. 2).

Em 2011, com a conclusão do XXIX Encontro Nacional, em seu Relatório Final no que tange a preposição de articulação política e institucional do FORPROEX junto a órgão do governo, em linhas gerais, é possível resumir que a agenda de negociação e articulação, apresenta: “a instituição pelo MEC do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da Educação Superior brasileira” (FORPROEX, 2011, p. 1).

O XXX Encontro Nacional, também em 2011, apresenta na Carta de Porto Alegre a ideia de:

[...] que o fortalecimento da Extensão Universitária como atividade acadêmica, objetivo do FORPROEX desde o seu surgimento, exige redefinições nas políticas e práticas institucionais, tanto no âmbito das Instituições de Educação Superior como no âmbito do MEC e das agências governamentais que apóiam às ações de fomento, execução acadêmica, monitoramento e avaliação (FORPROEX, 2011, p. 3).

No ano seguinte, com o término do XXXI Encontro Nacional, a Carta de Manaus apresenta como condição de articulação política e institucional uma agenda de pactuação e negociação interna e externa direcionada para a regulamentação da extensão universitária e inúmeros processos de financiamento através de marcos legais, editais e outras propostas inovadoras para contribuir no fortalecimento do papel da universidade como propulsora do processo e desenvolvimento social do país.

Na mesma direção, a Carta de Brasília apresenta a ideia de que “[...] o fortalecimento da Extensão Universitária como prática acadêmica, objetivo do FORPROEX desde o seu surgimento, continua exigindo redefinições nas políticas e práticas institucionais, tanto no âmbito das Instituições de Educação Superior quanto do MEC, de outros Ministérios e agências” (FORPROEX, 2012, p. 3).

Para Bourdieu (2004) os interesses postos em jogo dentro do campo, o capital, supera a questão econômica, mas atinge dentre outras coisas, bens simbólicos, culturais, sociais. Uma vez inserido no campo, ou buscando ampliar seu espectro de abrangência, o campo estabelece estratégias que lhe possibilite conquistar posições ou conservá-las. O FORPROEX, a partir dessa lógica, consolidou-se em uma instância de discussão e articulação estratégica de maneira constante que tem por finalidade o reconhecimento e o fortalecimento da Extensão Universitária com vistas ao desenvolvimento social, econômico e político articulando assim a comunidade acadêmica, a sociedade civil e as esferas governamentais.

6 CONCLUSÕES

Desde o início, já nos primeiros “rabiscos” de escrita do projeto, o objeto da presente investigação se mostrava ousado e instigante. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira é o espaço central de debate acerca dos encaminhamentos da Extensão Universitária em todo o país.

O Fórum, é o espaço social em se que discute todos os limites e possibilidades deste importante viés do campo acadêmico. Conforme apontávamos na introdução, é o “olho do furacão”. Para nós, investigar esse ambiente se mostrou como uma enorme satisfação, haja vista tudo o que ele representa, mas também frente à proximidade da nossa formação e intervenção profissional com a temática.

Nosso problema de pesquisa, estava pautado no seguinte questionamento: como se constituiu e desenvolveu o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras ao longo de seus 25 anos (1987-2012)? Em vários momentos nos indagávamos: em que medida a construção e desenvolvimento do trabalho em questão “contava uma história” ou “analisava uma política”?

Entendemos que qualquer análise de cunho social perpassa por uma reflexão histórica, mesmo que em alguns momentos aconteça intencionalmente. O fato histórico, de maneira alguma pode ser desconsiderado. A pesquisa histórica é política por natureza. Não está desassociada. A razão é política.

A análise histórico-política aqui realizada precisa voltar ao Fórum, para que o mesmo possa se ver enquanto “história” e redirecioná-la, se assim for seu desejo e/ou intenção. Redirecionar sua própria política a partir de uma análise histórica. Retratar a história de um espaço político, com uma dinâmica tão impactante como o Fórum, é retratar os seus movimentos realizados neste dado período delimitado.

No decorrer deste processo, como qualquer organismo institucional, fatalmente em algum momento pode (e deve) ter cometido alguns equívocos. O que entendemos enquanto “equívoco” ou “lacuna” hoje, em seu momento histórico teve uma razão de existir, fez-se necessário. Por outro lado, é exatamente nesse espectro que a análise precisa se voltar. Elucidar aquilo que não foi percebido. Questionar o que até então não foi indagado.

Os documentos analisados, sobretudo aqueles oriundos dos Encontros Nacionais são construções coletivas. Eles, emergiram de um viés completamente político e que foi fruto das disputas realizadas dentro do campo FORPROEX. Estes documentos, ao mesmo tempo que se apresentaram enquanto produtos são processos que se materializaram em momentos distintos. Exerceram e sofreram paralelamente influência direta e indireta tanto dos “dominantes conservadores” como dos “dominados subversivos”

A Extensão Universitária, ao longo de sua história e de suas remodelações de formatos de intervenção, entra no seio do Ensino Superior como um eixo “dominado” com pouca representatividade, e que, a partir de “ações de subversão” busca se localizar e consolidar no campo. A criação do Fórum é um desses movimentos.

No contexto de criação do Fórum, a Extensão Universitária encontra-se a procura de um norte, uma referência que evidencie sua legitimidade. Do ponto de vista legal, já se fortalecia, aparecendo em algumas leis no âmbito das políticas educacionais, contudo, sob o viés da legitimidade carecia de uma enorme atenção. Este “porto seguro” ao qual a Extensão se direciona, possui enquanto pano de fundo a iniciativa de se justificar e manter-se dentro da IES.

Ser reconhecida como tal, ou seja, um pilar fundamental no âmbito do Ensino Superior, exerce um encaminhamento que de certa forma coíbe uma aparente discriminação, sobretudo ao compará-la com o ensino e a pesquisa. É nesse sentido, que, ao nosso olhar se apresenta um dos primeiros movimentos políticos realizados pelo Fórum: a busca pela institucionalização da Extensão. Garantir um espaço específico dentro da gestão das IES representa uma condição *sine qua non* na disputa de qualquer outra conquista que se suceda.

Procurar sair de uma aparente invisibilidade perante à gestão da instituição. Nesse sentido, suprir uma lacuna de compreensão, apresentando à comunidade acadêmica qual é o papel da Extensão Universitária. Nos documentos produzidos pelo Fórum as iniciativas de justificar sua importância aparecem em diversos momentos.

No tocante institucionalização, o Fórum vem atuando em duas vertentes. A primeira, na ótica de uma movimentação interna, que diz respeito à organização de concepções e a criação de possíveis estratégias para que a Extensão Universitária ganhe força diretamente através de seus atores (educadores, estudantes, técnico-administrativos). Isso se dá através da sistematização de instrumentos onde possibilite fazer a Extensão ser reconhecida como parte integrante da Universidade,

haja vista que apenas o ensino e a pesquisa obtém esse reconhecimento de forma mais clara, mais evidente.

Uma segunda perspectiva, dessa vez externa, está articulada através do empoderamento e da legitimidade da Extensão através de outros órgãos, como Governo e sociedade civil. Durante esse período, ambos foram acionados de forma constante para fazer a Extensão apresentar em caráter cada vez mais presente e reconhecido pela população e comunidade acadêmica.

É importante ressaltar que toda essa movimentação vem se dando através do Governo Federal, sobretudo no poder executivo. Acrescenta-se a isso a iniciativa de se buscar também as esferas estadual e municipal, onde esse encaminhamento também é orientado por parte do Fórum. Apenas em 2012, criou-se uma comissão própria dentro da Câmara dos Deputados para a defesa da institucionalização da Extensão Universitária, devido ao seu caráter fundamentalmente contributivo para a sociedade.

Durante todo o período estudado essas articulações a nível externo aconteciam pelo reconhecimento por parte da sociedade civil, marcada por outros coletivos, bem como através da implantação de procedimentos dentro da Universidade que possibilitem a Extensão ter um caráter perene.

Desde o primeiro Encontro Nacional a proposta de institucionalizar a Extensão nas IES, veio sendo defendida pelo Fórum. O intuito principal foi a questão do financiamento para as práticas. Primeiramente, através de recursos aportados pelo MEC, e, a partir daí criando algumas fontes e mecanismos a nível governamental para o devido suporte à mesma.

No decorrer do tempo, esse suporte passou a ter uma atitude realmente um pouco mais próxima dos atores (estudantes, professores, etc.) através da concessão de bolsas e que muitas vezes estavam relacionadas a processos de avaliação e de apresentação de viabilidade de algum projeto.

Mais recentemente, começaram a haver discussões sobre a possibilidade de haver aporte financeiro por parte de outros tipos de organizações, especialmente as não-governamentais, que apresentam grande afinidade com a Extensão Universitária.

No tocante manifestações sociais, o Fórum apresentou na gênese de suas ações a intenção de alertar, chamar a atenção dos órgãos governamentais e da população, sobre demandas e pautas que julgava importante. Basicamente, grande parte do apelo se deu diretamente junto ao Estado para repensar algumas práticas,

sobretudo que estavam beneficiando ou que poderiam prejudicar o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil. Destaca-se, o compromisso que o Fórum assim como outros coletivos, estavam tendo com algumas temáticas de cunho social, dentre elas a fome e a miséria, que no início dos anos 2000 passaram a ter um foco prioritário, quer seja pelo governo, quer seja por outros tipos de organizações sociais.

De forma mais recente o Fórum veio contribuindo não apenas para manifestar a opinião dos Pró-Reitores, mas também envolvendo outras organizações, criando uma rede colaborativa com foco na promoção do desenvolvimento social e econômico do país.

Acrescenta-se a isso, naquilo referente à articulação política institucional, é o diálogo com o MEC. O referido diálogo visava sobretudo o financiamento da Extensão Universitária e práticas que as Universidades vinham desenvolvendo ao longo do tempo. Não apenas com o MEC, mas também com interlocuções em outros órgãos ele objetivava dar uma condição de importância da Extensão Universitária no âmbito da comunidade acadêmica mas ao mesmo tempo, ratificando que é necessário investimento sistemática da Extensão, haja vista que é uma grande oportunidade para minimizar possíveis demandas sociais.

Assim, em síntese, o processo de organização e constituição do Fórum se deu face ao contexto político do país, que favorecia um delineamento de debate e fomento das demandas sociais, especialmente a educação. Nesse contexto, e a partir das experiências já existentes dos fóruns regionais, o FORPROEX se instituiu como um agente intermediador no debate da Extensão Universitária frente ao campo acadêmico, ou nas articulações das políticas educacionais do Ensino Superior.

Os saberes e fazeres produzidos pelo Fórum, tais como Coleção Extensão Universitária, proposições metodológicas, registro das atividades, mecanismos de monitoramento e avaliação, dentre outros, serviram para subsidiar o próprio desenvolvimento e consolidação, não apenas do FORPROEX, mas principalmente da Extensão Universitária.

A evolução do Fórum, caminhou diretamente atrelado aos seus objetivos. As questões de institucionalização, financiamento e articulações políticas, ora se apresentaram como intenção, ora como estratégia metodológica. É inegável o desenho desse encaminhamento durante os 25 anos de história do Fórum. Tais reflexões se transformaram em diretrizes e fundamentos para a política de Extensão Universitária no país.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior, galgou e vem ampliando o debate acerca da Extensão Universitária no país de maneira extremamente significativa. Se por um lado, a Extensão ainda ocupa pouco espaço no âmbito das políticas governamentais de Educação Superior, podemos afirmar que sem a existência do Fórum essa inserção praticamente se anularia. Visualizamos um horizonte de muitos embates do “campo” Fórum frente ao “campo” Ensino Superior, em busca de um “lugar ao sol” e que consolide o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bárbara Schaustek de. **Altius, citius, fortius... ditius?** Lógicas e estratégias do Comitê Olímpico Internacional, comitê de candidatura e governo brasileiro na candidatura e escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Tese (Doutorado em Educação Física) Programa de Pós-Graduação em Educação Física – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ARAÚJO, Flávia Monteiro; ALVES, Elaine Moreira; DA CRUZ, Monalise Pinto. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 31-40, 2009.

ARÓSTEGUI, Julio. **La investigación histórica: teoría y método**. Barcelona: A&M, 2001.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. UFPR sedia Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. 2008. Disponível em: << <http://www.ufpr.br/portafulpr/blog/noticias/ufpr-sedia-encontro-nacional-de-pro-reitores-de-extensao/>>>. Acessado em: 02/01/2017.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2007. Pró-reitores querem mais apoio. Disponível em: << <http://www.secom.unb.br/unbclipping2/2007/cp070531-13.htm>>>. Acessado em: 02/01/2017.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, 2010. **Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão conta com participação da UFCG**. Disponível em: << http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=10564>>. Acessado em: 03/01/2017.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BARBOSA, Valeska Cristina. **Extensão Universitária: proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte da Fundação Mineira de Educação e Cultura, Belo Horizonte, 2012.

BOTOMÉ, Sílvia Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Florianópolis: Vozes, 1996

BOTOMÉ, Sílvia Paulo. **Extensão universitária no Brasil: a administração de um equívoco**. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, 11 abr. 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>.

_____. **Decreto-Lei Nº 252**, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Senado Federal. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117229>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 53**, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126183/decreto-lei-53-66>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937**, 1968, p. 46. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio (Coord). **Educação superior**: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Educação: Ensino público e gratuito para todos: In F. Whitaker *et alli*, Cidadão Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CATANI, Afrânio Mendes et al. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, 2011.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.

COSTA, Marcos André Nunes. **A educação para e pelo lazer no Colégio Americano Batista**: uma análise dos dispositivos de controle das emoções à luz da teoria elisiana. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Recife, 2014.

CUNHA, Luis Antônio C. da. A organização do campo educacional: as conferências de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 3, n. 9, p. 5-48, maio 1981.

DEBOÇÃ, Leonardo Pinheiro; SILVA, Lara Luiza. **Das diretrizes nacionais à prática das atividades de extensão universitária**. 2015. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2015/down.php?id=1947&q=1> Acesso em: 11 mar. 2016

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

FAGUNDES, José. **Universidade e Compromisso Social**: extensão, limites e perspectivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

FARIA, Juliete Prado de. Extensão universitária como mecanismo de desenvolvimento educacional e social no Brasil. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 75-82, jan./mar. 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A Universidade Brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

_____. **Universidade do Brasil**: guia dos dispositivos legais. v. 2. Rio de Janeiro: UFRJ; Inep, 2000a.

_____. **Universidade e Poder**: análise crítica/fundamentos históricos: 1930 – 45. 2. ed. Brasília: Planos, 2000b.

_____. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, jul/dez. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FORPROEX. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987**. In: GARRAFA, Volnei. Extensão: a universidade construindo saber e cidadania; Relatório de atividades 1987/1988. Brasília: Ed. UnB, 1989

_____. Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2. 1988, Belo Horizonte: UFMG, 1988.

_____. Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 3. 1989, Belém: UFPA, 1989.

_____. Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 4. 1990, Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

_____. Documento Final do Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 5. São Luís: UFMA, 1991.

_____. Documento Final do VI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 6. Santa Maria: UFSM, 1992.

_____. Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 7, 1993. Cuiabá: Editora UFMT, 1993.

_____. Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 8, 1994. Vitória: Gráfica UFES, 1994.

_____. Documento Final do IX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 9. Fortaleza: UFC, 1995.

_____. Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 10. Belém: UFPA, 1996.

_____. Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 11. Curitiba: UFPR, 1997a.

_____. Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 12. Brasília: MEC, 1997b.

_____. Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 13. Brasília: MEC, 1998a.

_____. Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 14. Natal: UFRN, 1998b.

_____. Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 15. Campo Grande: UFMS, 1999.

_____. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Brasília: MEC/SESu; Curitiba, PR: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. 98p. (Coleção Extensão Universitária, v. 3).

_____. **Sistema de Dados e Informações:** Base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001b.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Coleção Extensão Universitária, v. 1. Ilhéus: Editus, 2001c. 65p.

_____. **Extensão Universitária:** organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <<
<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/06-Organizacao-e-Sistematizacao/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>>. Acessado em: 02/01/2017.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2012. Disponível em: <[http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica 20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf](http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf)>. Acesso em: 23/01/2015.

MANTOVANI, Maria Ignez. Museus: engajamento e colaboração. **Caderno de Sociomuseologia**, [S.l.], n. 3, 2014. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4530> Acesso em: 16/11/2016.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Silene de Moraes. Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade. **Revista Conexão UEPG**. v. 7, n. 1. 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/viewFile/3670/2586>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade Civil e Educação. Capinas. Papirus; CEDES: São Paulo; ANDE: ANPEd, (Coletânea CBE), 1992.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de extensão universitária**. São Paulo: Avercamp, 2008.

GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: esta é a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, DF, v. 22, n. 2, 2006.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?**. São Paulo: Cortez, 1986.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Evolução do ensino superior**: 1980-1998. Brasília, O Instituto, 1999.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4ª. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KOHL, Henrique Gerson. **Educação e capoeira**: figurações emocionais na cidade do Recife-Pernambuco-Brasil. Recife, 2012.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

LINHARES, Flávio. A extensão universitária: origem e desenvolvimento. **Educação**, Brasília, DF, v. 20, n. 56, abr./jun. 1976.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília v. 5, n. 2, p. 63-78, 2012.

LUCHESI, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, 2014.

MACHADO, Verônica Moreno. (2013) ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Disponível em: <<
https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/algumas_reflexoes_sobre_as_concepcoes_de_extensao_universitaria.pdf>>. Acessado em: 06/01/2016.

MARBACK NETO, Guilherme. **Avaliação**: instrumento de gestão universitária. Vila Velha, ES: Editora Hoper, 2007.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão universitária**: uma análise crítica. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2001.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Universitária**: diálogos populares. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

MELO, Jowania Rosas de. **O compromisso social da UFPE na Extensão Universitária**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Ciência, Técnica e Arte**: o desafio da pesquisa social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Avaliativa por Triangulação de Métodos. In: BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. (Org.). **Avaliação Qualitativa de Programas de Saúde**: enfoque 122 emergente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília v. 5, n. 2, p. 255-273, 2011.

NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória**: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.) *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel **Políticas de Extensão Universitária Brasileira 1975-1999**. Belo Horizonte: UFMG/ FaE. mimeo. 1999. p. 255.

_____. (Org.). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

_____. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces**. Revista de Extensão da UFMG. V. 1, n. 1, Jul-Dez 2013. Acesso em: 21 nov. 2016

NUNES, Edson de Oliveira. **Educação Superior no Brasil**: estudos, debates, controvérsias. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015.

OLIVEIRA, Gerson Pastre de. O Fórum em um ambiente virtual de aprendizado colaborativo. In: **Revista Digital de Tecnologia Educacional e Educação a Distância**, vol. 2, n. 1. 2011. p. 04.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Lauriano de. **A política, as concepções e práticas de extensão na Universidade de Pernambuco**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PAIVA, Vanilda. Extensão universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP, v. 67, n. 155, p. 135-151, 1986.

PASSERON, J-C. **Morte de um amigo, fim de um pensador**. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVÉ, R-M. (orgs.) *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.17-91.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, v. 114, p. 179-195, 2001.

PIMENTEL, Geyza Alves. **Universidade e políticas de extensão no Brasil do governo Lula**: período de 2003 a 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) –

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

POZZOBON, Maria Elizete; BUSATO, Maria Assunta (Orgs.). **Extensão universitária: reflexão e ação**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 5.513** de 4 de abril de 1935. Institui na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?. **Educar em revista**. Curitiba: Editora UFPR, n. 18, p. 13- 28, 2001.

RAMOS, Adriana Caetano. **O ensino superior e o estado nacional: a construção do intelectual brasileiro (1900-1970)**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2012.

REIS, Renato Hilário dos. **A extensão universitária na relação universidade-população: a contribuição do campus avançado do médio Araguaia/Programa Integrado de Saúde Comunitária**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

REZENDE, Bruno Gonçalves de. **Novo perfil do profissional de assistência técnica e extensão rural**. Diamantina: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 13. ed. rev. e ampl. Campinas SP: Autores Associados, 1993.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Extensão universitária: extensão ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1986.

RODRIGUES, Maria José Campos. **Caracterização Analítica dos objetivos da extensão**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1983.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a história 1980-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga v. 16, n. 2, p. 135-175, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010a.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da Extensão Universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. **Revista Conexões**, UEPG, Ed. 06, 2010b.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. **A Extensão Universitária e os entre-laços dos saberes**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire**. 2011. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_ext_en_sao_universitaria.pdf. Acesso em: 20 nov. 2012.

SILVA, Enio Waldir da. **Extensão Universitária no Rio Grande do Sul: concepções e práticas**. 2003. 282f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SILVA, José Augusto Medeiros. A missão social da Universidade. **Revista de Extensão da Universidade de Cruz Alta**. Cruz Alta. ano 7, n. 01, 2015.

SOUSA, Ana Luiza Lima. Concepção de Extensão Universitária: ainda Precisamos Falar sobre Isso? In: FARIAS, Doris Santos de (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 293-315, 2010.

SOUZA, Juliano. **A reflexividade metodológica de Pierre Bourdieu como modelo heurístico para leitura do esporte no Brasil: potencialidade e contribuições**. In: MARCHI JÚNIOR, Wanderley (org.) **Ensaio em sociologia do esporte**. São Paulo: Factash, p. 29-53, 2011.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão Universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

TAVES, Robert Steven Vieira. Autonomia relativa do Direito em Pierre Bourdieu e o normativismo: da crítica sociológica à lógica própria do Direito. **Revista da**

Faculdade de Direito do Sul de Minas. Pouso Alegre, v. 28, n. 1, p. 153-188, 2012.

TRIVINÕS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. Pró-Reitor de Extensão participa de Encontro Nacional. 2009. Disponível em: <<
http://www5.unioeste.br/portal/arquivos/proex/boletins/027_boletim_informativo_proex_unioeste.pdf>>. Acessado em: 03/01/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Pró-Reitora de Extensão da UNIFESP é a nova Coordenadora Nacional da Área de Saúde. 2009. Disponível em: <<
<http://dqi.unifesp.br/sites/comunicacao/index.php?c=Noticia&m=ler&cod=4b92dcfd>>>
. Acessado em: 03/01/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. UFABC é sede do 28º Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. 2010. Disponível em: <<
<http://www.ufabc.edu.br/noticias/ufabc-e-sede-do-28o-encontro-nacional-de-pro-reitores-de-extensao>>>. Acessado em: 03/01/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. XXI Encontro Nacional de pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras. 2005. Disponível em:
<<<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=999>>>. Acessado em: 06/01/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ato da Reitoria Nº 189** de 25 de abril de 1975. Dispõe sobre a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária. Teresina: UFPI, 1975.

VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária:** concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968- 1987). 2014. 290 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ANEXOS

ANEXO A – RECORTE DE JORNAL
ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DA EXTENSÃO NORTE
JORNAL A NOTÍCIA (MANAUS/AM)
DATA: 10/12/1985

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS			
SETOR DE DIVULGAÇÃO			
HEMEROTECA			
PERIÓDICO:	<i>A Notícia</i>	DATA:	<i>10/12/85</i>
CIDADE:	<i>Manaus</i>	PÁGINA:	<i>2</i>
REFERÊNCIA DA MATÉRIA:	<i>Sala Warrant</i>		

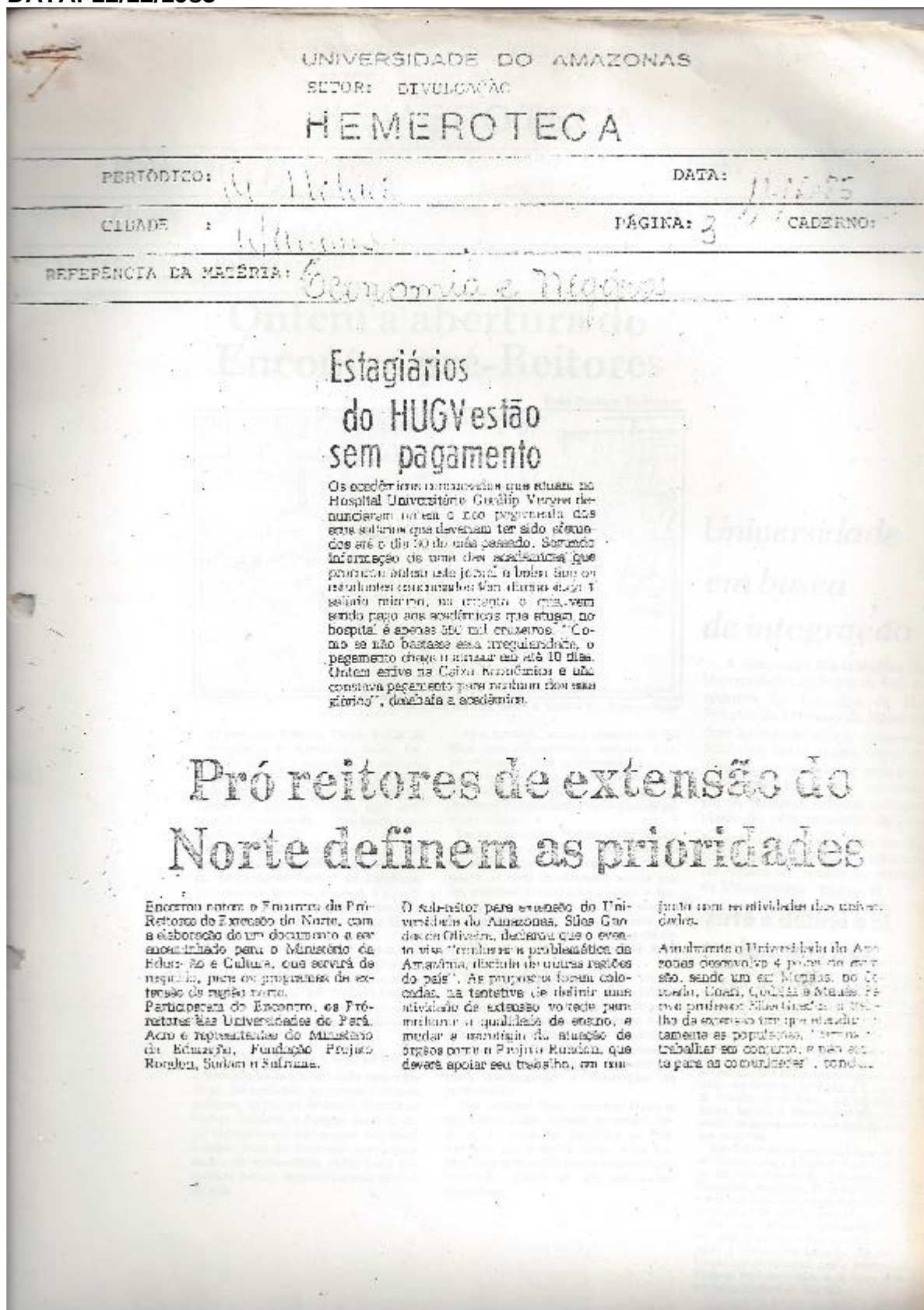
**Pró reitores
estão reunidos
no Amazonas**

Foi aberta ontem, o Encontro de Pró-reitores de Extensão Norte, na Faculdade de Estudos, que tem a coordenação da secretaria para extensão da Universidade do Amazonas.

A abertura foi feita pelo palestrante do reitor Roberto dos Santos Vieira da Universidade do Amazonas. Em seguida, sob a coordenação do professor Mário dos Santos de Carvalho Barreto, da Faculdade de Educação, houve a abertura e o Tema Integrado da Universidade do Centro Regional, com representantes da Universidade, Sudeam e do Projeto Rondon. Para parte do trabalho, foi realizado o tema A situação da Extensão Universitária, abordado pelo professor Silas Guedes de Oliveira, coordenador para extensão da U.A. Foram debatidos ainda os seguintes: Pró-reitores das Universidades do Pará, Acre e Amazonas.

O encontro encerra-se amanhã, quando será exposto o relatório sobre as reuniões finais. Participam do Encontro Nilson Pinto da Oliveira, Pró-reitor da Universidade do Pará, Maria Gomes da Silva, Pró-reitora da graduação e extensão da Universidade Federal do Acre, Lucília Helena Gomes e Maria Maria Silva da Universidade de Educação e Cultura e Rômulo Jurek, presidente nacional do Projeto Rondon.

ANEXO B – RECORTE DE JORNAL
PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DO NORTE DEFINEM AS PRIORIDADES
JORNAL A NOTÍCIA (MANAUS/AM)
DATA: 12/12/1985



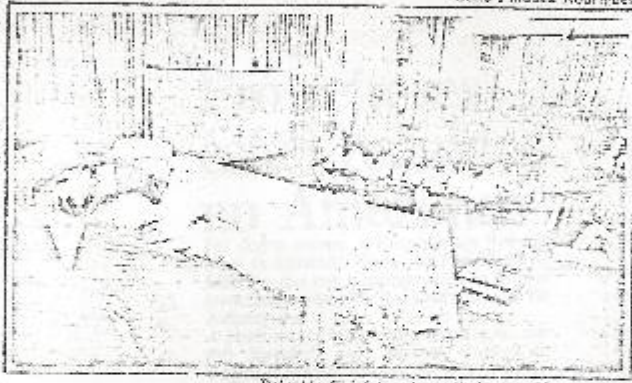
**ANEXO C – RECORTE DE JORNAL
ONTEM A ABERTURA DO ENCONTRO PRÉ-REITORES
JORNAL A CRÍTICA (MANAUS/AM)
DATA: 10/12/1985**

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
SETOR: DIVULGAÇÃO
HEMEROTECA

PERIÓDICO: *A Crítica* DATA: 10/12/85
CIDADE: *Manaus* PÁGINA: 6 CADERNO: 1
REFERÊNCIA DA MATÉRIA: *Encontro Pré-Reitores*

Ontem a abertura do Encontro pré-Reitores

João Pinheiro Rodrigues



Reinaldo Cinatti sobre a Suframa e a Universidade

Universidade em busca de integração

A integração dos trabalhos das Universidades do Norte do País é o objetivo do Encontro de Pré-Reitores da Extensão do Norte que deve apresentar hoje o documento final com todas as conclusões dos debates, principalmente uma sugestão para a extensão universitária para a extensão universitária. A Suframa colocou a importância do polo industrial da Zona Franca de Manaus como um dos fatores decisivos para a educação no Amazonas, dentro do contexto da Universidade. (Página 6)

Arte e dança vai ser lançado hoje

O Salão Cidade de Atenas promoverá hoje, o lançamento do livro "Arte e Dança" de Reinaldo Cinatti, com o objetivo de refletir sobre a Cultura Amazônica, organizado e editado pelo Observatório Literário, com apoio da Rede Cultural - Comunicação.

Além do livro, o Salão Cidade de Atenas, na Rede Cultural de Comunicação, no edifício A Crítica, promoverá a apresentação do filme do IV Festival Internacional de Manaus de 1985, em sessão às 20 horas, haverá o lançamento do livro "Arte e Dança" de Reinaldo Cinatti e em seguida o lançamento do livro "Arte e Dança".

Arte e Dança tem a participação de Adriano Paulo, Uirapuru e Jorge de Figueiredo, da Universidade do Amazonas, além de Filomena, jornalista, Doni Gervasio, poeta e crítico literário, e o professor de música Antônio de Fátima de Oliveira.

São mais de cem os nomes que integram o livro, com textos de autores de várias áreas e instituições, incluindo a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade do Estado do Amazonas e a Universidade de Manaus.

O professor Roberto Vieira, Reitor da Universidade do Amazonas, ressaltou, ontem pela manhã, a importância da abertura do Encontro de Pré-Reitores da Extensão do Norte, que está sendo realizado na Faculdade de Estudos Sociais, cujo tema geral é a integração da Universidade no Contexto Regional.

Estão participando do encontro os Pré-Reitores da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Rondônia, Universidade Federal do Acre e a Suframa da Universidade do Amazonas, sob a coordenação da professora Graça Barreto.

O encontro tem como objetivo principal a integração e discussão dos trabalhos das Universidades do Norte do País a partir do processo apresentado por cada Estado, disse o coordenador da UEA, professor Sílvio Gonçalves de Oliveira, ao explicar a finalidade dos debates.

UNIVERSIDADE E GOVERNO

A integração da Universidade com o governo, foi exposta, no primeiro dia de palestras, no manhã de ontem, através da Suframa, Suframa, e Projeto Rondonia, cujos representantes destacaram a relevância da integração da formação profissional dentro da universidade como fator primordial para o desenvolvimento econômico do país.

Mas também, como a exemplo de Suframa, pelo representante Reinaldo Cinatti, foi criada a falta de interseccionamento entre escola e a Superintendência do Desenvolvimento do Amazonas, em decorrência desses últimos vinte anos de governo militar.

Para a Suframa, os problemas se agravam nos governos anteriores e nos índices de ignorância brasileira, reafirmado, dessa forma, o nível de educação técnica por um processo de melhoria e político dentro da universidade, onde o estudante e o professor possuem formação uma linguagem de técnica linguagem política-participativa em defesa da soberania dessa universidade.

Também a Suframa colocou a importância do polo industrial da Zona Franca de Manaus como um dos fatores de grande importância para a educação no Amazonas, dentro do contexto da Universidade, como meio de atrair o progresso e condições do processo de trabalho socialmente abrangente a formação de profissionais.

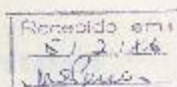
O relatório final, contendo todas as conclusões dos debates, será lançado, hoje, às 17 horas, o Encontro de Pré-Reitores, que poderá, ainda neste manhã, uma sugestão para a extensão universitária, diante de um documento preliminar.

**ANEXO D – RELATÓRIO
CONCLUSÕES DO ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DO NORTE
DO PAÍS
DATA: 24/01/1986**

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
SUB-REITOR PARA EXTENSÃO

OF. Nº 018/86 - SRE

Manaus, 24 de janeiro de 1986



Senhor Pró-Reitor,

Aproximamos encaminhar a Vossa Senhoria as Conclusões do ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DO NORTE DO PAÍS, realizado nesta cidade, nos dias 09 e 10/02/85, onde tivemos o prazer de contar com a brilhante participação de Vossa Senhoria.

Na expectativa de que nos encontremos em outros eventos semelhantes, colocamo-nos à disposição dessa Universidade.

ATENCIONAMENTE


Dr. Elias Guedes de Oliveira
SUB-REITOR PARA EXTENSÃO

Ilmo. Sr.
Professor ELIAS PINTO DE OLIVEIRA
MD. Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal do Pará
Av. Governador José Malcher, 1192
CEP 66.000 BELEM - PA

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS.

=====

ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

DO NORTE DO PAÍS

09 e 10/12/85

MANAUS - AM

=====

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

- . Professor SILAS GUEDES DE OLIVEIRA
Sub-Reitor para Extensão da Universidade do
Amazonas
- . Professor NELSON PINTO DE OLIVEIRA
Pró-Reitor da Extensão da Universidade Fede-
ral do Pará
- . Professora MARIA CORRÊA DA SILVA
Pró-Reitora da Extensão da Universidade Fe-
deral do Acre

Assessoria do Ministério da Educação-MEC

- . Professora LUCÍLIA HELENA DO CARMO GARGEL
- . Professora INÊS MARIA CARVALHO SILVA

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

1. CONCLUSÕES

Ao se discutir a atuação das Instituições de Ensino Superior na realidade Amazônica, notadamente no que se refere às atividades de extensão, convém destacar em primeiro plano, elementos que evidenciem o que há de comum na região, bem como peculiaridades que, necessariamente, deverão ser levadas em conta, quando da concretização dessas ações.

A Região Norte possui algumas características que merecem considerações especiais tais como:

a) Concentração populacional nas capitais ou em áreas próximas, resultantes da realização de grandes projetos de impacto e da intensificação de correntes migratórias, sejam de outros Estados ou do Interior para a Capital;

b) Intensa concentração de terras especialmente em torno dos grandes projetos extrativos e agropecuários, ao lado de uma produção agrícola escassa, decorrente de tecnologia rudimentar e inadequada ao ecossistema da área e do desenvolvimento de políticas de ocupação alheias à produção de alimentos;

c) Dificuldade de acesso e comunicação entre os Estados bem como entre municípios de um mesmo Estado;

d) Existência de sociedades distintas com modos de vida próprios e em situação de extrema pobreza e desagregação como é o caso das sociedades indígenas;

e) Embora a Região possua inúmeras riquezas naturais, a maior parte da população, tanto na cidade quanto no campo, vive em condições de pobreza, algumas sem nenhuma assistência médica, educativa ou outra modalidade de serviço básico à sua sobrevivência;

f) Apesar da interferência dos fatores advérsos já mencionados acima, a região possui um imenso potencial cultural, cuja preservação e resgate se considera como fundamental nas atividades de extensão.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Diante desse quadro, a Universidade não pode se constituir em um enclave e nem estar alheia aos problemas da sociedade da qual faz parte. Por ser uma instituição educativa, o seu compromisso prioritário é o de ampliar o universo de percepção da população para com a sua problemática, assim como, colaborar na busca de soluções para a superação dos problemas existentes.

Neste sentido é que a Universidade deverá desenvolver suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, sem perder de vista os seus princípios básicos de funcionamento, quais sejam:

a) autonomia didático-pedagógica na produção de conhecimentos compatíveis com os interesses da maioria da população;

b) compromisso de preservação histórica, cultural e patrimonial da sociedade da qual faz parte;

c) preservação do processo democrático tanto na gerência dos seus propósitos como na relação com a população.

No desenvolvimento das ações de Extensão, há que se respeitar as mais variadas formas de atividades, observando-se uma permanente postura de "ação-reflexão-ação" que não esgote os problemas a nível local, objetivando trazer à tona as próprias contradições de tais atividades, face a relação entre a sociedade civil e o Estado e diante com as contradições básicas da infra-estrutura social.

2. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O voltar-se para a comunidade numa atitude de troca é essencial para a construção de uma Universidade inserida no contexto regional. Assim sendo, os resultados dos trabalhos de extensão devem servir de pontos de partida para a formulação de projetos de Pesquisa e o estabelecimento de currículos e programas adaptados à realidade da região. O

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

processo de retroalimentação extensão-pesquisa-ensino é cíclico e aproxima continuamente a Universidade da Sociedade. Através dele, recuperam-se e divulgam-se, a nível da Universidade, os valores e a subordinação regional e permite-se a formação de profissionais comprometidos com os problemas da região.

A extensão é, portanto, atividade essencial da Universidade e sua realização deve ser priorizada. Essa priorização deve ser explicitamente refletida nos documentos legais das Universidades da Amazônia, permitindo-se o reconhecimento formal e a valorização da participação de estudantes e professores em atividades de extensão. O caráter interdisciplinar das atividades de extensão deve ser fomentado, de modo a propiciar a articulação dos departamentos, ampliar seus horizontes de atuação e caracterizar a Universidade no processo educativo, além de possibilitar a racionalização no uso de seus recursos humanos. Especificamente, no que concerne aos recursos humanos, para atuação nos programas de extensão, verifica-se que, nos últimos 05 anos, a Universidade Brasileira e em particular as Universidades da Amazônia sofrem as consequências da proibição de contratação de pessoal para complementação de seus quadros, principalmente na área docente. Não é raro, em alguns cursos, professores assumirem várias disciplinas com conseqüente baixa produção qualitativa. Soma-se a isto a criação e ampliação de cursos e atividades, algumas vezes forçadas pela própria política de governo na área. Este fato tem se constituído em um dos obstáculos para um trabalho integrado entre as atividades-fim da Universidade bem como sua relação com a sociedade.

3. POLÍTICA DE RECURSOS FINANCEIROS

a) Autonomia e Gestão Financeira

A Universidade compete definir prioridades de acordo com a área ou região onde está implantada. Cabe ao Governo, atender, sem limitação orçamentária, a esses anseios, tanto para manutenção como para desenvolvimento, as

CARTA DE MANAUS

CARTA DE MANAUS

Os participantes do IV SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA AMAZÔNIA, reunidos em Manaus no período de 09 a 12 de novembro de 1987, vêm de público levar ao conhecimento da população brasileira pontos que julgam fundamentais para uma efetiva articulação universidade/sociedade, numa dimensão transformadora.

1. As Universidades devem democratizar suas estruturas, políticas, procedimentos e programações no sentido de uma participação efetiva dos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos e representantes da sociedade civil (classes trabalhadoras e camadas populares) nos processos decisórios. A democratização da Universidade passa não somente pela eleição direta dos dirigentes universitários, mas também pelo exercício participativo do poder no cotidiano de suas ações.

2. Considerando as peculiaridades da Amazônia e a gravidade de seu processo de ocupação e exploração, é imprescindível priorizar ações no sentido de uma racionalidade política que leve em conta a ecologia da região.

3. Levando em conta as dimensões continentais da região e as dificuldades existentes de mobilização e ocupação dos espaços geográficos, é necessário que se tenha um aporte de recursos financeiros, técnicos, administrativos e humanos que possibilitem uma atuação eficaz e racional de suas instituições de ensino superior.

4. É prioritária uma ação de interiorização da universidade, que permita à instituição ser articuladora de esforços e agir no sentido da busca de solução aos grandes desafios apresentados na região, traduzidos em demandas nos setores da saúde, educação, trabalho, tecnologias alternativas, estrutura agrária, etc.

5. É prioritária uma ação política e articulada com as classes trabalhadoras e as camadas populares da Amazônia, no sentido de fortalecer a integração da universidade à realidade amazônica.

6. É extremamente urgente a definição de uma nova política de ciência e tecnologia, adequada às peculiaridades da região e comprometida em atender os interesses e anseios da maioria da população amazônica.

7. É igualmente urgente a integral participação e aporte financeiro por parte do Ministério da Educação ao protocolo MEC-MINTER, a fim de viabilizá-lo e atender às necessidades dos programas de extensão das universidades.

Os participantes, finalmente, reiteram e endossam o conceito de Extensão emitido pelos Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas, reunidos em Brasília, por atribuir à Extensão um caráter processual capaz de articular ensino e pesquisa e viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. Entendem os participantes que a Extensão Universitária, passa obrigatoriamente pela via do ensino, da pesquisa e do atendimento a demandas sociais; restabelece a dimensão de totalidade necessária a um ensino realmente superior, pela vivência de práticas interdisciplinares; possibilita um confronto entre o saber popular e o saber sistematizado e a realimentação do processo educativo enquanto um todo.

São signatários da presente Carta representantes das seguintes instituições:

- . FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUFAC
- . FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FUA
- . FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
- . FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT
- . UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
- . FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ - FCAP
- . FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

- . FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
- . FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE - FURRN
- . PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUC-RS
Campus Avançado do Alto Solimões
- . UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
Campus Avançado de Tefé
- . UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP
Campus Avançado de Humaitá
- . FUNDAÇÃO RONDON
- . MINISTÉRIO DO INTERIOR - MINTER
- . SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM
- . MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
- . COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA - CEDRA
- . CAMPUS UNIVERSITÁRIOS:
 - PARÁ: Campus de Abaetetuba
Campus de Bragança
Campus de Santarém
 - AMAZONAS: Campus de Coari
- . UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE
- . FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - FASUBRA

**RECOMENDAÇÕES DO IV SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES
DA REGIÃO NORTE
DATA: NOV/1987**

**IV SEMINÁRIO
DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES
DA REGIÃO NORTE**

09 A 13/11/87

MANAUS - AM

RECOMENDAÇÕES

IV SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES

DA REGIÃO NORTE

09 A 13/11/87

MANAUS - AM

R E C O M E N D A Ç Õ E S

1. CONCEITO DE EXTENSÃO

- Subscriver o conceito de Extensão aprovado no ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, realizado em 04 e 05 /11/87, em Brasília-DF, a saber:

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A EXTENSÃO é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado acadêmico e popular, terá como consequência: 1. A produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e 2. A democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria e prática, a EXTENSÃO é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO

2.1. Priorizar a discussão da relação universidade-sociedade ,

2.

como estratégia de sobrevivência, face à campanha nacional de desmoralização do ensino e setor público, em benefício de interesses privatistas;

2.2. Discutir e definir a nível de cada universidade, a que interesses vai servir como condição essencial à viabilização de uma proposta de extensão;

2.3. Reorganizar a estrutura de organização e funcionamento da universidade, tendo como base a democratização do poder;

2.4. Criar nas universidades mecanismos que consolidem a democratização do poder;

2.5. Criar nas universidades mecanismos que garantam o avanço do processo de reversão de uma Universidade que predominantemente tem se voltado para a reprodução do ensino de terceiro grau;

2.6. Extinguir os conselhos de ensino, de pesquisa e de extensão e criar Conselho único com câmaras específicas;

2.7. Desenvolver discussões no sentido do entendimento da democratização da universidade, enquanto acesso e exercício colegiado de poder;

2.8. Promover a realização de Seminários de **EXTENSÃO** internos em cada IFE, com a participação da comunidade universitária, visando a sensibilização da mesma para o processo extensionista;

2.9. Que cada IFE defina uma política para seu relacionamento com o setor empresarial, buscando reforçar o processo extensionista;

2.10. Estimular a nível dos Departamentos, a elaboração do seu projeto pedagógico de curso, fixando políticas, metas e prioridades;

2.11. Democratizar o poder nos Departamentos, como fator redirecionador da ação entre professores e alunos, e como forma de garantir a execução do projeto pedagógico;

2.12. Desenvolver mecanismos que possibilitem a capacitação, a conscientização do professor quanto à sua responsabilidade na ação transfor-

3.

maiores da universidade;

2.13. Estimular a mobilização e organização dos estudantes, como fator de pressão e transformação da universidade;

2.14. Estimular prioritariamente com a população ações de caráter multiprofissional, interdisciplinar e interdepartamental;

2.15. Reformular a utilização das estruturas curriculares, como um dos mecanismos viabilizadores da EXTENSÃO;

2.16. Fomentar a sensibilização da comunidade acadêmica em atividades de interesse social;

2.17. Introduzir conteúdos em disciplinas e práticas de disciplinas que permitam o confronto aluno-população, desde o início do curso;

2.18. Estudar a nível das universidades a criação do crédito social, como forma de retribuição da que a sociedade investe na universidade, permitindo a participação de estudantes em programas ou movimentos sociais, utilizando-se mecanismos de estágio curricular, bolsa de trabalho, etc. A participação será considerada dado obrigatório como condição de conclusão de curso;

2.19. Desenvolver o estágio curricular ao longo do curso e numa perspectiva de relação teoria-prática;

2.20. Revisar e reorganizar os cursos nas universidades, na perspectiva da relação teoria-prática e sob enfoque interdisciplinar;

2.21. Que as universidades se mobilizem para a discussão da questão ambiental e a defesa da ecologia amazônica, subsidiadas pelos levantamentos já efetuados pelo INPA, por outras instituições e pelas próprias universidades;

2.22. Que as universidades da Amazônia oportunizem a discussão prática sobre a implantação no país da Zona de Processamento de Exportação.

4.

3. INTERIORIZAÇÃO

3.1. Que a Comissão de Educação e Desenvolvimento regional da Amazônia-CEDEA, se reúna o mais breve possível para a manutenção da continuidade de seus trabalhos, como órgão de integração das universidades ao desenvolvimento regional, sugerindo-se que essa reunião ocorra, no máximo até o dia 10.12.87;

3.2. Incorporar no Projeto de Interiorização as solicitações dos vários segmentos da comunidade;

3.3. Buscar mecanismos que propiciem a conscientização da comunidade universitária para a importância do Projeto de Interiorização e sua sensibilização para participação do mesmo;

3.4. Calcular em prática a prerrogativa do Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal, quanto ao intercâmbio de professores, alunos e do pessoal técnico-administrativo, bem como, de experiências na região, com prioridade ao Projeto de Interiorização;

3.5. Manter a continuidade dos Seminários de EXTENSÃO da Amazônia, considerados como fóruns de discussão das questões relativas à EXTENSÃO, especialmente das experiências de interiorização, realizadas com participação da representação efetiva da comunidade universitária - docente, discente e técnico-administrativo;

3.6. lutar pelo exercício de autonomia quanto à criação e oferecimento dos cursos de licenciatura para o interior, independentemente de autorização do CFE.

4. FINANCIAMENTO

4.1. Que os recursos oriundos da impressão do Programa "NOVA UNI - VERSIDADE" sejam alocados no orçamento global das universidades;

4.2. Que o incremento financeiro do MEC às ações de EXTENSÃO ocorra a nível do orçamento global das universidades;

4.3. Promover gestões junto às organizações da região ou a nível

5.

nacional, visando garantir meios que possibilitem a intensificação da proposta de interiorização das universidades da Amazônia;

4.4. Fazer gestões junto ao MINTER/PROJETO RONDON, no sentido do aumento dos recursos financeiros destinados à atuação das IFES da Amazônia nos Campi-Avançados;

4.5. Considerando o grau de Indefinição da Comissão MEC/MINTER, recomendar que a SUDAM financie com seus recursos orçamentários, o Projeto Norte de Interiorização, ao mesmo tempo em que, junto com as IFES amazônicas, continue na luta pela obtenção de recursos extra-orçamentários adicionais para o projeto;

4.6. Que as universidades da Amazônia, através do Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal - PIRAL, pleiteiem à Receita Federal a destinação prioritária de materiais apreendidos e de interesse das suas atividades;

4.7. Que a SUFRAMA reforce, através da Comissão de Educação e Desenvolvimento Regional da Amazônia - CEDRA, o apoio às Instituições de Ensino Superior da Amazônia.

5. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

5.1. Articular junto a órgãos, ministérios, secretarias de estado e agências financiadoras de pesquisas, no sentido de viabilizar a **EXTENSÃO**, na perspectiva aprovada no Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Brasília;

5.2. Estabelecer mecanismos de controle em relação aos grandes projetos, no sentido de que estes revertam benefícios em prol dos interesses da maioria da população, condenando a forma impositiva como os mesmos vêm sendo desenvolvidos, mobilizando o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, o Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal - PIRAL e organizações ao nível da sociedade civil. Criar um fundo a partir de recursos oriundos dos projetos implantados na região amazônica, a ser gerido pelas universidades e que venha a ser utilizado em seus programas

6.

sociais junto às populações;

5.3. Articular o Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal - PITUAL com o Instituto Superior de Estudos Amazônicos - ISEA, buscando respaldo político para viabilizar as ações das universidades da Amazônia;

5.4. Articular as ações da universidade com os movimentos populares;

5.5. Que as universidades se integrem à luta pela isonomia salarial entre os servidores da SUDAM e da SUDENE, através de moção sobre o assunto encaminhado pelos reitores das universidades da Amazônia ao Ministério do Interior, ao Ministro-Chefe da SEAD e ao Presidente da República, e de outras formas que julgarem apropriadas.

6. PROJETO RONDON E CAMPI AVANÇADOS

6.1. Avaliar a nível regional e posteriormente a nível nacional a ação do Projeto Rondon, especialmente dos campi avançados da Amazônia. Que neste processo sejam consideradas as seguintes questões: a) estudo das IFES da região amazônica, quanto à possibilidade de assumirem os campi avançados mantidos pelo Projeto Rondon na Amazônia; b) no caso de permanência das IFES das outras regiões, que se discutam e desenvolvam novas estratégias de ação conjunta entre IFES das outras regiões do país, IFES sediadas na região amazônica e Projeto Rondon; c) que o Projeto Rondon crie mecanismos de apoio às iniciativas do movimento estudantil;

6.2. Que até a efetivação da avaliação proposta no item 6.1, o Projeto Rondon tenha como base de sua atuação em campi avançados na Amazônia, o Projeto Norte de Interiorização;

6.3. Que o Projeto Rondon ao transferir às IFES da região amazônica a coordenação e gestão dos campi avançados mantenha os mesmos níveis de recursos financeiros antes repassados às IFES de outras regiões do país.

7.

7. ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE

7.1. Considerar, nas ações de EXTENSÃO, o conceito de saúde, aprovado na VIII Conferência Nacional da Saúde, e ratificado na 1ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador:

"SAÚDE É O RESULTANTE DAS CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO, SAÚDE, RUA, MEIO AMBIENTE, TRABALHO, TRANSPORTE, ENTREGA, LAZER, E DESPESA. ACESSO E POSSE DA TERRA E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE. É ASSIM, ANTES DE TUDO, O RESULTADO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO, AS QUAIS PODEM GERAR GRANDES DESIGUALDADES NOS NÍVEIS DE VIDA";

(VIII Conferência Nacional da Saúde)

7.2. Considerar, na organização do trabalho com a população, o confronto entre o interesse público e o interesse privado na saúde;

7.3. Estudar e estabelecer medidas que a nível de cada universidade possibilitem a operacionalização do estágio curricular rural e urbano na área de saúde;

7.4. Desenvolver, a partir da prestação de serviços na área de saúde, um processo educativo amplo e gerador da capacidade de organização e mobilização da população na solução dos seus problemas;

7.5. Encerrar a prestação de serviços na área de saúde como atividade-meio e não como atividade-fim;

7.6. Revisar e romper a dicotomia entre ação preventiva e ação curativa.

8. ATUAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA

8.1. Definir uma política cultural que fomente o intercâmbio e a negociação conjunta entre as universidades da Região Norte e os órgãos de financiamento e evidencie seu compromisso com as comunidades, considerando:

a) A necessidade de um conceito de cultura suficientemente amplo para entendê-la em sua dimensão de modus vivendi das comunidades e não apenas na dimensão restrita do saber e das práticas das classes dominantes;

8.

b) A necessidade de uma abordagem da cultura de modo interdisciplinar que, inevitavelmente, entrará em choque com a existência de órgãos específicos na estrutura administrativa das universidades para o tratamento das questões culturais;

c) A necessidade de uma ação subsidiada no conhecimento das peculiaridades da região;

d) A necessidade de uma prática constantemente avaliada em função do caráter dinâmico do processo cultural que irá exigir, inevitavelmente, uma nova postura no processo educativo;

e) A necessidade de avaliar experiências de institucionalização regional já existentes, tais como Protocolo de Integração da Amazônia e Comissão Regional Interministerial-MEC/MINTER, bem como o de conhecer experiências específicas na área cultural desenvolvidas em outras regiões do país, tais como o Circuito Universitário de Cultura do Nordeste-CUCA;

f) A necessidade de subsidiar uma nova prática na avaliação das experiências anteriores e concomitantes ao processo de definição de uma política cultural;

8.2. Interagir com os movimentos associativistas em ações conjuntas, promovendo o conhecimento mútuo das diferenças culturais e concorrendo para o fortalecimento das iniciativas comunitárias;

8.3. Promover o intercâmbio cultural das diferentes regiões propiciando o maior conhecimento de sua realidade e rompimento do isolamento da região amazônica em relação ao restante do país;

8.4. Definir um conceito de cultura abrangente, que contemple as diferenças como uma forma de riqueza a ser levada em conta.

9. ATUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

9.1. Organizar nas o fórum de educação, como mecanismo de conquista de uma legislação educacional, comprometida com os interesses da

9.

maioria da população;

9.2. Articular os sistemas estadual e municipal de educação visando a formação de recursos humanos para o 1º e 2º graus, objetivando que sejam firmados acordos e convênios, onde sejam resguardadas a autonomia e a especificidade das universidades;

9.3. Redefinir estruturas curriculares e metodológicas para os cursos das IFES, em vistas à adequação dos mesmos à realidade local e regional;

9.4. Manter uma política de formação continuada de recursos humanos para a área da educação no interior dos estados;

9.5. Oferecer cursos de licenciaturas plenas nas áreas básicas de ensino do 1º e 2º graus, de forma continuada.

10. ATUAÇÃO NA ÁREA DO TRABALHO E TECNOLOGIA

10.1. Recomendar que as IFES desenvolvam mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade;

10.2. Estimular a divulgação dos trabalhos de **EXTENSÃO** e de pesquisa aplicada através de publicações e outros meios de comunicações;

10.3. Incentivar, nas IFES, a formação e consolidação de grupos voltados para a questão ambiental;

10.4. Que cada IFE proceda um levantamento dos trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento, visando determinar as linhas de aplicação tecnológica nas mesmas;

10.5. Promover a realização do I Encontro de Tecnologias Alternativas das Regiões Norte e Centro-Oeste, com o apoio do MINIER, através de SUDAM e SUDECO;

10.6. Criar mecanismos de intercâmbio que dependam diretamente das IFES, aproveitando o que cada uma tem como núcleo de excelência.

11.

- . FUNDAÇÃO RONDON
- . MINISTÉRIO DE MINÉRIAS - MME
- . SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM
- . MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
- . COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA - CEDRA
- . UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE
- . FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - FASUBRA
- . SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SIZRAMA

DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES DA REGIÃO NORTE

1971

RECOMENDADO

ENCONTROS DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DA REGIÃO SUL

DATA: 10/05/1988

ILMO. SR. NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRO-REITOR ASSUNTOS DE EXTENSÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIV. GUAMA - REITORIA 2º AND.
66000 BELEM PA

ENCONTROS DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DA REGIÃO SUL

CMR. DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Tendo em vista o II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas a realizar-se em Belo Horizonte nos dias 23 e 24 de maio de 1988, a Coordenação da Região Sul do referido Fórum, reuniu-se nos dias 09 e 10 de maio do corrente em Curitiba. Estiveram presentes as seguintes instituições: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Maria-RS, Universidade Federal de Pelotas-RS, e Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá-Pr, que discutiram e analisaram as deliberações do I Encontro Nacional e a pauta proposta pela Coordenação Nacional para o II Encontro cujo resultado foi o seguinte:

I - AVALIAÇÃO DO I ENCONTRO NACIONAL

1- No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das IES públicas brasileiras, foram definidos três temas principais, considerados como avanços fundamentais na nossa visão de Universidade Pública:

- a) um novo conceito de extensão;
- b) a institucionalização da extensão;
- c) o financiamento da extensão.

Consideramos estes pontos como ponto de partida para uma nova prática universitária. Avaliamos também que as primeiras providências já começaram a surtir efeito dentro das Universidades Públicas da Região Sul no que diz respeito à conceitualização e a sua institucionalização.

Analisamos também que agora nosso esforço deve se concentrar no item III - financiamento da extensão. Neste sentido, registamos que a ação e responsabilidade das IES em captar recursos junto às agências e/ou fontes financiadoras já vem sendo buscado, destacando-se que até agora, a grande maioria dos projetos de extensão vêm sendo viabilizados via recursos das IES ou de outras fontes financiadoras, mas nenhum oriundo do MEC.

Enfatizamos, a resolução do I Encontro, dentro deste tema, da criação no MEC, de um fundo especial de financiamento de programas/projetos de extensão, restabelecendo, inclusive, sistema de bolsas de extensão, nos mesmos moldes das bolsas de iniciação científica e de monitoria. Neste sentido, há necessidade de uma ação conjunta do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão/CRUE, com o objetivo de efetuar ações concretas, como sugere o parecer do Prof. José Seixas Lourenço, Reitor da UFPA.

Concordamos com este documento, onde se explicita...

de Extensão junto ao CRUB passando também o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão a se constituir como um órgão de assessoramento ao Conselho de Reitores nas questões relativas à extensão.

Um destaque importante do documento é o apoio do CRUB, através de ações concretas e imediatas defendidas tanto pela coordenação Sul e pelo Fórum Nacional nos pontos acima mencionados e novamente aqui listados:

- 1- Reivindicar, junto ao MEC, a criação de um órgão de caráter representativo, responsável pela extensão;
- 2- Propor a criação no MEC de um fundo especial para financiamento de programas/projetos de extensão;
- 3- Solicitar o restabelecimento do sistema de bolsas de extensão no MEC, nos mesmos níveis das bolsas de iniciação científica e de m^o nitoria.

Sugerimos, por fim, que o CRUB e IESP façam uma ampla divulgação nas Universidades das novas diretrizes para a Extensão.

11 - AVALIAÇÃO DOS ENCAMINHAMENTOS FEITOS PELOS IESP DO I ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

Constatou-se que todas as IESP divulgaram o documento do I ENCONTRO no âmbito das instituições. Algumas procederam discussão do mesmo no âmbito das coordenações de extensão.

Quanto ao conceito de extensão há concordância com o mesmo, sendo que em algumas IESP se expressa nas resoluções norteadoras da extensão. No entanto, algumas ainda consideram a prestação de serviços como extensão. Outras, apesar de não considerarem encontrar dificuldades, na prática, em implementar a extensão dentro do que foi considerado. Este fato deve-se a uma prática consolidada no âmbito das IESP, que deve paulatinamente ser reformulada no sentido de reconhecer a prestação de serviço como uma atividade importante da Universidade, sem no entanto considerá-la como extensão universitária.

Quanto a efetiva articulação com o ensino e pesquisa, constatou-se a dificuldade em todas as IESP em trabalhar neste nível. Todas estão desenvolvendo ações neste sentido com a clareza das dificuldades da efetiva articulação.

No que se refere a institucionalização da extensão constatou-se que em várias IESP já estão vigorando resoluções que consideram as atividades de extensão para progressão funcional, para concessão de DE e que a normatizam. Em algumas há proposta de resolução sendo discutida no âmbito dos Conselhos Superiores.

Em relação ao financiamento da extensão algumas Universidades criaram linhas próprias de financiamento, com grandes dificuldades. Verifica-se que em outras não houve esta possibilidade em função dos poucos recursos da instituição.

Quanto aos estágios curriculares e extra-curriculares como atividades de extensão constatou-se a grande dificuldade nesta área, estando as IESP trabalhando no tema.

de sistemas de elaboração, execução e avaliação dos projetos, existem dificuldades sendo que o tema merece aprofundamento.

Quanto aos mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade, constatou-se que é uma preocupação de algumas áreas nas IESPs sen que, no entanto, hajam mecanismos efetivos de avaliação.

Constatou-se também que em função das especificidades das IESPs, fazer a sua inserção no contexto social as atividades específicas de extensão terão um direcionamento e peso diferenciados.

III - PAUTA DO II ENCONTRO

A Coordenação Sul, ao apreciar a pauta para o II Encontro, deliberou o que se segue:

1- Quanto ao tema "Estratégia de articulação com o Ensino e a Pesquisa" e sub-temas propostos concluiu que:

- a) O tema é demasiadamente abrangente e a sua discussão ficou prejudicada em virtude da falta de textos norteadores que permitissem uma abordagem mais precisa e delimitada dos problemas levantados.

Por outro lado, todos os pontos de pauta remetem ao conceito de extensão já definido no I Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IESPs e que, portanto, é sob esse prisma que as questões devem ser debatidas e analisadas;

- b) O relacionamento entre Pesquisa e Extensão, passa pelo entendimento de uma extensão fundamentada em pressupostos teórico-metodológicos baseados numa atitude de investigação cuja finalidade é a contribuição para a interação do saber produzido na Universidade e aquele produzido pela sociedade.
- c) A extensão, na sua ação institucional e acadêmica, deve ser entendida enquanto estratégia que articula o ensino e a pesquisa, no sentido de colaborar nas sucessivas aproximações do conhecimento produzido e a educação formal do acadêmico, avançando para um ensino constantemente atualizado e crítico. Ao mesmo tempo, a extensão deve se articular ao ensino, flexionando a rigidez das grades curriculares bem como vai permitir, junto à pesquisa, a disseminação de técnicas mais verdadeiras de pesquisa para a apreensão da realidade social.
- d) A extensão também pode e deve ser entendida enquanto uma ação provocadora da transformação interna da prática universitária.

2- Quanto às estratégias para tornar exequível as questões anteriormente levantadas sugerimos as que se seguem, ressaltando a especificidade de cada IESP:

- a) Estabelecer uma política de estímulo à participação efetiva de docentes, discentes e demais servidores, em atividades de extensão.

- b) Reconhecer a atividade de extensão como atividade acadêmica regular do discente, articulado ao seu curso de graduação e pós-graduação, respaldada por instrumentos legais;
- c) Priorizar atividades pluridisciplinares voltadas para a ação em áreas vitais e problemáticas do país ou região, tais como Educação, Alimentação, Saúde, Trabalho, Habitação, Ecologia, Lazer, Cultura, etc para que as ações possam ser potencializadas pela população em questão.
- d) Instituir a memória das ações extensionistas, mediante produção, guarda e difusão dos trabalhos realizados em extensão.

Com relação ao Regimento para o próximo Encontro Nacional, foram feitas algumas alterações, conforme cópia em anexo.

Discutiu-se também, a questão da eleição do Coordenador da Região Sul e foi eleito, por unanimidade o nome do Prof. Mário Portugal Pedernochas, da UFRS.

Curitiba, 13 de maio de 1988

Universidade Federal do Paraná;
 Universidade Federal de Santa Maria-RS;
 Universidade Federal de Pelotas-RS;
 Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR,
 Universidade Estadual de Londrina-PR e
 Universidade Estadual de Maringá-PR.

NOTA SOBRE O PROJETO RONDON

DATA: 21/09/1988

Ref. PPNEUPB Nº	COMISSÃO NACIONAL DO FÓRUM DOS DIRETORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS
Brasília	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Decanato de Extensão Cx. Postal 15.3131 - 70.910 - Brasília - DF Tels.: (061) 272-4355 e 274-0022 R. 2204 -- Telex (61) 1083 e 2730

NOTA SOBRE O PROJETO RONDON.

O II Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Belo Horizonte/MG, discutiu e acordou uma estratégia visando uma articulação e integração entre o Projeto Rondon e as IESP, objetivando a operacionalização da nova concepção de extensão que, articulando ensino e pesquisa, vai ao encontro das exigências de formação de cidadãos do futuro profissional e da mobilização e organização dos segmentos populares.

No presente momento, quando os compromissos acima explicitados iam começar a se dar na prática, o Fórum, informado da possível desativação do Rondon, vem manifestar sua estranheza diante da medida, particularmente em relação a forma autoritária com que vem sendo encaminhada pelos poderes competentes.

Face a esta situação, o Fórum reitera a necessidade de aprofundamento da discussão sobre o Rondon e sua articulação com o sistema de ensino, numa perspectiva que associe os interesses maiores da população brasileira e das próprias Universidades.

Brasília, 21 de setembro de 1988.

Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das
Universidades Públicas Brasileiras.

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO

**PROGRAMAÇÃO DO II ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE
EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**
10/04/1988

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**II ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

23 e 24 de maio de 1988
Belo Horizonte-MG

Circular nº 005/88 PROEX 11 de abril de 1988

Às Comissão Organizadora do II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das
Universidades Públicas

PARA: Prof.(a) NILSON PENTE DE OLIVEIRA
DD. Pró-Reitor de Extensão da
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Senhor(s) Professor(a):

O II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão tem o prazer de con-
vidar V.Sa. para participar do II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universi-
dades Públicas, a ser realizado nos dias 23 e 24 de maio do corrente, no Instituto de Pesqui-
sas Humanas São Fênix, localizada na Av. Amazonas, nº 5355 - Bairro Gamela, Belo Hori-
zonte/Minas Gerais.

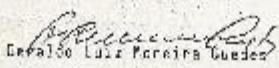
Esclarecendo que a hospedagem será no próprio local do Encontro e
que as despesas fixadas a cargo de cada participante. O valor da diária completa, em abril,
é de Cr\$1.200,00 sujeito a aprovação no mês de maio.

Solicitamos de V.Sa. a gentileza de confirmar sua presença até
o dia 11.05.88, com a Sra. Vânia Figueira Rocha (Assistente de Pró-Reitoria de Extensão do
UFMG), através dos telefones:

(031) 441.2089
(031) 441.8077 Geral 1417 ou 1450

Segue, em anexo, a programação do referido Encontro.

Cordialmente,


Evaldo Luiz Pereira Mendes
p/ Comissão Organizadora

MDO DA 014


 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

II ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
 23 e 24 de maio de 1968
 Belo Horizonte-MG

PROGRAMAÇÃO

23.05.68

8:30hs - **ABERTURA**

. Prof. Cid Veloso (Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais)

9:00hs - **TEMA ABERTO**

"Extensão como Prática Acadêmica"

. Debatedores: . Coordenação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão
 . Coordenação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação
 . Coordenação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação

10:00hs - **DEBATE**

12:00hs - **ALMOÇO** (Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro)

14:00hs - **TEMA ABERTO DE GRUPO**

Tema: "Estratégia de Articulação com o Ensino e a Pesquisa"

Sub-temas: . "Conceito de Sala de Aula".
 . "Extensão/Estágio e Crédito Curricular"
 . "Projetos/Atividades de Extensão (conteúdo, conteúdo e forma)"
 . "Pesquisa e Compromisso Social"

17:00hs - **ENCERRAMENTO**

24.05.68

9:00hs - **PRIMEIRO**

"A Universidade e o Projeto Rondon"

. Expositor: Sílvio Lázaro de Amorim (Presidente da Fundação Projeto Rondon)

"A Universidade e o Fundo de Promoção Cultural/Minc"

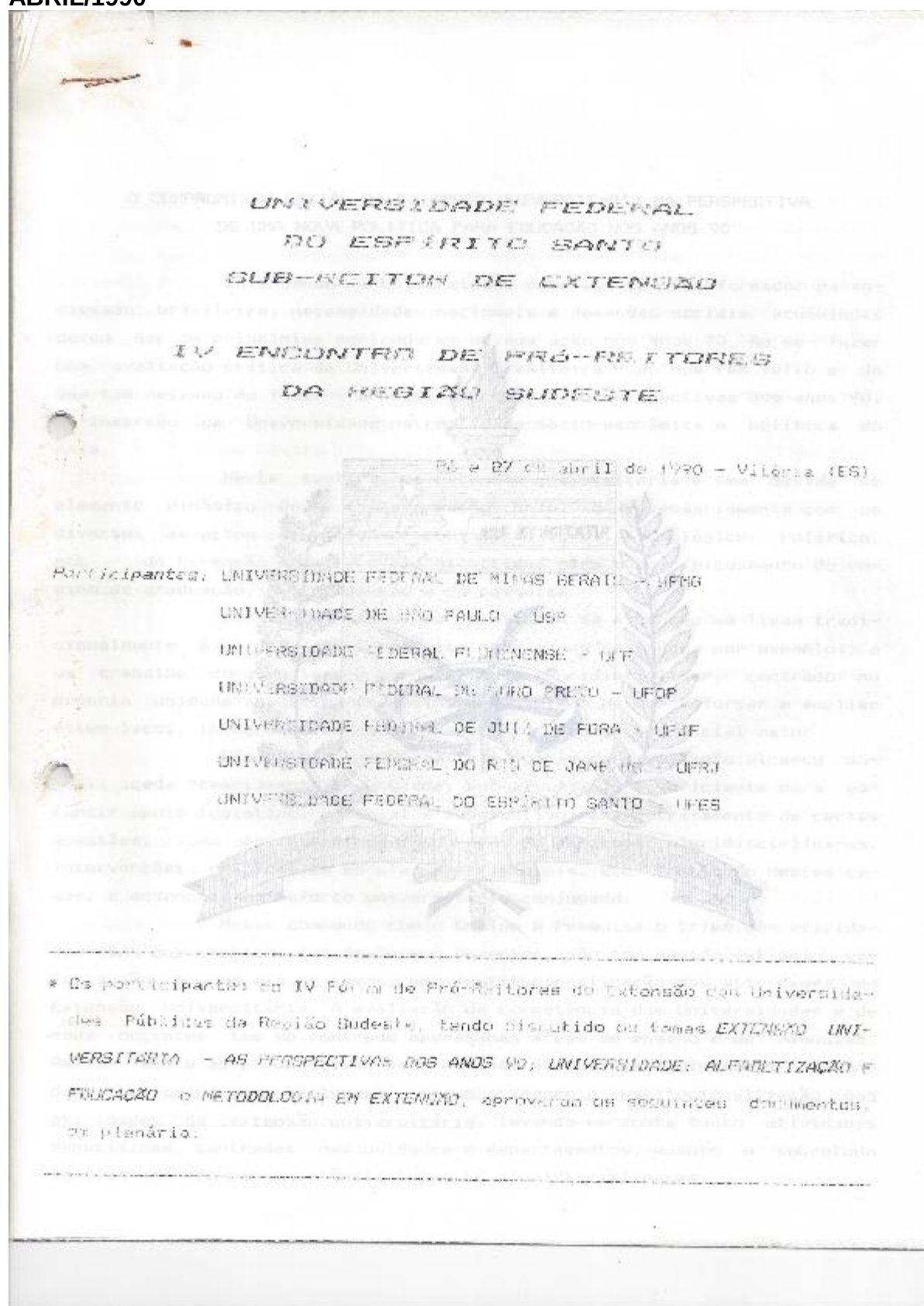
. Expositor: José Carlos Costa Oliveira (Diretor Geral do Instituto de Promoção Cultural do Ministério da Cultura)

10:00hs - **SEGUNDO**

12:00hs - **ALMOÇO** (Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro)

14:00hs - **TERCEIRO**

**DOCUMENTO FINAL DO IV ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DA REGIÃO
SUDESTE
ABRIL/1990**



A questão da Educação no Brasil, particularmente a crônica e profunda crise da Escola Pública, está longe de ser "um problema exclusivo das Faculdades de Educação". É óbvia a sua pluridisciplinaridade, envolvendo as unidades responsáveis por licenciaturas como Física, Biologia, Matemática, História, Geografia e Letras, mas também necessitando do concurso de outras de alcance social e humano, como Economia, Ciências Sociais, Psicologia, Filosofia e Saúde Pública. Mesmo as áreas voltadas à formação científico-tecnológica, como Biologia e Engenharia, devem ter uma participação efetiva nesta discussão.

Há também que se discutir o espaço de convívio da universidade com a comunidade, para diagnóstico e proposições sobre a questão educacional. Especialmente há de se criar espaços de convívio intra-universitário, ou seja, entre as suas especialidades. É preciso desburocratizar colegiados, muitas vezes centralizados em funções parciais, descobrindo novas formas para a sua atuação.

A própria área de Extensão, a despeito da longa tradição de trabalho em alguns setores, não se encontra, no geral, bem preparada para enfrentar a problemática educacional em toda sua complexidade. Estes elementos apontam diretrizes para uma revisão da atuação universitária nesta década.

Não é exagero afirmar que, enquanto os setores pluridisciplinares, como a Educação, não pela reconhecida gravidade de sua situação, não os mais apropriados para a proposição de projetos maiores e que encontrarão mais receptividade nas agências nacionais e internacionais de financiamento.

Por outro lado, deverá ser atenta para que a prestação de serviços essenciais à Universidade e à Sociedade, assumida função crítica e prática de análise face a problemas comunitários e sociais. A Universidade não deve meramente substituir agências de serviços públicos ou privados.

Considerada a disparidade de porte, especificidade e commitment social das Universidades brasileiras, seria inconsequente estabelecer prescrições universais inflexíveis na orientação para as atividades de extensão; obriga a relativizar recomendações gerais e interpretá-las considerando o espaço social de implantação das distintas Instituições Universitárias.

UNIVERSIDADE - EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO

Educação em geral e alfabetização em particular não são prerrogativas exclusivas da Extensão Universitária. Pelo contrário, o principal veículo de experiência e o (talvez insuficiente) desdobramento da graduação e do pós-graduação, especialmente nas Faculdades de Educação e nas Licenciaturas, a extensão de ensino, seja em cursos de licenciatura ou de graduação, está claramente presente em projetos de intervenção prática, sobretudo voltados à capacitação em serviço de professores, geralmente com financiamento próprio às universidades mas, não raro com seus recursos eventuais utilizados em auxílio de extensões dirigidas a alunos de graduação, a professores da rede pública, a professores eigos e até a estudantes de rede pública.

A Universidade tem clareza de sua função estratégica na elaboração de análises e proposições, formação de educadores especializados no treinamento de monitores. Não tem ilusões de que possa assumir, de forma direta, parcela numericamente significativa das ações junto a alunos de 1.º e 2.º graus. Essas ações, com exceção à Escola Pública, na educação regular ou na alfabetização de adultos.

Por outro lado não é possível à Universidade conhecer estratégias sem contato direto com a prática educacional no espaço acadêmico (nos campi) ou diretamente na Escola Pública. Neste sentido, são essenciais os projetos de extensão para os quais, além do envolvimento dos docentes universitários, haja apoio institucional e infraestrutura material e financeira. Esta última é fundamental para a questão das despesas extraordinárias (transporte, alimentação, hospedagem, material pedagógico) que transcendem a rotina acadêmica, assim como para garantir bases de extensão, pelas quais se consegue a participação de elementos da rede pública, do corpo docente universitário e de agentes comunitários. Este apoio, mesmo considerando a não regularidade dos recursos federais que chegam à Universidade para o desenvolvimento da educação pública de 1.º e 2.º graus, constituirá tais recursos uma primeira oportunidade de as escolas superiores se dedicarem a uma prática mais direta na escolaridade básica, excetuando as tradicionais "Escolas de Aplicação" ou "Politécnicas Técnicas".

Convenções com as redes municipais e estaduais começam a ser celebradas, respeitando as diferenças dos papeis conveniados, em que Universidade e Escola Pública começam a trabalhar juntas.

Entretanto, a ação da Universidade, como parceira na melhor preparação dos recursos humanos para o ensino de 1.º e 2.º graus, principalmente no rede pública, é necessária e importante, mas não é suficiente.

A realidade da realidade que se apresenta na realidade Brasileira é de tal ordem que o diagnóstico de crise é hoje unânime. Tais condições se devem a uma grande variedade de causas conhecidas ou presumíveis, desde o salário dos professores, condições sócio-econômicas e culturais destes e de seus alunos, que a falta de conteúdos. Não se trata aqui de algo que se possa resolver sem lutar seus aspectos políticos, econômicos ou culturais, com suas variáveis regionais.

O papel da Universidade é essencial tanto na crítica das iniciativas institucionais (federal, estadual ou municipal) como na elaboração de propostas globais de atuação. Este papel deve ser reivindicado pela Universidade não só por suas atribuições educacionais mas porque as muitas dimensões da questão educacional impõem o enfoque multidisciplinar e multi-institucional. Em seu tratamento a Universidade também pode e deve responder por tudo.

É ilusório, portanto, supor que a Universidade Nacional de Libertação e de recuperação da Escola Pública possa se centrar na liberdade. Sem uma consciência e um esforço nacionalista, com vontade política que também se reflitam nos movimentos populares, a participação da Universidade resultará em mais um diagnóstico global, sem maior consequência além do registro dos problemas e vicissitudes.

MA: é demais lembrar também que a própria Universidade não cessou de preparar o seu adequadamente, para algumas de suas funções, inclusive formativas. E, para algumas questões de alcance nacional, ela deve, ainda, ser despertada.

RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER ESTRATÉGICO E METODOLÓGICO

PARA ATIVIDADES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Compreendendo "metodologia" num sentido lato, a Extensão Universitária num sentido estrito, só pode perceber que necessite, ao menos, de uma extensão não assistencialista; e/ou que se articule essencialmente com a pesquisa, porque o ensino implica a validação de procedimentos, abordagens, e mesmo estratégias das práticas ou atividades que devam ser consideradas como Extensão Universitária.

Seria concebido inenunciável nos atalhos ao tema originalmente proposto (Metodologia em Extensão) com um viés cartorial-normativo, no sentido de dizer "o que pode e o que não pode". O que abre perspectivas, o que tem melhor significado, e que vale o peso tanto é propor formas de tensão transformadoras da vida acadêmica e de sua interação com o meio social de que ela é parte.

Seja lá como bem sucedido, esta tentativa não dá mais sentido à Universidade onde não há vida de sentido.

Dentro da comunidade variada de concepções materiais entendidas, de nível acadêmico, de implantação social e de porte das Universidades brasileiras, são perceptíveis algumas no desempenho acadêmico.

Não é raro encontrarmos vários setores de muitas universidades públicas onde o corpo docente efetivamente pouco ensina onde até por isso as pós-graduações não são atendidas e onde, por isso, o ensino de graduação ocupa todo o tempo de trabalho do professor, resultando em efetiva ociosidade.

Não esquecer programas nacionais de qualificação de docentes, com indicações claras diante deste problema; já que se pensar em atividades associadas ao ensino e estimuladoras da pesquisa que, na região de influência da Universidade, não só garanta aos docentes uma função social pertinente mas também lhes capacite os limites de sua especialização, diante de questões técnicas, sociais e políticas, ativando seu aperfeiçoamento. A Extensão Universitária pode adotar atividades desta natureza de qualificação. No outro extremo do espectro das Instituições de Ensino Superior estão algumas grandes Universidades públicas que, sem dúvida, detêm em várias áreas competência científico-cultural notória, amplo intercâmbio internacional e cursos de pós-graduação concorridos por sua excelência e

preparados por seus padrões. Entretanto, por exemplo, os cursos de graduação em Engenharia, pelas Universidades brasileiras, são considerados exemplares, têm muitas vezes suas licenciaturas severas e, em certo sentido, constituem-se em "ilhas" de qualificação pós-graduada, recebendo professores e docentes de Universidades menores, que ali aprimoram sua capacitação. Nesse mesmo processo, a formação de professores de ensino médio. Parte dos problemas destas Instituições de grande porte não podem lhes ser diretamente responsabilizados, pois dependem de variações próprias, decorrentes do trabalho que absorve seus formandos e do caráter característico dos grandes centros urbanos em que se situam. Há, contudo, justas cobranças sociais que podem ser feitas a estas Universidades, de atribuição que institucionalmente sejam suas, mas que, no geral, não são cumpridas ou não são suficientemente. Uma parte desta cobrança se situa no área da Extensão.

É insuficiente a dedicação que não aos problemas de regularidade básica, especialmente no ensino público, é importante sua política editorial, a publicação de textos didáticos para professores e estudantes, a realização de cursos de extensão, a realização de pesquisas nacionais de relevância, a realização de pesquisas de relevância internacional, a realização de pesquisas de relevância internacional, a realização de pesquisas de relevância internacional.

É claro que não é "qualquer coisa" que não se pode fazer ou fazer de qualquer maneira, mas é preciso compreender como a Extensão.

Dito de outra forma, não é por estar fazendo algo que uma Universidade deve abandonar a "qualquer coisa" que é justificada. Determina-se a partir dos países da "metodologia", no sentido de diretrizes de ação, recomendações de procedimentos, que não utilizam a prática acadêmica no afã de desqualificá-la. É, no entanto, esta mesma prática que pode estabelecer seus limites e é difícil, se não apropriado, tentar ser normativo "a priori". Parece bastar a recomendação de que Extensão promova ou divulgue educação de cultura, epíteto de estímulo a investigação científica, desde que agindo no entorno da Universidade, lidando com sua problemática sócio-cultural, tecnológica ou educacional.

Para racionalizar tais recomendações é preciso lembrar não só a heterogeneidade das Universidades, mas também a heterogeneidade

As áreas dentro de cada Universidade. Por exemplo, há setores subdesenvolvidos mesmo em grandes universidades e há setores de ponta em universidades menores e mais novas.

Uma das condições imprescindíveis para a efetivação das atividades de extensão é a garantia de continuidade de seu sustento. À parte das necessidades de serem criados programas nacionais de financiamento da extensão (bolsas) é essencial que cada universidade estabeleça previsão orçamentária específica (anual ou trienal) com seu plano e suas prioridades de extensão definidas nos colegiados. Projetos mais abrangentes de extensão exigirão um esforço institucional centralizado, assim como o conjunto das atividades, grandes ou pequenas, exige um criterioso programa de acompanhamento e avaliação, que por um lado promova a extensão e, por outro lado, a proteção de investimentos e o aproveitamento e a dispersão de recursos humanos e materiais.

Projetos e programas transdisciplinares sempre implicam um salto conceitual e devem ser cuidados e avaliados com atenção, no que têm de pioneiro, até para verificar conceitos e metodologias de que necessitam e/ou que desenvolvem.

É indiscutível que o processo de avaliação de programas de extensão precisa também de metodologias específicas. Não é isso a questão maior porque, à medida que se progredia por financiamentos de órgãos centrais de fomento, não se pode querer furta-se de demonstrar a relevância, a correção e o alcance do trabalho realizado.

RELACÃO DOS PARTICIPANTES DO FÓRUM		
DO ESPÍRITO SANTO		
NOME	SUPLENTE DE EXTENSÃO	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO
Nilza Maria Uliana		UFES - Técnica de Projetos Especiais da Sub-Reitoria de Extensão
Maria das Graças Cunha Gomes		UFES - Técnica de Projetos Especiais da Sub-Reitoria de Extensão
Luiz Antônio da Menezes		USP - CECAE
Elaci B. Barreto		UFES - Sub-Coordenadora SIF-2
Jamaci Ali Blin		UFES - Pró-Reitor
Adenir Baptista Silva		UFES - Coordenador da Extensão
Reila Andréia Rosa V. Feiva		UFES - Sub-Coordenadora da Núcleo de Extensão da UFR
Barla Aparecida Andréa Ribeiro		UFES - Pró-Reitoria de Extensão
Daniel Mário Guedes		UFES - Núcleo de Extensão
Marcelo da Conceição Souza		UFES - Núcleo de Coordenação de Atividades Comunitárias
Aurea Perceira de la Cerda		UFES - Socióloga - Núcleo de Projetos Especiais
Oliveira Martins		UFES - Sub-Reitor de Extensão
Wenderson Gomes de Azevedo		UFES - Sub-Reitor de Extensão
Luiz Cunha Martins		UFES - Técnica de Projetos Especiais da Sub-Reitoria de Extensão
Lenize Nazzei Passos		UFES - Coordenadora do Núcleo de Extensão Centro de Artes
Marcelo Izabel M. Silveira		UFES - Coordenador do Núcleo de Extensão Centro de Educação Física e Esportes
José Augusto A. C. Tadei		UFES - Diretor de Programas e Projetos

PROGRAMAÇÃO DO IV ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
DATA: MAIO/1990

**IV ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
 DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

**IV ENCONTRO NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS
 UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

APRESENTAÇÃO

O Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão surgiu da necessidade de promover o intercâmbio de experiências entre as Universidades Públicas do país, através dos Pró-Reitores de Extensão e responsáveis por órgãos congêneres, no que diz respeito à prática extensionista e discutir, com maior profundidade, a sua política de ação. Este Encontro vem sendo realizado desde 1987 e os temas abordados foram os seguintes:

I ENPREUP - UNB, Brasília, 04 e 05/11/87: Os rumos da Extensão na

Universidade Brasileira; Conceito de Extensão; Institucionalização de Extensão; Financiamento da Extensão.

II ENPREUP - UFHO, Belo Horizonte, 23 e 24/06/88:

Estratégia de articulação com o Ensino e a Pesquisa; Extensão/Pesquisa e Compromisso Social; O Conceito de Sala de Aula; Extensão/Extensão e Crédito Curricular; Projetos/Atividades de Extensão.

III ENPREUP - UFPA, Belém, 23 a 25/07/89:

A relação Universidade e Sociedade; A questão da Prestação de Serviço; Interdisciplinaridade.

A realização periódica do evento tem contribuído para ampliar as reflexões relacionadas com as atividades de extensão nas instituições públicas federais de ensino superior, bem como está proporcionando uma maior compreensão e valorização da extensão universitária, como forma indissociável que articula o ensino e a pesquisa.

Com esta perspectiva é que a Universidade Federal de Santa Catarina assumiu a Secretaria Executiva do IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.

OBJETIVOS

1. Resgatar, difundir e preservar a extensão universitária do país;
2. discutir as perspectivas da extensão nos anos 90;
3. discutir as propostas de inserção da Universidade no projeto pedagógico da educação e alfabetização;
4. refletir sobre a metodologia enquanto instrumento científico e político para viabilizar a prática extensionista.

1990 - Plenária Final

Coordenação: Profa. Renée de Lourdes de Souza

IV ENCONTRO NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

P R O G R A M A

DATA: 06 a 09 de maio

LOCAL: Raximilcar Hotel - Florianópolis - SC
R. Felipe Schmidt, 200 - Centro

Dia 06.5.90 - Abertura - 20:00 horas

Coordenadora Nacional do Fórum
Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina

Dia 07.5.90

08:00 - 10:00 - Mesa Redonda

Extensão Universitária - As Perspectivas nos anos 90

Coordenadora: Prof. Lucio V. Deliberador (UEL)

Expositor: Prof. Geraldo Luiz M. Guedes (MG)

Debatedores: Prof. Paulo Paiva (CEDEPLAR)

Prof. Paulo Roberto Thompson Florio (UNESU)

10:00 - 12:00 - Debate

12:00 - 14:00 - Almoço

14:00 - 16:00 - Grupos de Trabalho

16:00 - 17:30 - Plenária

17:30 - 18:30 - Comissão de Redação

Prof. Marcos Vinícius de Farias Guerra

18:30 - 19:30 - Aprovação Relatório

20:00 - Reunião do Pró-Reitores com Diretor do IAEST

Dia 08.5.90

08:00 - 10:00 - Painel 1

Universidade: Educação e Alfabetização

Coordenadora: Prof. Angela Guerra Fonseca (RBN)

Expositor: Prof. Eduardo Coelho (CRUS)

Debatedores: Prof. Ma. Div. Paz (UFSC)

Prof. Celina Cordiali (UNESP)

Prof. Ronei Pires da Rocha (UFMA)

Prof. Maria de Graça Souza dos Santos (UFSC)

10:00 - 12:00 - Painel 2

Metodologia em Extensão

Coordenadora: Prof. Sandra Ma. C. dos Santos (UFMT)

Expositor: Prof. Maria Izabel de Souza Lopes (UFPR)

Debatedores: Prof. Maria Portugal Pedernheiras (UFPR)

Prof. Alza Fluxa de Mello (UFPA)

12:00 - 14:00 - Almoço

14:00 - 16:00 - Trabalho de Grupo

16:00 - 17:00 - Plenária Painel 1

17:00 - 18:00 - Plenária Painel 2

18:00 - 19:00 - Comissão de Redação

Prof. Marcos Vinícius de Farias Guerra (UFMA)

Prof. Vicente Volnei de Bona Sartor

19:00 - 20:00 - Plenária

Dia 09.5.90

09:00 - Plenária Final

Coordenação: Prof. Maria de Lourdes de Souza

NO. 10
REPAIRS
COMPLACENT

Reitores tem encerramento
hoje, no Praia Mar Hotel, às 19 horas

□ **General Meeting:** chaired by speaker's wife, made an hour's net show. Conference netting by 1000-1100, 1100-1200, 1200-1300, 1300-1400, 1400-1500, 1500-1600, 1600-1700, 1700-1800, 1800-1900, 1900-2000, 2000-2100, 2100-2200, 2200-2300, 2300-2400, 2400-2500, 2500-2600, 2600-2700, 2700-2800, 2800-2900, 2900-3000, 3000-3100, 3100-3200, 3200-3300, 3300-3400, 3400-3500, 3500-3600, 3600-3700, 3700-3800, 3800-3900, 3900-4000, 4000-4100, 4100-4200, 4200-4300, 4300-4400, 4400-4500, 4500-4600, 4600-4700, 4700-4800, 4800-4900, 4900-5000, 5000-5100, 5100-5200, 5200-5300, 5300-5400, 5400-5500, 5500-5600, 5600-5700, 5700-5800, 5800-5900, 5900-6000, 6000-6100, 6100-6200, 6200-6300, 6300-6400, 6400-6500, 6500-6600, 6600-6700, 6700-6800, 6800-6900, 6900-7000, 7000-7100, 7100-7200, 7200-7300, 7300-7400, 7400-7500, 7500-7600, 7600-7700, 7700-7800, 7800-7900, 7900-8000, 8000-8100, 8100-8200, 8200-8300, 8300-8400, 8400-8500, 8500-8600, 8600-8700, 8700-8800, 8800-8900, 8900-9000, 9000-9100, 9100-9200, 9200-9300, 9300-9400, 9400-9500, 9500-9600, 9600-9700, 9700-9800, 9800-9900, 9900-10000, 10000-10100, 10100-10200, 10200-10300, 10300-10400, 10400-10500, 10500-10600, 10600-10700, 10700-10800, 10800-10900, 10900-11000, 11000-11100, 11100-11200, 11200-11300, 11300-11400, 11400-11500, 11500-11600, 11600-11700, 11700-11800, 11800-11900, 11900-12000, 12000-12100, 12100-12200, 12200-12300, 12300-12400, 12400-12500, 12500-12600, 12600-12700, 12700-12800, 12800-12900, 12900-13000, 13000-13100, 13100-13200, 13200-13300, 13300-13400, 13400-13500, 13500-13600, 13600-13700, 13700-13800, 13800-13900, 13900-14000, 14000-14100, 14100-14200, 14200-14300, 14300-14400, 14400-14500, 14500-14600, 14600-14700, 14700-14800, 14800-14900, 14900-15000, 15000-15100, 15100-15200, 15200-15300, 15300-15400, 15400-15500, 15500-15600, 15600-15700, 15700-15800, 15800-15900, 15900-16000, 16000-16100, 16100-16200, 16200-16300, 16300-16400, 16400-16500, 16500-16600, 16600-16700, 16700-16800, 16800-16900, 16900-17000, 17000-17100, 17100-17200, 17200-17300, 17300-17400, 17400-17500, 17500-17600, 17600-17700, 17700-17800, 17800-17900, 17900-18000, 18000-18100, 18100-18200, 18200-18300, 18300-18400, 18400-18500, 18500-18600, 18600-18700, 18700-18800, 18800-18900, 18900-19000, 19000-19100, 19100-19200, 19200-19300, 19300-19400, 19400-19500, 19500-19600, 19600-19700, 19700-19800, 19800-19900, 19900-20000, 20000-20100, 20100-20200, 20200-20300, 20300-20400, 20400-20500, 20500-20600, 20600-20700, 20700-20800, 20800-20900, 20900-21000, 21000-21100, 21100-21200, 21200-21300, 21300-21400, 21400-21500, 21500-21600, 21600-21700, 21700-21800, 21800-21900, 21900-22000, 22000-22100, 22100-22200, 22200-22300, 22300-22400, 22400-22500, 22500-22600, 22600-22700, 22700-22800, 22800-22900, 22900-23000, 23000-23100, 23100-23200, 23200-23300, 23300-23400, 23400-23500, 23500-23600, 23600-23700, 23700-23800, 23800-23900, 23900-24000, 24000-24100, 24100-24200, 24200-24300, 24300-24400, 24400-24500, 24500-24600, 24600-24700, 24700-24800, 24800-24900, 24900-25000, 25000-25100, 25100-25200, 25200-25300, 25300-25400, 25400-25500, 25500-25600, 25600-25700, 25700-25800, 25800-25900, 25900-26000, 26000-26100, 26100-26200, 26200-26300, 26300-26400, 26400-26500, 26500-26600, 26600-26700, 26700-26800, 26800-26900, 26900-27000, 27000-27100, 27100-27200, 27200-27300, 27300-27400, 27400-27500, 27500-27600, 27600-27700, 27700-27800, 27800-27900, 27900-28000, 28000-28100, 28100-28200, 28200-28300, 28300-28400, 28400-28500, 28500-28600, 28600-28700, 28700-28800, 28800-28900, 28900-29000, 29000-29100, 29100-29200, 29200-29300, 29300-29400, 29400-29500, 29500-29600, 29600-29700, 29700-29800, 29800-29900, 29900-30000, 30000-30100, 30100-30200, 30200-30300, 30300-30400, 30400-30500, 30500-30600, 30600-30700, 30700-30800, 30800-30900, 30900-31000, 31000-31100, 31100-31200, 31200-31300, 31300-31400, 31400-31500, 31500-31600, 31600-31700, 31700-31800, 31800-31900, 31900-32000, 32000-32100, 32100-32200, 32200-32300, 32300-32400, 32400-32500, 32500-32600, 32600-32700, 32700-32800, 32800-32900, 32900-33000, 33000-33100, 33100-33200, 33200-33300, 33300-33400, 33400-33500, 33500-33600, 33600-33

Terra, hoje, o V Encontro Nacional do Fórum de Proferentes da Educação das Universidades Públicas Brasileiras, com o tema "A Inovação e a Inovação do Ensino".

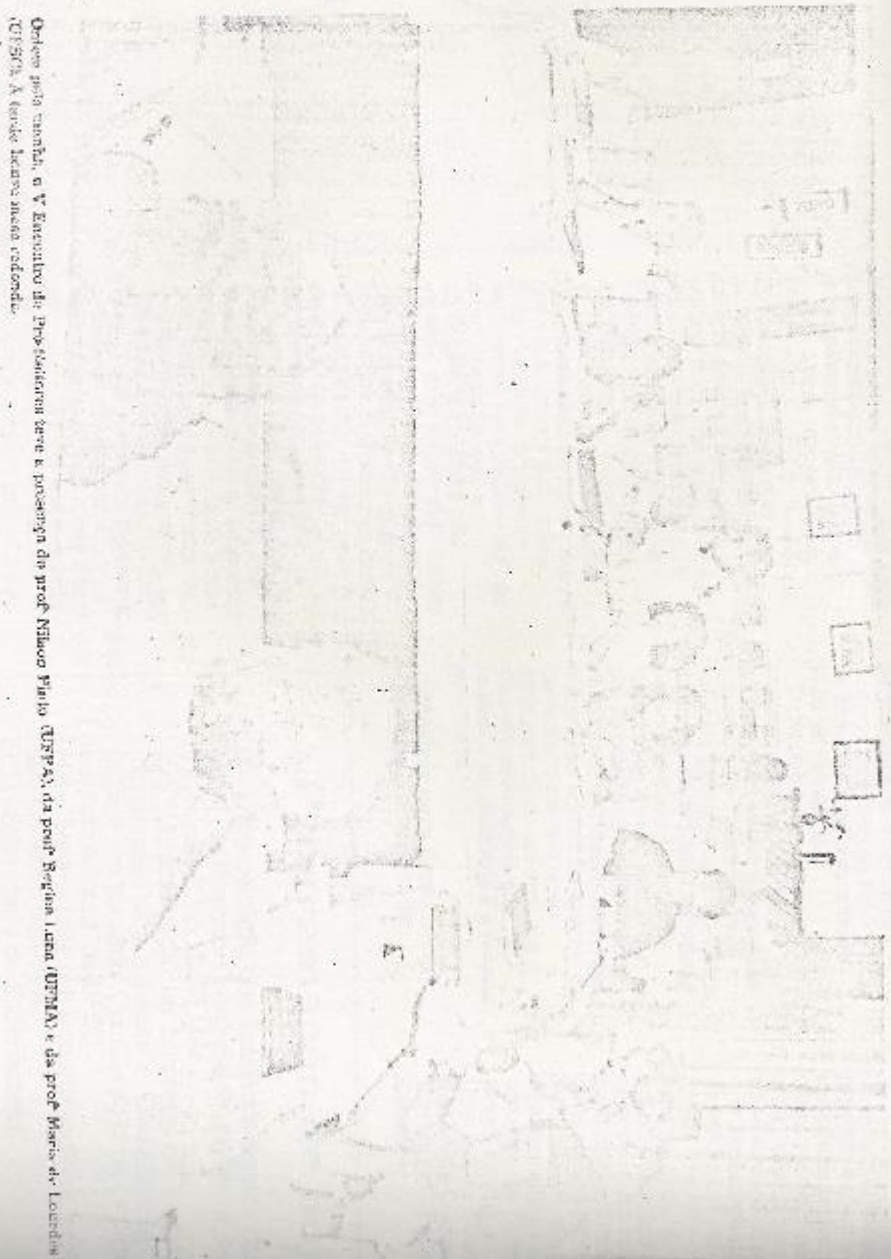
O Encontro será realizado pela UFMG e será aberto no dia 10 de maio, às 14h, no auditório da Faculdade de Educação, com a presença de todos os participantes.

O Encontro é organizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o apoio da UFMG e da UFRJ.

A UFMG é a única universidade pública brasileira que possui um curso de licenciatura em Pedagogia, o que permite a formação de professores para atuar em todas as áreas da educação básica e superior.

A UFMG também é a única universidade pública brasileira que possui um curso de licenciatura em Letras, o que permite a formação de professores para atuar em todas as áreas da educação básica e superior.

A UFMG é a única universidade pública brasileira que possui um curso de licenciatura em Física, o que permite a formação de professores para atuar em todas as áreas da educação básica e superior.



Ordem pelo tamanho, o V Encontro de Proferentes tem a presença do prof. Nelson Pinto (USPA), do prof. Regina Luna (UFMA) e do prof. Miroslav de Lourenço (USPA). A foto mostra a sede do evento.

compreensiva social com a cultura, com o cotidiano, com a história, com o passado e a atualidade, com a natureza e a sociedade, com a ciência e a tecnologia, com a política e a economia, com a religião e a espiritualidade, com a arte e a cultura, com a família e a comunidade, com a saúde e a doença, com a vida e a morte, com o bem e o mal, com o certo e o errado, com o possível e o impossível, com o real e o ideal, com o concreto e o abstrato, com o físico e o metafísico, com o material e o imaterial, com o finito e o infinito, com o eterno e o temporário, com o eterno e o eterno, com o eterno e o eterno.

“A descoberta é muito importante, mas a extensão tem importância, e que eu é a importância com a implementação da mesma o responsável pelo seu sucesso”, diz o professor afirma que a Universidade Brasileira tem

implementado a Exatidão, quando alguns métodos descrevem, nos dois Universos de Flutuação, como sendo de natureza processual, e não estática e material, e o primeiro pode ser um do qual a ser desativado, finalmente, é representando o grupo dos Argues.

edificacional e no governo, que desde 34 jantei nos seus esquadros que estavam a ser afectados a que logo entrado o novo organismo".

Devo preferir separar o terreno da construção da casa.

definitivamente. Com o que é conhecido, uma vez que a abordagem inicial de Jansen aponta para uma série de conclusões a serem retiradas com o desmonte das confissões", afirma Corrado.

Copyright © 2000 by John Wiley & Sons, Inc.

esta facção o discurso da extensão da Medição a todos os estudantes, sob o pretexto de universalizar os benefícios que ela oferece. Para a sociedade de universidade, para a sociedade de bairro, que ele não se sentiu tentado ao último ano, já que se não se sente, sendo a importância de ele estender, a natureza da sociedade e dependente de um governo ou governo, o que se pode perceber, tendo em vista que a ideia da universidade pública, embora o conhecimento é a própria existência.

Mostrar para demonstrar -
Oportunidade e respeito da

Universidade do Rio

Olema Urbano O. Escobar
de Pro-Feriores de Externos Pro
Fuerza Total para como presidente
tema de debate.

coordenador-geral da área em 1997, no contexto de abertura universitária e sua gestão democrática, sendo participante de conferência internacional da Pna, na professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, Regina Lúcia de Almeida, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Maria de Lourdes de Souza da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programação de hoje

8.00 - Apresentação dos Relatórios Síntese das Atividades
Debate em Rondos. Coordenação: professor José Ferreira
do Menezes Filho, da UFPA

15:00 - Apresentação de propostas de licenciamento e programação para o Fórum e Coordenações Regionais. Encerramento da programação da Mostra.

Desenvolvi o primeiro curso de graduação em Física da UFPA, de Lourdes Souza da UFSC.

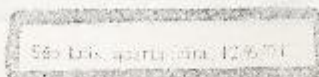
IV CO - primeira fase, sob a coordenação do professor Alexsandro de Mello da UFPA.

18:00 - Solemnidade de Encerramento



V ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

12 a 14 de junho de 1991
São Luís - Maranhão



Pró-reitores discutem extensão no fórum

As Universidades Públicas Brasileiras estarão reunidas em São Luís de hoje até sexta-feira, para discutir temas relacionados à atividade de Extensão no ensino universitário.

O V Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras está sendo coordenado pela Universidade Federal do Maranhão, através do Departamento Interdisciplinar de Ensino em Comunicação (IDEC) em conjunto com alunos do Curso de Turismo. A abertura da abertura será, no dia 12, às 20 horas no salão de Conferências do Praia Mar Hotel, contando com

a presença do Reitor da UFMA, Prof. Antônio Pinheiro, do Secretário de Ensino Superior do MEC, Prof. Paulo Roberto Henriques, da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, Profa. Regina Lima da Cordeiro e do coordenador regional do Fórum de Pró-Reitores, Prof. Arlindo Faria.

O encontro tem como tema central "A Institucionalização da Extensão", que será abordado nos seguintes aspectos: "A Institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Administrativa; Universidade e Cultura".

São Luís, quarta-feira, 14 de junho de 1991

Fórum de Pró-Reitores vai ser encerrado hoje no Praia Mar

Encerra hoje às 19 horas, no Praia Mar Hotel, V Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Para a coordenação de Comunicação da Prore Ana Maria Costa Vêix. "O Encontro tem sido o resultado do trabalho participativo de alunos, professores e técnicos administrativos da

UFMA/Prore. A participação do grupo Interdisciplinar de Estudos em Comunicação em conjunto com alunos do curso de Turismo, nos trabalhos a nível de imprensa, comunicação, recreação e turismo, tem sido importante para o andamento do evento.

No encerramento de hoje (14/6) haverá a apresentação dos trabalhos e a entrega das regalias sob coordenação de prof. José Ferreira de Moraes Filho (UFMS) às 15 horas apresentação de propostas de funcionamento e programação para o Fórum, coordenada pela profa. Regina da Lourdes de Sousa (UFMA).

ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

13 a 14 de junho de 1991
São Luís - Maranhão

O ESTADO DO MARANHÃO

São Luís, MA, 12 de junho de 1991 - quinta-feira

São Luís, MA, 9 de junho de 1991 - domingo

ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO — Promovido pela Universidade Federal do Maranhão. O encontro vai discutir o tema "A Institucionalização da Extensão". Já está confirmada a presença do Secretário de Ensino Superior do MEC, Prof. Paulo Roberto Magalhães Thompson Flores. No Praia Mar Hotel, de 12 a 14 de junho.

ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO — Promovido pela Universidade Federal do Maranhão onde será discutido o tema "A Institucionalização da Extensão". No Praia Mar Hotel, de 12 a 14 de junho.

Fórum de Pró-Reitores

• De hoje até sexta-feira, no Praia Mar Hotel a Universidade Federal do Maranhão sediará o V Encontro Nacional do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

• A abertura contará com as presenças do professor Paulo Roberto Magalhães Thompson Flores, secretário de Ensino Superior do MEC; professor Jerônimo Pinheiro, reitor da UFMA; professor Alex Fluzza, Coordenador Nacional do Fórum de Pró-Reitores; professora Regina Celi Miranda Reis Luna, pró-reitora de Extensão e Assuntos Estudantis da UFMA e do Coral da Universidade Federal do Maranhão que encerrará o programa de abertura com várias músicas musicais.

• Temas como "A Institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática", e "Universidade e Cultura", serão debatidos no decorrer da programação prevista para amanhã.

• Os participantes do Encontro também terão uma programação de visitas a pontos históricos da cidade de São Luís, tais como o Museu de Arte Sacra, o Centro de Criança Odete

1 ENCONTRO

O 5º Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras começou ontem no Praia Mar Hotel. A abertura, às 20 horas, contou com a presença dos reitores Nilson Pinto Oliveira, da Universidade Federal do Paraná, Jerônimo Pinheiro, da UFMA. A conferência de hoje discute a autonomia universitária.

(Página 2)

Encontro reúne pró-reitores em São Luís

Foi aberto ontem às 20 horas no Praia Mar Hotel com a presença do reitor da UFMA, Jerônimo Pinheiro, o V Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O encontro vai até amanhã, quando será discutido o tema "A Institucionalização da Extensão".

A coordenação do encontro está a cargo do professor Alex Fluzza de Mello, da Universidade do Pará (UFPA). A conferência de hoje é "A Institucionalização da Extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática com o reitor da Universidade do Pará, Nilson Pinto Oliveira, às 10 horas.



OTIMAPROCAT
OTIMAPROCAT ASSOCIATION Fundação Amis Otimaprocata

Pro-Retenes

o V Encontro

[illegible]

REGULATORY AFFAIRS



Ello ha permitido al sector público disponer de un mayor nivel de autonomía en el uso de los recursos, lo que ha permitido una mayor eficiencia en la gestión de los recursos.

Pro-Kenotes
se reúnem em
Hortan Nacional

10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526
 527
 528
 529
 530
 531
 532

V ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRORETORES DE
EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

12 a 14 de Junho de 1987
São Luís - Maranhão



O ESTADO DO MARANHÃO

LEI Nº 1.111, de 11 de Junho de 1987 - Lei da Fria

V ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRORETORES DE
EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

12 a 14 de Junho de 1987
São Luís - Maranhão



UFMA organiza encontro sobre Extensão

A partir de amanhã até sexta-feira, São Luís sedará o V Encontro Nacional do Fórum de Proretores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

A abertura, em 12 de junho, às 20 horas, no salão de convênios do V. Leônidas Neves, do bairro de São João, terá a participação de V. Leônidas Neves, do bairro de São João, e de outros membros da comunidade acadêmica. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

A primeira reunião, em 13 de junho, às 8 horas, no salão de convênios do V. Leônidas Neves, do bairro de São João, terá a participação de V. Leônidas Neves, do bairro de São João, e de outros membros da comunidade acadêmica. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

propreza de Extensão da Universidade Federal do Maranhão, Reginaldo Lima, e outros membros da comunidade acadêmica. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

Reginaldo Lima, do V. Leônidas Neves, do bairro de São João, e de outros membros da comunidade acadêmica. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

O Encontro Nacional é o maior evento acadêmico e cultural realizado anualmente no Estado do Maranhão. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

mente, o fórum está sendo realizado pela Universidade Federal do Maranhão, Reginaldo Lima, e outros membros da comunidade acadêmica. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

Reginaldo Lima, do V. Leônidas Neves, do bairro de São João, e de outros membros da comunidade acadêmica. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

O Encontro Nacional é o maior evento acadêmico e cultural realizado anualmente no Estado do Maranhão. O encontro, organizado pela Universidade Federal do Maranhão, contará com a participação de várias personalidades da área de ensino e cultura.

A Pro Reitoria de Extensão recebe, em São Luís, o encontro de Proretores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

V ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

12 e 14 de junho de 1991
São Luís - Maranhão

O IMPARCIAL

São Luís, 9 de junho de 1991 — domingo

UFMA sedia o Encontro de Pró-Reitores de Extensão

São Luís sediará, no período de 12 a 14 de junho, o V Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, coordenado pela Universidade Federal do Maranhão, que está à frente de todas as ações a serem desenvolvidas durante o evento, oportunizando em que será discutido o tema "A Institucionalização da Extensão".

Muitas personalidades ligadas à Educação e Cultura estarão presentes, já tendo sido confirmada a presença do prof. Paulo Roberto Magalhães Thompson Flores, Secretário de Ensino Superior do MEC, do prof. Alfredo Rodrigues Machado, Presidente do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, e de vários Reitores e Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras.

Fare o prof. Regina Celi Miranda Reis Luna, Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Maranhão, a abertura do V Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em São Luís, é importante para a UFMA pela oportunidade de receber os dirigentes das Instituições de Ensino Superior que decidem a política de extensão, como

atividade acadêmica no Brasil.

Segundo ainda, a professora Regina Luna, o tema "A Institucionalização da Extensão" será inserido no contexto da autonomia da Universidade Brasileira e sua gestão democrática, propiciando a discussão dessa questão em seu relacionamento com a autonomia das instituições de Ensino Superior e com a sociedade. Além disso, acrescentou a professora Regina o Encontro vai trazer diretrizes para uma política de extensão, assim como irá regulamentar as atividades de extensão junto aos Departamentos Acadêmicos, Colegiados de Cursos e aos Conselhos Superiores das IES.

Também, a professora Regina Celi Miranda Reis Luna, Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Maranhão, lembrou que o V Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras vai tratar a discussão da relação Universidade e Cultura, que precisa ter uma ligação mais política definida. Para isso, ela destacou a presença do Presidente do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, professor Márcio Brachmann Machado.

Em Debate, a Extensão

Mais de 50 autoridades ligadas à área estarão, de 12 a 14 de junho, reunidas no Praia Mar Hotel para participar do V Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, tendo como anfitriã a Universidade Federal do Maranhão.

Durante o encontro, serão debatidas principais formas, estratégias, diretrizes e políticas para tornar a extensão, entre outras coisas, uma política institucional.

Para este encontro, foram convidados representantes acadêmicos do MEC, do CENSA e do Conselho Nacional de Ensino Superior do Brasil, além de outros representantes de várias instituições de ensino superior do Brasil.

A abertura será às 19h do dia 12, com as presenças do reitor João Paulo Pacheco, da UFMA, do secretário de ensino superior do MEC, prof. Paulo Roberto Thompson Flores, da Universidade de Brasília e Assessor Especial da UFMA, prof. Regina Luna, e do coordenador nacional do Fórum de Pró-Reitores, prof. Alex Faria.

São Luís, 11 de junho de 1991 — terça-feira

Política extensionista

Será para discutir as principais formas, estratégias, diretrizes e políticas para fazer da extensão uma função tão importante quanto o ensino e a pesquisa nas universidades, que acontecerá, de 12 a 14 de junho, no Praia Mar Hotel, o V Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.

Para além das 50 autoridades ligadas à área, estarão sendo anfitriãs pela Universidade Federal do Maranhão.

A abertura será às 20 horas do dia 12, com as presenças do reitor da UFMA, prof. João Paulo Pacheco, e do secretário de ensino superior do MEC, prof. Thompson Flores.

São Luís, 12 de junho de 1991 — quarta-feira

V Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras — Abertura hoje, às 20 horas e vai até 14 de junho, no Praia Mar Hotel.

Encontro do Fórum Nacional

A partir de hoje terá início o V Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, coordenado pela Universidade Federal do Maranhão. Na oportunidade será discutido o tema "A Institucionalização da Extensão". A abertura será às 20 horas.



INSTITUTO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE
EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

12 a 14 de junho de 1991
São Luís - Maranhão

JORNAL Pequeno

São Luís, 9 de junho de 1991 — domingo

UFMA sedia encontro de
Pró-reitores de Extensão
São Luís sediará, no período de 12 a 14 do corrente, o V Encontro do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, coordenado pela Universidade Federal do Maranhão, que está à frente de todas as ações a serem desenvolvidas durante o evento, oportunidade em que será discutido o tema "A Institucionalização da Extensão".

Várias personalidades ligadas à Educação e Cultura se farão presentes, já tendo sido confirmada a presença do prof. Paulo Roberto Magliá Thompson Flores, secretário de Ensino Superior do MEC; do prof. Márcio Brackmann Machado, Presidente do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura; e de vários Reitores e Pró-Reitores das Universidades Públicas brasileiras.

Para a profa. Regina Celi Miranda Reis Luna, Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Maranhão, a realização do V Encontro do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em São Luís, é importante para a UFMA pela oportunidade de receber os dirigentes das Instituições de Ensino Superior que decidem a política de extensão,

como atividade acadêmica no Brasil.

Segundo, ainda, a professora Regina Luna, o tema "A Institucionalização da Extensão" está inserido no contexto da autonomia da Universidade brasileira e sua gestão democrática, propiciando a discussão dessa questão, no seu relacionamento com a autonomia das Instituições de Ensino Superior e com a sociedade. Além disso, acrescentou a professora Regina o Encontro vai traçar diretrizes para uma política de extensão, assim como irá regulamentar as atividades de extensão junto aos Departamentos Acadêmicos, Colegiados de Cursos e aos Conselhos Superiores das IES.

São Luís MA, 9 de junho de 1991

xxx "A institucionalização da extensão" é o tema central do "V Encontro do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras" que acontecerá de 12 a 14 de junho, no Praia Mar Hotel, tendo como anfitriã a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O encontro reunirá mais de setenta autoridades universitárias ligadas à área, entre pró-reitores, professores e diretores de centro. A abertura será às 20h do dia 12, com as presenças do reitor Jerônimo Pinheiro, da UFMA, do secretário de ensino superior do MEC, prof. Paulo Roberto Thompson Flores, da pró-reitora de extensão e assuntos estudantis da UFMA, profa. Regina Luna, e do coordenador nacional do Fórum de pró-